Terra Livre

Opressões, trabalho e contradições da democracia: a Geografia das (re)existências

Terra Livre	São Paulo	ISSN 2674-8355	Ano 32, Vol.1, n 48	Jan-Jun/2017

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2016-2018

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
José Gilberto de Souza (AGB São Paulo/Pró SL Rio Claro)

Vice-Presidente
Thalismar Matias Gonçalves (AGB Vitória)

1ª Secretária
Natália Freire Bellentani (AGB São Paulo/ Pró SL Rio Claro))

2º Secretário
Luis Henrique Ribeiro (AGB Rio de Janeiro)

1º Tesoureiro
Wagner Scopel Falcão (AGB Vitória)

2º Tesoureiro
Pedro Luiz Damião (AGB São Paulo)

Coordenação de Publicações
Renato Emerson do Santos (AGB Rio de Janeiro)
Lara Schmitt Caccia (AGB Porto Alegre)

Representantes junto ao Sistema/CONFEA
Título: Nelson Rego (AGB Porto Alegre)

Articulação dos GTs: Gabriel de Melo Neto (AGB Catalão) e Theo Soares de Lima (AGB Porto Alegre)

Comunicações: Akene Shionara (AGB João Pessoa)
Larissa Arvelos (AGB Uberlândia)
Bruno Fernandes Magalhães de Oliveira (AGB Belo Horizonte)

Secretaria Administrativa
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

TERRA LIVRE

ISSN 2674-8355

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 32 – VOL. 1
NÚMERO 48

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Adriana Bernardes da Silva – Campinas/SP
Alexandre P. Faria Nogueira – João Pessoa/PB;
Ana Maria Hoepers Preve – Florianopolis/SC
Anderson Bem - Mal. Candido Rondon/PR
Azucena Arango Miranda – Univ. Humboldt de Berlín, Alemania UNAM, México
Carlos Alexandre Leão Bordalo –Belém/PA
Charlles da França Antunes - DEN
Claudinei Lourenço – Belo Horizonte/MG
Claudio Ubiratan Gonçalves – Belém/PA
Clay Anderson Nunes Chagas – Belém/PA
Cristiane Cardoso –Rio de Janeiro/RJ
Edima Aranha Silva – Três Lagoas/MS
Eduardo Karol – Niterói/RJ
Eliane Tomiasi Paulino – Londrina/PR
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Fernando Conde – Belo Horizonte/MG
Flávia Elaine da Silva Martins – Niterói/RJ
Flávio Palhano – Vitória/ES
Gabriel de Melo Neto – Catalão/GO
Gilmar Alves de Avelar – Catalão/GO
Gustavo Felipe Olesko – Curitiba/PR
Gustavo Prieto – São Paulo/SP
Jones Dari Goettert (UFGD)
Jeani Delgado Paschoal Moura – Londrina/PR
João Fabrini – Mal. Candido Rondon/PR
Jorge Ramón Montenegro Goméz – Curitiba/PR
Lucas Panitz – Porto Alegre/RS
Marcelo Garrido – Univ. Academia de Humanismo Cristiano, Chile
Margarida Pereira – Univ. Nova de Lisboa, Portugal
Marisia Buitoni – Rio de Janeiro/RJ
Marleide Sergio – Aracaju/SE
Natalia Freire – São Paulo/SP
Nazareno José Campos – Florianópolis/SC
Nilo Almeida – Recife/PE
Pedro Vianna – João Pessoa/PB
Raimunda Aurea – Aracaju/SE
Raquel Daré – Vitória/ES
Rosemeire A. de Almeida – Três Lagoas/MS
Saulo Costa – Recife/PE
Sinthia Batista – Porto Alegre/RS
Verônica Ibarra – Univ. Autonoma do México, UNAM
Willian Rosa Alves (*In memorian*) – Belo Horizonte/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n.48: Cátia Antônia da Silva, Guiomar Germani, Jorge Barcelos, Lucimar Siqueira, Manoel Santanna Filho, Maria Adailza Albuquerque, Mariana Lamego, Marilda Maracci, Paulo Alentejano

Editores Responsáveis: Renato Emerson dos Santos, Lara Schmitt Caccia

Endereço para correspondência
Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa
1989 - n.6 – impressa	2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1990 - n.7 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) - – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1994, 95,96 – interrompida	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1997 - n.13 – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1998 - interrompida	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
2000 - n.15– impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2017 – ano 32, v. 1 n. 48 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19- – impressa	
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL IX

ARTIGOS 12

ESTUDANTES AFRICANOS EM UNIVERSIDADES GOIANAS: ACORDOS DE COOPERAÇÃO, MIGRAÇÃO E RACISMO 13
Lorena Francisco de Souza

PAISAGENS CULTURAIS ALTERNATIVAS DO POVO KRENAK: A RESISTÊNCIA E EMERGÊNCIA ETNOPOLÍTICA DOS BORUN DO WATU 46
Ludmila de Miranda Rodrigues Silva, José Antônio Souza de Deus

AS CAMPONESAS E PESCADORAS ARTESANAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NA ATIVIDADE LABORAL: AS AÇÕES NO PONTAL DO PARANAPANEMA E EM UBATUBA - SP 80
Larissa Tavares Moreno, Sidney Cássio Todescato Leal

O PAPEL DO CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE CARIACICA, ES 116
Priscila Rosa Bandeira da Costa, Regina de Marchi Lyra, Eneida Maria Souza Mendonça

NORMAS 149

SUMMARY

FOREWORD IX

ARTICLES 12

AFRICAN STUDENTS IN UNIVERSITIES OF GOIÁS: COOPERATION AGREEMENT, MIGRATION AND RACISM 13
Lorena Francisco de Souza

BORUN DO WATU BRAZILIAN INDIANS' RESISTANCE PROCESSES AND ETHNOPOLITIC EMERGENCY 46
Ludmila de Miranda Rodrigues Silva, José Antônio Souza de Deus

FEMALE PEASANT AND ARTISANAL FISHERWOMAN IN PUBLIC POLICIES AND IN LABOR ACTIVITY: THE ACTIONS IN PONTAL DO PARANAPANEMA AND UBATUBA (SÃO PAULO) 80
Larissa Tavares Moreno, Sidney Cássio Todescato Leal

THE RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS IN THE MANAGEMENT OF SOLID URBAN WASTE IN THE MUNICIPALITY OF CARIACICA (ESPÍRITO SANTO/BRAZIL) 116
Priscila Rosa Bandeira da Costa, Regina de Marchi Lyra, Eneida Maria Souza Mendonça

STANDARDS 149

SUMARIO

EDITORIAL IX

ARTICULOS 12

ESTUDIANTES AFRICANOS EN UNIVERSIDADES GOIANAS: ACUERDOS DE COOPERACIÓN, MIGRACIÓN Y RACISMO 13
Lorena Francisco de Souza

PROCESOS DE RESISTENCIA Y EMERGENCIA ETNOPOLÍTICA DE LOS BORUN DO WATU 46
Ludmila de Miranda Rodrigues Silva, José Antônio Souza de Deus

LAS CAMPESINAS Y PESCADORAS ARTESANALES EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y EN LA ACTIVIDAD LABORAL: LAS ACCIONES EN EL PONTAL DO PARANAPANEMA Y EN UBATUBA (SÃO PAULO) 80
Larissa Tavares Moreno, Sidney Cássio Todescato Leal

LE RECYCLEUR DE RÉSIDUS RECYCLABLES DANS LA GESTION DES DÉCHETS URBAINS SOLIDES DANS LA MUNICIPALITÉ DE CARIACICA (ESPÍRITO SANTO/BRÉSIL) 116
Priscila Rosa Bandeira da Costa, Regina de Marchi Lyra, Eneida Maria Souza Mendonça

NORMAS 149

EDITORIAL

Uma virada política vem sendo cunhada no campo da Geografia. Se historicamente a afirmação da Geografia acadêmica se deu através de seu desenvolvimento enquanto ciência de Estado – e, portanto, a serviço dos projetos hegemônicos -, desde o movimento batizado de "Renovação da Geografia Brasileira" no final da década de 1970 o campo vem repolitizando seus olhares sobre o mundo e o país.

Uma das facetas dessa politização crítica é a busca da compreensão de dimensões das relações sociais de dominação valorizando as lutas de resistências. No campo e/ou na cidade, enfatizando aspectos econômicos, sociais, culturais, etc., leituras espaciais vem sendo feitas sobre a ação de grupos sociais subalternizados e contra-hegemônicos.

Tal é o espírito da presente edição da Terra Livre, intitulada "Opressões, trabalho e contradições da democracia: a Geografia das (re)existências". Reuniram-se, aqui, quatro artigos que compõem um quadro plural de processos de exploração, subalternização e, de outro lado, táticas e estratégias de ação, lutas e resistências. Em seu conjunto, dão uma pequena amostra dos leques de temáticas a que vem se dedicando a Geografia Brasileira neste período recente.

Que sejam boas as leituras e ativos os debates!

Comissão de Publicações

FOREWORD

A political turn has been coined in the field of Geography. If, historically, the affirmation of academic geography has occurred through its development as a science for State - and therefore, in the service of hegemonic projects -, since the movement named "Renewal of Brazilian Geography" in the late 1970s the field has been repolitizing their views on the world and the country.

One of the facets of this critical politicization is the search for understanding dimensions of domination´s social relations, with emphasis to the struggles of resistance. In the countryside and / or in the city, emphasizing economic, social, cultural, etc., space readings have been focused on the action of subalternized and counter-hegemonic social groups.

Such is the spirit of the current Terra Livre´s edition, titled "Oppression, work and contradictions of democracy: the Geography of (re) existences". Four articles have been gathered that make up a plural framework of processes of exploration, subalternization and, on the other hand, tactics and strategies of action, struggles and resistances. As a whole, they give a small sample of the thematic approaches that have been dedicated to Brazilian Geography in this recent period.

Let the lectures be good and active the debates!

The Editors

EDITORIAL

Un giro político viene siendo acuñado en el campo de la Geografía. Si históricamente la afirmación de la Geografía académica se dio a través de su desarrollo como ciencia de Estado -y por lo tanto al servicio de los proyectos hegemónicos-, desde el movimiento bautizado "Renovación de la Geografía Brasileña" a finales de la década de 1970 el campo viene repolitizando sus miradas sobre el mundo y el país.

Una de las facetas de esa politización crítica es la búsqueda de la comprensión de dimensiones de las relaciones sociales de dominación valorizando las luchas de resistencias. En el campo y / o en la ciudad, enfatizando aspectos económicos, sociales, culturales, etc., lecturas espaciales están siendo hechas sobre la acción de grupos sociales subalternizados y contrahegemónicos.

Tal es el espíritu de la presente edición de Terra Livre, titulada "Opresiones, trabajo y contradicciones de la democracia: la Geografía de las (re) existencias". Se reunieron aquí cuatro artículos que componen un cuadro plural de procesos de explotación, subalternización y, por otro lado, tácticas y estrategias de acción, luchas y resistencias. En su conjunto, dan una pequeña muestra de los abanicos temáticos a que viene dedicándose la Geografía Brasileña en este período reciente.

¡Que sean buenas las lecturas y activos los debates!

Colectivo de publicaciones

ESTUDANTES AFRICANOS EM UNIVERSIDADES GOIANAS: ACORDOS DE COOPERAÇÃO, MIGRAÇÃO E RACISMO

AFRICAN STUDENTS IN UNIVERSITIES OF GOIÁS: COOPERATION AGREEMENT, MIGRATION AND RACISM

ESTUDIANTES AFRICANOS EN UNIVERSIDADES GOIANAS: ACUERDOS DE COOPERACIÓN, MIGRACIÓN Y RACISMO

LORENA FRANCISCO DE SOUZA

Docente do curso de Geografia na Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Itapuranga. E-mail: lorena.perolanegra@gmail.com

* Artigo publicado em julho de 2018.

Resumo: Este artigo visa a discutir a migração estudantil africana em universidades goianas, trazendo uma análise e compreensão sobre os acordos de cooperação estabelecidos entre Brasil e países africanos de língua portuguesa. Trata-se de evidenciar o(a) migrante estudante africano(a) sob a base da qualificação da força de trabalho e o valor-dissociação como prerrogativa teórica em que a questão racial se apresenta como uma particularidade. Na crise vivida pela sociedade moderna, a mobilidade estudantil é encarada como uma alternativa governamental para o chamado desenvolvimento econômico e político de um Estado, portanto, a migração estudantil é um fenômeno particular de mobilidade da força de trabalho gerada pelo processo de modernização. Por meio da coleta e da sistematização de dados sobre migrantes estudantes africanos(as), em órgãos oficiais e nas universidades de destino, e de entrevistas com estes(as), discutimos também a representação social dos(as) migrantes africanos(as) no Brasil e o racismo que institui o tratamento desigual a "estrangeiros(as) não desejados(as)".

Palavras-chave: Migração estudantil. África. Racismo. PALOP.

Abstract

This article aims to discuss the student migration in universities from the State of Goiás, by bringing an analysis and understanding of the cooperation agreements established between Brazil and the Portuguese speaking African countries. It is about to highlight the African student migrant under the base of the qualification of the workforce and the value-decoupling as a theoretical prerogative in which the racial question presents itself as a particularity. In the crisis experienced by the modern society the student mobility is seen as a government alternative to the so-called economic and political development of a State, therefore, the student migration is a particular phenomenon of mobility of the workforce generated by the process of modernization. Through the collection and systematization of data in official bodies, at the destination universities about African student migrants and interviews with them, we also discuss the social representation of the African migrants in Brazil and the racism that establishes the unequal treatment to them, considered to be "unwanted foreigners".
Keywords: student migration. Afrika. Racism. PALOP.

Resumen

Este artículo pretende discutir la migración estudiantil africana en universidades del estado de Goiás, trayendo un análisis y comprensión sobre los acuerdos de cooperación establecidos entre Brasil y países africanos de lengua portuguesa. Se trata de destacar al estudiante migrante africano bajo la base de la calificación de la fuerza de trabajo y el desacoplamiento de valores como una prerrogativa teórica en la que la cuestión racial se presenta como una particularidad. En la crisis vivida por la sociedad moderna, la movilidad estudiantil es vista como una alternativa gubernamental al llamado desarrollo económico y político de un Estado, por lo que la migración estudiantil es un fenómeno particular de movilidad de la mano de obra generada por el proceso de modernización. A través de la recolección y sistematización de datos, en órganos oficiales y en las universidades de destino, sobre migrantes estudiantiles africanos y entrevistas con ellos, también se discute la representación social de los migrantes africanos en Brasil y el racismo que les establece el trato desigual que se les considera "extranjeros no deseados".
Palabras clave: Migración estudiantil. África. Racismo. PALOP.

Introdução[1]

[1] Este artigo, com adaptações, é parte da tese de doutorado intitulada *Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos(as) lusófonos(as) negros(as) em universidades goianas*, defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

A problemática social, racial e de gênero relacionada aos processos migratórios e ao trabalho, na sociedade atual, é um elemento que tem se ampliado no debate da geografia. As relações raciais, no Brasil, e a experiência de estudantes africanos(as) negros(as) em universidades goianas nos levaram a compreender parte das consequências do processo de modernização, na sociedade produtora de mercadorias, e do fenômeno migratório sob o viés da qualificação da força de trabalho (SOUZA, 2014).

A migração estudantil africana levanta discussões sobre a construção da identidade negra e das experiências coletivas nas interações políticas e culturais da diáspora africana (GILROY, 2001). A identidade racial se apresenta como um elemento presente nas relações de vivência do(a) migrante. A diáspora, para Ratts (2010), produziu formas de organização política, culturais e religiosas, além das fronteiras nacionais, abarcando construções que resistem à administração e ao controle do Estado. Para Gilroy (2001), ela "constrói esferas públicas alternativas, formas de consciência e de solidariedade comunitária que mantêm a identificação fora do espaço/tempo nacional" (2001, p. 251).

Haesbaert (2009) traz considerações acerca da condição migrante, dos fenômenos de desterritorialização e reterritorialização e dos equívocos lançados pela leitura do migrante como sujeito desterritorializado. Não é pelo fato de os(as) migrantes saírem de seu território (no caso da migração internacional) que estes(as) se tornam "desterritorializados" e perdem sua identidade. Também no sentido de se pensar o migrante como sujeito social, Saïd (1990 apud HAESBAERT, 2009) nos lembra das geografias imaginativas e das (re)invenções dos grupos em diáspora na reconstituição de sua territorialização. As discussões acerca da (des)territorialização problematiza a condição social e as identidades étnico-culturais dos(as) migrantes

Humanas da Universidade de São Paulo (PPGH-FFLCH-USP), sob orientação do professor Heinz Dieter Heidemann.

em questão, o que reflete um processo complexo e diferenciado, intimamente ligado à camada social a que pertencem e aos grupos culturais nos quais se inserem, além de depender dos seus níveis de (des)vinculação com o território.

Para a discussão sobre a migração estudantil africana, procuramos pontuar a crítica ao processo de modernização e a problemática racial a partir da crítica do valor-dissociação, que dialoga com a compreensão das dimensões de raça e gênero como partícipes do modo como a sociedade cria mecanismos de individualização e desigualdades. A discussão racial está apresentada, neste artigo, assim como em Scholz (2011), como importante aspecto no fenômeno migratório estudantil africano, pois as variáveis raça, gênero e camadas sociais correspondem a um processo indissociável.

Evidenciamos, nesse sentido, que a crítica do valor-dissociação procura aprofundar a crítica ao universalismo abstrato do sujeito monetário, concorrencial, masculino, branco e ocidental (KURZ, 2002). Para nós, o sentido de esta teoria se apresentar como pano de fundo para nossa investigação confere-se ao fato de que ela permite pensar as diferenças na sua relação dialética com a totalidade social negativa, na negação da naturalidade das coisas, possibilitando também refletir, simultaneamente, as diferenças de raça, classe, gênero e etnia.

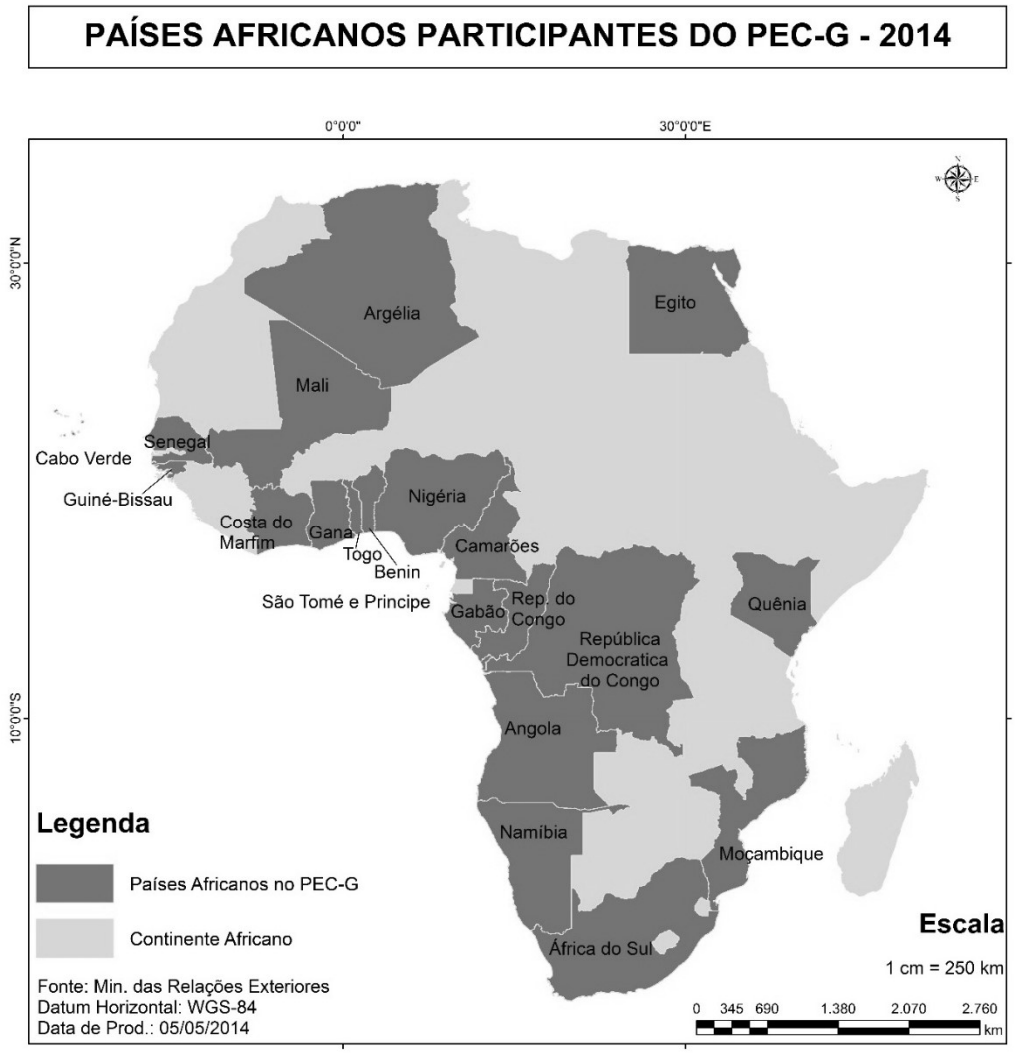
Frisamos que o valor-dissociação – também chamado de valor-cisão – é elemento importante para se entender o eurocentrismo do poder mundial capitalista, da divisão mundial do trabalho e da troca (QUIJANO, 2007). Como resultado da dominação colonial moderna, as considerações sobre a raça permeiam todos os âmbitos do poder mundial capitalista. Segundo Quijano (2007), o eixo central das formas de dominação social e de exploração do trabalho foi a associação entre a mercantilização da força de trabalho e a hierarquização da população mundial em termos de raça e de gênero.

Não podemos compreender todos(as) os(as) migrantes como iguais, desconsiderando-se as variáveis de classe, raça, gênero e idade, pois a mobilidade de pessoas apresenta-se como um fenômeno complexo e que atinge diferentemente um indivíduo de acordo com estas categorias. Nesse sentido é que pautamos a compreensão sobre as particularidades numa universalidade negativa e não numa singularidade que percebe o fenômeno por si mesmo. A particularidade em si nos obriga a ver a totalidade e suas contradições, e não a soma de partes (KURZ, 1992).

Dos pontos de vista cultural e racial, não há dúvidas de que o(a) migrante negro(a), embora estudante, seja indesejado ou discriminado, no Brasil, por conta da condição histórica do continente africano e pelas consequências do racismo moderno. Estas questões podem despertar uma elaboração atenta, sem perder de vista o intuito de crítica ao fenômeno migratório a partir do valor-dissociação, compreendendo que os sujeitos em questão têm uma percepção generalizada de servirem em benefício da família ou do Estado/país. Não se trata, também, de desconsiderar as impressões individuais, mas de pautar uma leitura sobre esses indivíduos nas suas particularidades como sujeitos.

Acordos de cooperação educacional: O Programa de Estudantes – Convênio (PEC-G/PEC-PG)

Os projetos de cooperação destinados à formação profissional de jovens de outros países foram estabelecidos, nas universidades brasileiras, desde a década de 1970. O Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) são os projetos mais significativos para a vinda de estudantes africanos ao Brasil. O Mapa 1, a seguir, apresenta a relação dos países africanos que participam do PEC-G.



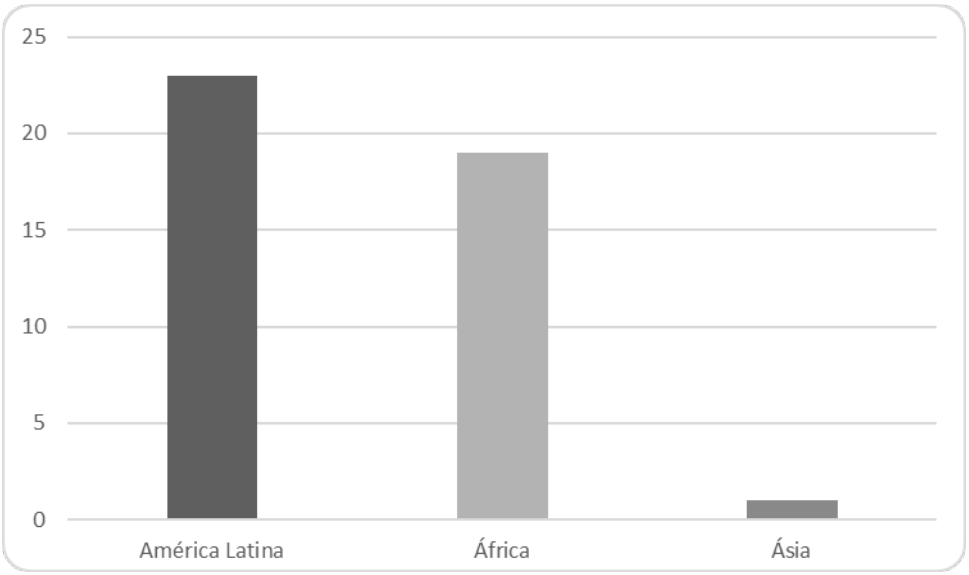
Mapa 1: Países africanos participantes do PEC-G 2014. Fonte: MRE, 2014.

Os maiores contingentes de estudantes africanos(as) para instituições de ensino superior (IES) brasileiras são provenientes de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Em seguida, destacam-se Angola, Congo, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Benin. Esta constatação reforça o que Hirsch (2007) e Mourão (2006) consideram a respeito da "disposição" cabo-verdiana para a migração, no sentido de que a mobilidade é vista, pelos cabo-

verdianos, como intrínseca à vida, revelando a construção de um mito de identidade internacionalizada.

Além do continente africano, são contemplados alunos da América Latina, que correspondem à maioria, e da Ásia, como mostra o Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Número de países por continente participantes do PEC-G e PEC-PG

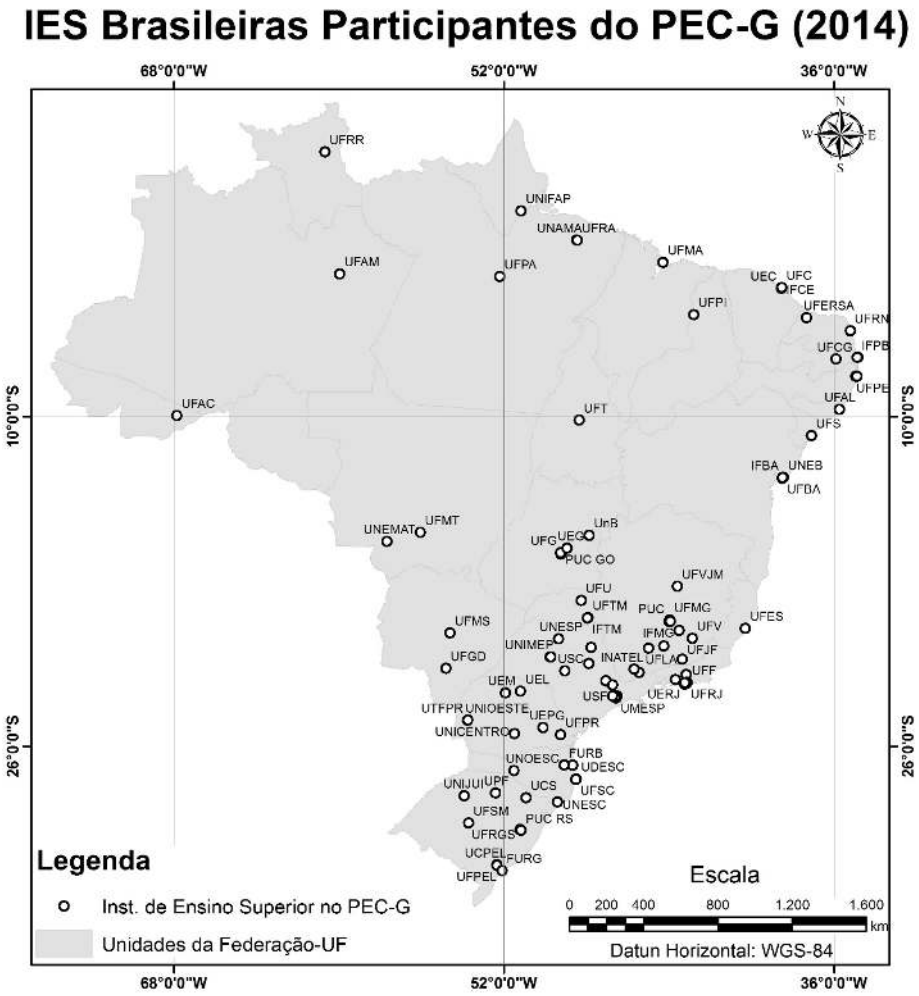


Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2012.

Os dois convênios supracitados representam a principal porta de entrada de estudantes africanos no Brasil, sendo, portanto, de suma importância para nossas investigações, e também porque todos(as) os(as) estudantes contactados(as) nesta pesquisa são provenientes do PEC-G e PEC-PG.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi criado para servir de amparo aos estudantes estrangeiros junto às universidades brasileiras, bem como para regulamentar a permanência destes no Brasil. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2010), o primeiro protocolo do PEC-G foi lançado em 1965 para oferecer vagas em IES brasileiras a candidatos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil

mantinha acordos bilaterais de cooperação educacional e/ou cultural. Atualmente, o programa é regido pelo Decreto Presidencial n. 7948, publicado em 2013, que versa sobre o oferecimento de vagas em diversas instituições de ensino superior, conforme se observa no Mapa 2, a seguir.



Mapa 2: IES brasileiras participantes do PEC-G 2014. Fonte: http://www.dce.mre.gov.br, 2014.

São oferecidas vagas, nas IES brasileiras, sem custo de matrícula e sem necessidade de se prestar o vestibular. O(a) estudante deve estar ciente das normas e regulamentos do programa, assumindo ser conivente com as exigências e condições

nele impostas. O governo brasileiro, no sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, disponibiliza um manual de orientações ao ingressante no programa em que são evidenciadas questões fundamentais para sua estadia e permanência, seja em relação a documentos a serem providenciados, informações sobre o Brasil e cada uma das regiões brasileiras e principais cidades, seja com informações gerais sobre a adaptação no país, entre outros aspectos. Além do decreto que rege o programa, este manual constitui-se como o principal documento de apoio ao estudante do convênio, visto que, ao chegar nas universidades de destino, pouco ou nada é feito para assegurar sua estadia e adaptação.

Como lembra Mungoi (2007), na maioria das vezes, ninguém os recebe no aeroporto ou na rodoviária, e muitos chegam a viajar sem nenhuma indicação prévia a respeito de hospedagem e com pouca quantia em dinheiro para este fim. Muitos não sabem para onde ir, com quem falar e nem como tratar da documentação necessária, o que nos leva a crer que as instituições não apresentam políticas "eficazes" ou efetivas de orientação e apoio aos estudantes do PEC-G e PEC-PG, enquanto as coordenadorias de relações internacionais destas instituições estão voltadas aos alunos intercambistas e à promoção/divulgação de programas de intercâmbio para a Europa, Canadá e EUA, principalmente.

A internacionalização do ensino e as estratégias políticas do Estado

A crise mundial advinda da Terceira Revolução Industrial atingiu o sistema moderno contemporâneo de escolas e universidades, e, em particular, a estrutura educacional dos países terceiro-mundistas. Neste processo atual de transformação da educação, iniciou-se a necessidade de internacionalização do ensino.

Os acordos bilaterais estabelecidos entre o continente africano e o Brasil abarcam diversas instâncias, todas elas

almejando o fortalecimento das trocas comerciais, o estreitamento das relações políticas e econômicas, visando ao aumento dos níveis de competitividade no sistema mundial produtor de mercadorias. No entanto, a educação tem sido um instigante ponto de análise acerca dos critérios de desenvolvimento e progresso, tão difundidos nos países em desenvolvimento. O objetivo disto é a busca por uma integração que possa se fortalecer no sistema financeiro mundial e atender aos interesses dos Estados-nações envolvidos por meio do discurso do benefício às sociedades.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com vistas ao incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico, por intermédio da declaração ocorrida em 2009, a partir de uma reunião ordinária, pontua que há um reconhecimento da importância das políticas científicas e tecnológicas e de ensino superior, visando ao desenvolvimento de sociedades mais "qualificadas e inclusivas, em condições de maior e mais equilibrado e sustentável crescimento econômico e social" (CPLP, 2009, p. 1).

As máximas expressas nos termos "crescimento", "progresso" e "desenvolvimento" são constantes em muitos discursos governamentais, mas, para países em desenvolvimento, elas se transformaram em pontos de partida para o alcance de objetivos firmados pelos acordos de cooperação, na tentativa de firmar/afirmar que determinado país, com a ajuda de todos, pode chegar ao topo da concorrência mundial, sendo que isto se torna mais fácil se todos os países em desenvolvimento frisarem a importância da união e de uma voz uníssona na corrida por este desenvolvimento.

É importante entendermos o discurso do progresso a partir de uma ótica da crítica a este modelo de desenvolvimento que abarca as esferas política e econômica e atinge a cultural. Dupas (2006) lembra que a capacidade de produzir mais e melhor – uma das hélices do que se entende por progresso de um país – é recorrente, mas o que não se divulga é que este denominado

progresso traz consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. Segundo este autor, a doutrina do progresso acabou se incorporando à filosofia do século XVIII e foi se convertendo em produtos e serviços técnico-científicos que se transformaram em objetos de desejo e símbolos do progresso (BARZUN apud DUPAS, 2006).

Na era moderna, emergiram os ideais sobre o futuro em conflito com as crenças renascentistas, consideradas atrasadas em detrimento do moderno, considerado como elogio. Desse modo, as novas descobertas passaram a ser fortes marcadores de uma mudança cultural em que a sabedoria, como uma categoria iluminista, tornou-se condição a priori para o progresso.

O Iluminismo, portanto, com o intuito de romper ideologias, acabou criando a ideologia do progresso baseado na importância crescente da ciência e da técnica. Segundo Dupas (2006), o livro que melhor simboliza a ideia de desenvolvimento humano a partir das concepções de progresso e liberdade, já introduzindo a visão liberal no sistema econômico de mundo, foi *A riqueza das nações*, de Adam Smith, escrito ainda no século XVIII, em que ele difundiu a ideia de liberdade econômica como motor de um sistema econômico eficiente para levar ao progresso. As concepções liberais foram fundamentais para a construção do conceito de progresso na medida em que este se formava na evolução do conhecimento e acabava sendo aceito como uma verdade.

A educação como uma instância social fundamental também reproduz os ideais de progresso, transformada em critério de legitimidade do desenvolvimento de um Estado e em conhecimento travestido de poder. Nas palavras de Dupas (2006), atualmente, o processo de ensino contemporâneo adota, de uma maneira geral, o conceito da utilidade pragmática, da funcionalidade por si mesma, enquanto o processo de ensino aprendizagem é relegado a um segundo plano.

No mesmo sentido, Chauí (2003) critica a reforma ocorrida nas universidades brasileiras, no século passado, que redefiniu o papel do Estado na promoção da educação, da saúde e da cultura. A educação passou, assim, a ser considerada como serviço não exclusivo do Estado, o que significa que

> [...] a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social (CHAUÍ, 2003, p. 6).

Apresenta-se, dessa forma, o perigo da aplicação de categorias empresariais aos processos de formação nas universidades, contrárias aos ritmos lentos da verdadeira aprendizagem, como salientou Dupas (2006). A universidade torna-se empresa e, como tal, deve responder aos interesses econômicos de quem a sustenta. Em outras palavras, ela se operacionaliza para cumprir objetivos pragmáticos que respondam aos anseios do mercado e do próprio Estado, que viu na produção do conhecimento uma possibilidade de crescimento do eixo de poder na competitividade mercadológica. É a chamada mercadorização da universidade, já apontada por Santos e Filho (2008), em que

> [...] o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São os dois pilares de um vasto projecto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional (SANTOS, FILHO, 2008, p. 18).

A universidade lida com a produção de conhecimentos instrumentais úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A universidade como

empresa produz não apenas para o mercado, mas produz a si mesma como mercado (SANTOS, FILHO, 2008), seja de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes e de avaliação de docentes e estudantes. Isto nada mais é do que a necessidade de submissão da educação à valorização do capital, transformando áreas da vida social em mercadorias.

Desde o final da década de 1980, o ensino superior público tornou-se o mais elitizado, e tem aumentado o que Kurz chamou de sua capacidade de valorização econômica imediata. Desse modo, com força cada vez maior, "as escolas e as universidades são atadas diretamente à "economia", guiadas segundo critérios da economia empresarial e, no plano dos conteúdos, dirigidas ao conformismo com o mercado" (KURZ, 2011, p. 15).

Para Pinto (2004), o modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil, em especial a partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei no 5.540/68), durante a ditadura militar, e intensificado após a aprovação da LDB (Lei no 9.394/96), no governo de Fernando Henrique Cardoso, teve como diretriz a abertura do setor aos agentes do mercado, produzindo privatização e mercantilização intensas – das maiores do mundo –, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e a equidade.

A educação tem um importante papel na ótica neoliberal, na medida em que se estreitam a preparação para o trabalho e para a competitividade do mercado, seja nacional ou internacional, e a transmissão do ideal do livre mercado e da livre iniciativa (SILVA, 1999). O parâmetro da produtividade e da eficiência empresarial são ícones importantes na corrida competitiva para a qualificação da força de trabalho, para a qual a universidade tem se prestado como promotora.

O mundo da educação é intrínseco ao mundo do trabalho. Ele tem refletido as novas demandas e transformações ocorridas na sociedade atual, em termos de política e economia, e o que se vê, no Brasil, é uma espécie de endeusamento/entendimento do ensino superior como responsável pelo desenvolvimento do país,

pela qualidade e excelência no ensino e pelo crescimento político, econômico e cultural como um todo. De fato, é inegável que o ensino superior (representado, em nosso interesse aqui, pela universidade) tem se destacado como um importante estágio de ensino-aprendizagem, de pesquisa e de extensão. O aumento do acesso ao ensino superior tem sido um dos maiores ganhos governamentais e sociais, nas últimas décadas, apresentando o que tem se chamado de democratização do ensino, que entendemos como um fator que trouxe, entre outros aspectos, debates importantes sobre a problemática da elitização da educação superior, o aumento desenfreado do número de universidades privadas, o boom das ações afirmativas etc.

Visões otimistas acreditam e depositam no Estado a responsabilidade social perante o bom funcionamento da universidade como mantenedora do conhecimento e da inovação. A respeito da necessidade de extensão da pesquisa, do aumento de vagas e da abertura no cenário internacional, Genro (2006) salienta que, dessa maneira, o Brasil está buscando uma mudança na construção de um projeto de nação, antes – ou ainda – inconcluso. A cooperação internacional é apontada como um carro-chefe na proposição de interesses e negociações compartilhados em escala global. Entende-se, nas palavras de Gazzola (2006), que a cooperação internacional nos âmbitos das universidades se refere

> [...] a um generoso projeto de mundialização, criando espaço a todos a partir da criação e fortalecimento de blocos regionais, seja com diplomas compartilhados, acolhimento mútuo de alunos, na graduação e na pós-graduação, colaboração científica, tecnológica ou cultural, nas áreas as mais diversas, acordos a propósito de patentes e equipes conjuntas de pesquisas (GAZZOLA, 2006, p. 53).

Desse modo, a cooperação internacional nas universidades aparece como uma força que tem se destacado neste cenário atual em que prevalece a política das empresas em detrimento da política dos Estados. Existem metas a serem alcançadas pelas

universidades que prezam pela excelência e qualidade de ensino, pesquisa e extensão, e se o conhecimento e a inovação tecnológica são mecanismos de ascensão do Estado brasileiro frente ao mercado global. Cabe aqui mencionar, em certa medida, a ação do Estado brasileiro frente ao projeto de desenvolvimento nacional.

Numa leitura geopolítica acerca das causas das dificuldades de desenvolvimento de países fora do centro do sistema-mundo, Lima e Contel (2011) afirmam que sua infraestrutura encontra-se extravertida, ou seja, voltada para os países centrais no favorecimento das exportações e no enfraquecimento do mercado interno, na utilização de técnicas produtivas importadas (que demandam altos custos e pouca utilização de mão de obra) e na pouca capacidade de controle nacional das atividades produtivas (já que quem as comandam são empresas transnacionais), além de padrões de ação política importadas em que as elites nacionais adotam modelos externos.

Todos esses aspectos foram adotados pelo Estado brasileiro, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, entre as quais fragmentaram-se os níveis de organização dos bens de produção para três atores, sendo a burguesia nacional a responsável pelos setores industriais tradicionais (como produtos têxteis, bebida, madeira e alimentos), às empresas transnacionais coube as atividades voltadas para a tecnologia (como a automobilística e a farmacêutica) e, por fim, ao Estado coube os grandes investimentos com as infraestruturas de transporte, energia e telecomunicações.

Esse caráter de Estado produtor trouxe inúmeras consequências para a população do país, sobretudo a de baixa renda, que, em nenhum momento, esteve incluída nessa espécie de *Welfare State*. O aumento das dívidas externa e interna redefiniu a necessidade de uma reforma estatal, na década de 1990, a fim de, entre outros aspectos, redirecionar investimentos para educação e saúde. No entanto, "novas formas de organização das

políticas públicas se instala, a favor de poderosos atores privados" (LIMA, CONTEL, 2011, p. 34).

A relação entre Estado e ensino superior passou por intensas reformas, com a privatização de empresas estatais e o investimento de dinheiro público em instituições privadas. Assim, houve um *boom* de instituições privadas credenciadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e uma crescente flexibilização do ensino superior (LIMA, CONTEL, 2011) no sentido de que as instituições de ensino superior atendessem às novas velhas exigências da sociedade e do mercado. Então, essa "nova roupa" do ensino superior brasileiro culminou com mudanças significativas na estrutura curricular dos cursos de graduação e na criação de centros universitários voltados para a prestação de serviços de educação privada em nível de terceiro grau, em que desvincula-se a pesquisa do ensino para atender a consumidores-clientes em universidades mercantis (CALDERON, 2000).

A chamada flexibilização do ensino superior também levou à sua internacionalização, seja com o crescente fluxo de estudantes brasileiros para o exterior, seja, atualmente, com um movimento contrário a esta dinâmica, no qual se insere a mobilidade estudantil africana. Os acordos de cooperação bilaterais têm fortalecido o entendimento de que a universidade presta serviços, e também a inserem nas atividades comerciais, assim como acontece já no âmbito econômico.

Os interesses econômicos dos países semiperiféricos (como o Brasil é considerado) têm intensificado a lógica do processo de internacionalização nas IES, com um fluxo cada vez maior de estudantes brasileiros a realizarem os seus estudos no exterior, principalmente na Europa e nos EUA. A vinda de estudantes estrangeiros para cursarem graduação e pós-graduação nas IES brasileiras é o outro lado desta mesma perspectiva em que a internacionalização visa ao fortalecimento dos acordos de

cooperação com outros países de modernização retardatária (como os países luso-africanos).

Assim, o discurso da qualificação impera como um diferencial na corrida pelo mercado de trabalho e se fortalece, tanto da parte do país de origem quanto do país receptor, ao ter evidenciada a excelência no ensino, pesquisa e extensão pelas universidades brasileiras, o que, entre outros aspectos positivos, traz a internacionalização como uma consequência da lógica da competição para o trabalho.

Fartes (1998) apresenta a teoria do capital humano como base para o entendimento da corrida pela qualificação como um elemento essencial para o desenvolvimento de um país/Estado/nação. A qualificação já se apresentava nas teorias de economistas como Adam Smith, ainda no século XVIII, em que era considerava um fator de produção. Assim, para os teóricos do desenvolvimento, sejam os do século XVIII e os contemporâneos,

> [...] a estreita relação entre qualificação/força de trabalho e crescimento é evidente, na medida em que a aquisição de conhecimentos leva a um aumento de produtividade, à elevação de renda do trabalhador e, consequentemente, ao desenvolvimento da sociedade como um todo (FARTES, 1998, p. 213).

Nessa ótica do "capital humano", a qualificação é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento no sentido até mesmo de explicar, por meio de sua própria lógica, que as diferenças de renda por pessoa e a produtividade são equivalentes ao nível educacional adquirido por um indivíduo. Assim, para esta assertiva,

> [...] ao permitir a aquisição de saberes específicos e o aperfeiçoamento de habilidades necessárias à qualificação para o trabalho, estabelece um vínculo direto entre educação, treinamento, produtividade e acumulação desse capital adquirido na escola (FARTES, 1998, p. 213).

A crítica apresentada por Frigotto (1991) sobre essa concepção economicista da educação pautada no chamado capital

humano considera a economia burguesa como estratégia de subordinação dos processos educativos ao capital, reduzindo-os a simples "fator de desenvolvimento".

A internacionalização da economia e o advento de novas tecnologias e meios produtivos que visam ao aumento no nível de competição no mercado mundial têm suscitado, nos países modernos retardatários, a exigência de perfis educacionais em que a qualificação aparece como condição fundamental.

O debate sobre a qualificação tem sido amplo nas referências que relacionam a sociologia do trabalho e a educação. Autores como Frigotto (1991) e Shiroma e Campos (1997) problematizam a qualificação como habilidade técnica ou como o que, atualmente, se compreende por competência. Eles partem de um entendimento da qualificação segundo o contexto da reestruturação produtiva que culminou com o fortalecimento do ensino técnico e incorporou ao ensino ou à educação em si os conceitos empresariais de produtividade, habilidade, competência e melhor desempenho.

O mercado produz a reificação das qualidades, atributos e capacidades humanas compreendidas como inerentes ao indivíduo, e não construídas socialmente (MACHADO, 1996, apud SHIROMA, CAMPOS, 1997). Portanto, o indivíduo competente é uma exigência, e

> [...] enquanto atributo pessoal [a competência] se identifica como o ser rentável e o saber competir, a capacidade de pertencer ao mercado por direito, de concorrer e fazer cumprir o objetivo de maximização das condições de venda da própria força de trabalho, mostrando que entre os dois termos – competência e competir – há mais que uma identidade etímica, há identidade com a lógica do capital (MACHADO, 1996, apud SHIROMA, CAMPOS, 1997, p. 26).

Desse modo, a concepção empresarial adentra as relações sociais de produção, apresentando comportamentos e habilidades necessárias ao trabalhador que quer vender sua força de trabalho.

A nossa preocupação se volta à maneira como esta concepção se instalou no seio da educação e do ensino, amparando-se no modelo da competência e da qualificação como resultado final. Embora a qualificação da força de trabalho, na literatura sobre educação, se paute mais precisamente sobre o ensino básico e o ensino técnico, numa nuance mais aprofundada, salientamos que os cursos de graduação no ensino superior também se prestam a este objetivo, com suas particularidades.

De acordo com Kurz (2011), nos últimos tempos, houve uma massificação das qualificações superiores que traz um outro problema relativo à desvalorização da força de trabalho qualificado para o mercado de trabalho. Sob esta perspectiva, a formação acadêmica também se torna precária, apresentando, assim, um quadro de discrepância entre a qualificação e as exigências da conjuntura econômica. Neste quadro, algumas "qualificações" estão se tornando supérfluas ou obsoletas, outras têm número excessivo de oferta e outras estão em falta no mercado competitivo. O "proletariado acadêmico" acaba por entrar no jogo do mercado, mais uma vez, com o abismo entre a qualificação em massa e o emprego.

Ao relatarem suas expectativas de emprego, no retorno aos seus países, os(as) estudantes africanos(as) evidenciam essa contradição estrutural do sistema moderno produtor de mercadorias na relação entre economia e educação. No entanto, por se tratar de uma realidade econômica ainda fragilizada, muitos(as) estudantes conseguem adentrar no mercado de trabalho. Segundo um deles,

> *[...] o emprego não é uma garantia assim 100%, mas, para as políticas de emprego da Angola, que é meu país, é muito provável que as pessoas cheguem e consigam um emprego. Acho que em menos de 6 meses, você consegue um emprego, dependendo também da área em que você se forma. Na área de construção civil, medicina, há muita oferta, porque o país precisa. Agora, professores também. De fato, os países do Terceiro Mundo têm uma carência de professores, em todas as disciplinas. Às vezes, têm formação, mas não têm*

> *paciência de estar em sala de aula (G. A., estudante angolano).*[2]

A situação socioeconômica de Angola, assim como a de outros países luso-africanos, justifica a ampla oferta de emprego, tanto em áreas tecnológicas, quanto da saúde ou do ensino. Mas é possível perceber o que Kurz (2011) já dizia a respeito da obsolescência das qualificações em massa, quando há um grande número de formados que não exercem a profissão, seja por falta de emprego ou não afinidade com a profissão. O estudante J. D. A., no depoimento abaixo, ainda apontou para o problema dos vazios demográficos em seu país e para o alto índice de êxodo rural, que tem levado, cada vez mais, a população para a capital e desmotivado a ida de profissionais formados no estrangeiro para áreas do interior.

> *Em Guiné-Bissau, não vou dizer assim, que tem uma garantia de emprego, mas o país passa por uma situação em que há déficit de profissionais em várias áreas. Então, para quem estudar no estrangeiro, tem 70-80% de chance para ele conseguir emprego. Se ele voltar pra lá [Guiné-Bissau], nem vai ser necessário fazer um concurso público. É só apresentar o currículo e o diploma que ele vai ser enquadrado, porque ocorre este déficit de profissionais* (J. D. A., estudante guineense).

O relato acima é significativo ao apontar a facilidade que estudantes formados no exterior encontram para exercer suas profissões. No entanto, há uma naturalização da escolha destes

[2] A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com estudantes africanos(as) das três principais universidades goianas. Foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro estruturado e importantes conversas e diálogos abertos, versando sobre a condição de estudante no Brasil e as impressões/ representações e vivência no país. Foram entrevistados 17 estudantes, sendo 11 homens e 6 mulheres, com idades entre 18 e 29 anos, no período de 2002 a 2011. Esta escolha se deu por meio das redes de conhecidos pela universidade e em encontros referentes e promovidos pelos movimentos sociais negros, em Goiânia (GO).

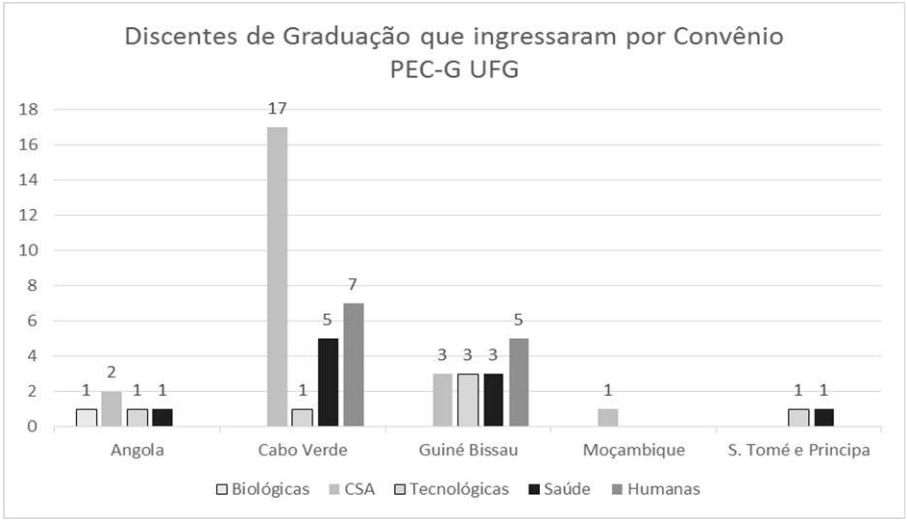
formados pela capital em detrimento das áreas do interior, o que se torna um problema para as autoridades que procuram, de antemão, direcionar os recém-formados às áreas mais necessitadas. O estudante L. P. N., abaixo, já pontua a vantagem na formação superior no exterior, dizendo que

> *[...] não tem uma garantia de emprego, mas a oportunidade de se formar fora é vantajosa, sim. Alguns que se formaram no Brasil, que eu conheço, um se tornou embaixador, outro se formou em letras e trabalha em um importante órgão, em Guiné-Bissau. Outro que se formou em economia não conseguiu trabalhar no ministério, porque é muito burocrático e depende de indicações, daí ele foi dar aula na universidade e foi fazer mestrado em Lisboa. Nas áreas de engenharia, telecomunicação, tecnologia em geral, você tem mais chance, porque há poucos profissionais. Você já chega lá com seu currículo e já arruma emprego. Então, minha intenção é essa, voltar para meu país, ficar perto da família e dar minha contribuição e poder progredir lá, mostrar meu conhecimento* (L. P. N., estudante guineense).

O estudante L. P. N. chama a atenção ao que se considera "sucesso" para aqueles que estudaram fora de Guiné-Bissau (ocupando importantes cargos, ministrando aulas em universidades locais etc.), e, de fato, isto corresponde a um significativo retorno para o país de origem, mas não podemos nos esquecer de que a formação superior, sozinha, não garante a empregabilidade, como já ocorreu com alguns de seus conhecidos. A burocracia e o apadrinhamento ainda se apresentam como barreiras na entrada para o mercado de trabalho. No entanto, quando corresponde a formações técnicas e/ou tecnológicas e da saúde, a situação é favorável.

Abaixo, no Gráfico 2, verifica-se o ingresso de estudantes do PEC-G na Universidade Federal de Goiás (UFG), de acordo com a área de conhecimento.

Gráfico 2 – Discentes por área de conhecimento que ingressaram pelo PEC-G na UFG, de 1993 até 2010



Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, UFG, 2010.

Verifica-se que o índice de estudantes da UFG em cursos de ciências sociais aplicadas (CSA) é superior às demais áreas. Isto demonstra o que os estudantes relataram, quando questionados acerca dos cursos mais procurados pelos ingressantes do PEC-G, destacando-se os cursos de direito, administração, economia e comunicação social. As engenharias e os cursos na área da saúde também estão no topo da lista dos cursos mais procurados e direcionados a estes estudantes.

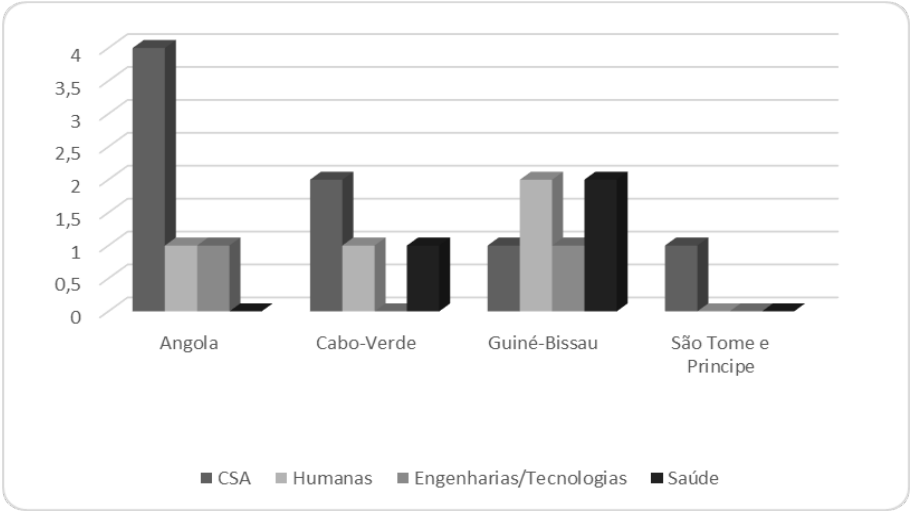
Desse modo, é importante relembrarmos da subordinação da vida acadêmica à lógica do mercado, que impulsiona a profissionalização da força de trabalho (ANDRIOLI, 2013). Indubitavelmente, existe uma urgência de as universidades oferecerem cursos atrativos ao competitivo/concorrido mercado de trabalho e comungarem com o discurso da inclusão social ao oferecerem o título acadêmico.

A área de ciências humanas, embora haja ainda nesta um considerável contingente de estudantes africanos(as), é relegada a uma constante desvalorização, visto que não oferece o índice de

empregabilidade esperado. Muitas discussões são, atualmente, travadas acerca da desvalorização das ciências humanas em detrimento das áreas que envolvem conhecimentos tecnológico e matemático ou das que correspondem à saúde, bastante procuradas pela grande oferta e altos salários.

O Gráfico 3 reflete uma realidade em que as áreas de ciências sociais aplicadas e da saúde são as mais requisitadas pelos estudantes da Universidade Federal de Goiás. A partir das entrevistas, contata-se que a escolha por tais áreas se deve, principalmente, às necessidades profissionais nos países de origem, havendo, portanto, maior possibilidade de entrada em seu mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Índice de preferência por área de conhecimento de acordo com o país do estudante PEC-G (UFG-2010)

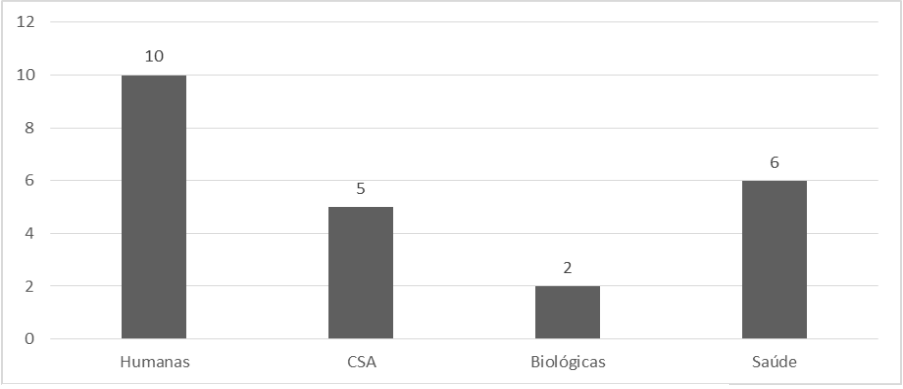


Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, UFG, 2010.

Contrariamente ao que acontece com os(as) estudantes africanos(as) da UFG, verifica-se que, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), a maioria dos(as) estudantes africanos(as) cursa graduações da área de ciências humanas (Gráfico 4). Haja vista que, nesta universidade, prevalecem as licenciaturas, ainda há pouca infraestrutura, por ser uma universidade jovem e por

depender dos interesses e financiamento do Estado para o desenvolvimento de pesquisas.

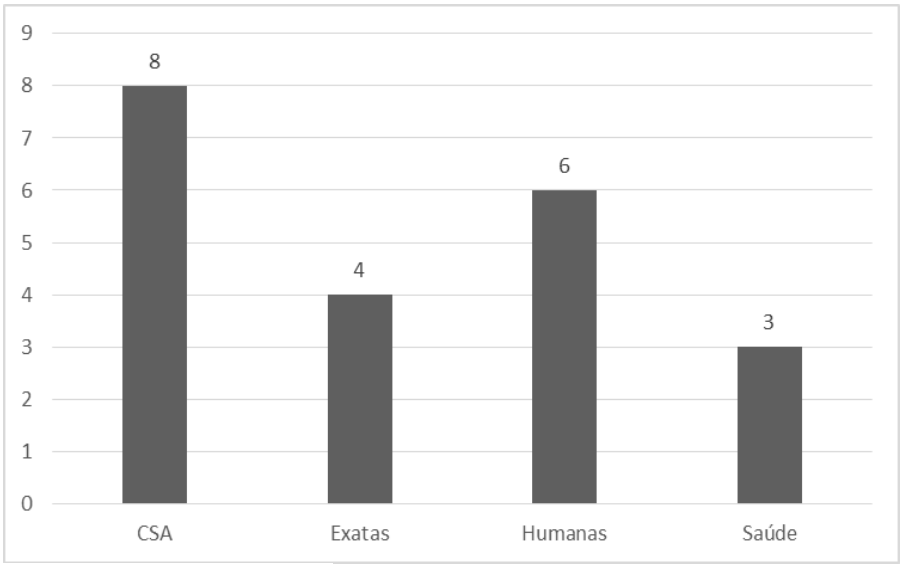
Gráfico 4 – Alunos selecionados por área do conhecimento pelo Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G (UEG - 2002 a 2010)



Fonte: Assessoria de Relações Internacionais – UEG, 2010.

Na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), como apresentado no Gráfico 5, a escolha pelos cursos de ciências sociais aplicadas prevalece, tendo destaque a área da comunicação. Segue-se também a escolha pelas ciências humanas, opção esta que se apresenta a partir da influência da rede de amigos(as) que já voltaram para seus países.

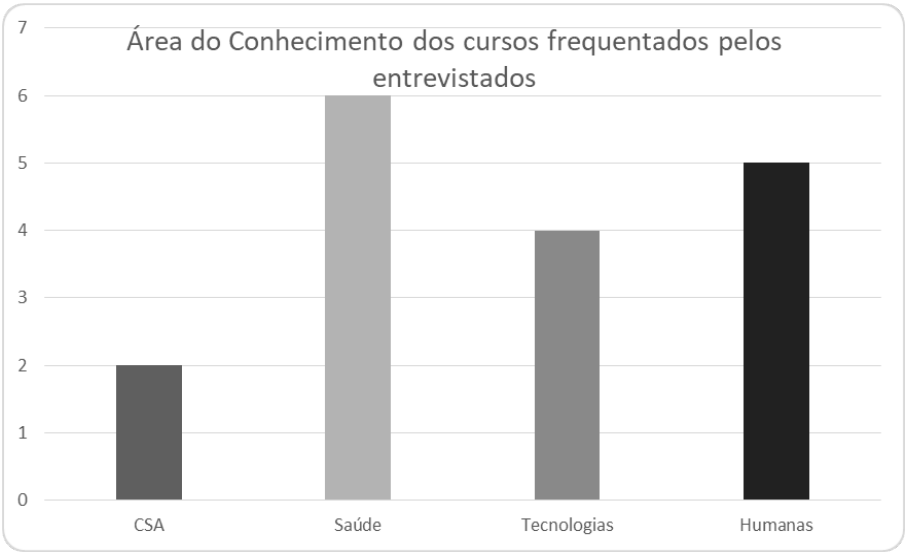
Gráfico 5 – Preferência das áreas de conhecimento dos(as) estudantes entrevistados(as) (PUC-GO – 2010)



Fonte: ARI-PUC-GO, 2010.

Na síntese dos dados apresentados no Gráfico 6, a partir da representação da escolha por alguns cursos, verifica-se que o ensino superior obedece, assim, à sobrevalorização do pragmatismo e da formação técnica.

Gráfico 6 – Panorama geral da área de conhecimento dos cursos frequentados pelos(as) entrevistados(as) (UEG, UFG, PUC-GO)



Fonte: Entrevista realizada com estudantes africanos(as) em universidades goianas, 2011.

Na visão de Andrioli (2013),

> [...] a ideia é a de que, com uma melhor qualificação técnica, se tenha maiores possibilidades de conseguir um emprego num mercado de trabalho em declínio, e é essa a motivação da maioria dos estudantes ao ingressarem na universidade. Em consequência a isso, a reflexão sobre os problemas da sociedade assume cada vez menos importância; e valores como engajamento, mobilização social, solidariedade e comunidade perdem seus significados. Importante é o luxo, o lucro, o egocentrismo, a "liberdade do indivíduo" e um lugar no "bem-estar dos poucos" (ANDRIOLI, 2013, p. 3).

A possibilidade de se conseguir um bom emprego é, indubitavelmente, o grande objetivo destes(as) estudantes, e não é nossa intenção questionar o entendimento que eles(as) têm a respeito da função utilitarista de sua formação no ensino superior, mas buscar compreender que estes(as), como um grupo social, têm expectativas e visões de mundo acerca da construção de uma carreira. Como salientam Machado et al. (2003), os estudantes universitários constituem, atualmente, um segmento da população

> [...] particularmente decisivo pelo seu protagonismo social – quer enquanto jovens estudantes, quer nos seus destinos sociais potenciais – e pelo facto de neles se revelarem muitas das dinâmicas de mudança social e cultural mais importantes da actualidade (MACHADO et al., 2003, p. 47).

O ensino universitário torna-se uma expectativa importante em diversas escalas, seja familiar ou profissional, e atinge os segmentos mais estruturais da realidade vivenciada por muitos países a que pertencem os estudantes africanos em questão, pois é esta realidade que os direciona para determinados cursos em detrimento de outros. São as relações interpessoais e a carreira (já existente ou não) que determinam, em parte, a escolha por um curso, além dos direcionamentos do próprio PEC-G, que

muitos acabam cursando de acordo com a disponibilidade de vagas oferecidas pela instituição da cidade ou região.

Racismo institucional e a condição migrante

Ao evidenciar o relato de alguns estudantes, chamamos a atenção para o sentimento de estranhamento vivenciado por estes no sentido de pensarem sobre como são abordados pelas pessoas, por policiais e pelas universidades que os recebem. Os estudantes apontaram que não possuem as "vantagens" de serem "gringos", seja nos círculos de convívio ou na universidade. Na rua, todos os rapazes africanos já foram abordados por policiais de maneira violenta (e só foram reconhecidos como estrangeiros e estudantes após perceberem os seus sotaques), e, nas universidades, não são adequadamente orientados pela instituição. O que as instituições alegam, ao serem questionadas acerca do acolhimento ao estudante estrangeiro, contradiz os relatos dos estudantes, e, muitas vezes, se concretiza apenas nos manuais de orientação distribuídos pelo próprio Ministério das Relações Exteriores ao Estudante Convênio PEC-G/PG.

O racismo institucional, de acordo com Rex (apud SANTOS, 2012), revela-se por meio de mecanismos e estratégias que dificultam a presença ou a permanência dos negros numa determinada instituição. Ele se manifesta quando uma instituição cria um fator de discriminação, mas não o reconhece formalmente. Assim,

> [...] o problema não é demonstrar a existência de ideologia e doutrinas que as pessoas utilizam para justificar suas ações. É no funcionamento da sociedade na qual o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros, sem que haja necessidade de teorizar ou de tentar justificá-los pela ciência (SANTOS, 2012, p. 20).

Torna-se uma questão delicada e complexa a afirmação da existência do racismo institucional nas universidades receptoras, mas, como uma instituição social, a universidade representa o

modus operandi social, que é marcado pelo racismo e por demais discriminações. Nos baseamos nos relatos dos(as) estudantes, que, mais do que denúncia, demonstram uma percepção própria a respeito do tratamento e das relações que engendram o meio acadêmico. O racismo institucional, por certo, é um mecanismo de geração de hierarquias por meio de práticas consideradas neutras ou universalistas que controlam os espaços e os serviços oferecidos.

As universidades, ao negligenciarem esses estudantes, seja com a falta de informação e orientação, seja na diferença de tratamento se comparado a outros(as) alunos(as) estrangeiros(as), dão margem a um entendimento sobre a perpetuação de um racismo institucional velado. Estamos nos referindo a um mecanismo de discriminação profundamente eficaz que tem dificultado o acesso a bens e serviços à população negra, e que a tem tratado de maneira desigual, nos âmbitos também do gênero e da geração.

Esta problemática envolve a percepção dos(as) estudantes africanos(as) frente às universidades de acolhida. Mesmo que algumas universidades ofereçam um material guia para informações gerais aos alunos estrangeiros, verifica-se que sua disponibilidade é restrita aos *sites*, e, apesar de sua utilidade para qualquer estudante estrangeiro ingressante, é direcionado implicitamente aos estudantes intercambistas que não participam do PEC-G.

Uma questão que também se apresenta como um impasse aos ingressantes do programa é a dificuldade de conseguirem bolsas de estudo, seja do governo de seus países ou do governo brasileiro. Com o passar dos anos na graduação, o(a) estudante pode receber bolsa de estudo do governo brasileiro, mas são casos específicos, e, muitas vezes, este beneficio é concedido já na metade ou no final da graduação.

O programa de bolsas do governo brasileiro ainda não corresponde às demandas do número de estudantes ingressantes, sendo, na verdade, um mecanismo burocrático de um *marketing*

político que visa a apresentar o espetáculo das relações internacionais, tendo em destaque os acordos bilaterais Brasil-África. No entendimento de Ribeiro (2007), a política externa brasileira não é somente reativa aos impulsos externos oriundos dos grandes centros hegemônicos, mas também resultado de esforços políticos domésticos, "hábeis em absorver e adaptar-se a esses impulsos, transformando-os em objetivos ou situações a resistir, combater ou negociar" (RIBEIRO, 2007, p. 285).

Há, desse modo, interesses domésticos e externos na busca da redefinição da inserção do Estado brasileiro no sistema internacional, em que o continente africano se apresenta como peça-chave para esta estratégia do governo brasileiro. Portanto, as apresentações referentes ao avanço no oferecimento de vagas na educação superior para estudantes de países em desenvolvimento é um "prato cheio" para uma política externa brasileira de sucesso.

Observa-se que o PEC-G e o PEC-PG buscam cooperar com a continuidade dos estudos desses(as) estudantes, sendo, portanto, um benefício coletivo e individual de consolidação de vínculos sociais, acadêmicos e de intercâmbio (DESIDÉRIO, 2005). Porém, é "também um programa que se limita a um determinado público seletivo que comprove solvência econômica para estudar no país e se manter sem custos adicionais para o Estado que o recebe e/ou que o envia" (DESIDÉRIO, 2005, p. 124).

É nítida a afirmação de que o Ministério da Educação, representado pelas instituições de ensino superior, não tem qualquer responsabilidade financeira perante estes(as) estudantes. Portanto, o estudante assina um termo de compromisso e responsabilidade, afirmando ter recursos próprios para a sua permanência com os seus comprovantes de renda.

Considerações finais

Com as reflexões sobre a qualificação da força de trabalho e da identidade negra, migrante e estudante, temos compreendido

que estes sujeitos sujeitados estão inseridos na lógica dos discursos sobre a qualificação e o desenvolvimento, mas se apresentam como sujeitos com suas individualidades, suas coletividades, no esconde-esconde da vida urbana e universitária.

O(a) estudante é migrante à medida que se desloca e traz consigo sua individualidade, sua identidade, suas lembranças e seus planos traçados, ao mesmo tempo em que interpreta o estudo como um ato presente para a viabilização de sua qualificação educacional/acadêmica. Ele(a) não está em seu país de origem e representa, muitas vezes, a promessa de uma carreira bem-sucedida que visa a garantir seu bem-estar e sua ascensão social e familiar.

Migrar para qualificar a sua força de trabalho é a perspectiva fundante ou mais evidente do(a) estudante migrante, evidenciando-se os fatores econômicos nesta análise. Pensamos que o(a) estudante é, atual e futuramente, um(a) trabalhador(a) em potencial. A migração pelo viés do trabalho é um aspecto constitutivo para que se possam compreender a sua realidade e seus laços sociais.

Gomes (2002), que utiliza o termo "migração estudantil", preocupa-se com o relato da trajetória escolar dos(as) estudantes angolanos(as) no Brasil. Ele evidencia que a proposta de sua análise é compreender e relatar as experiências vividas por estes(as) estudantes e a maneira como lidam com a condição de estrangeiros(as), podendo, assim, trazer à tona as condições de vida na universidade e no local em que residem, bem como as redes estabelecidas com outros(as) e com brasileiros(as). Seu trabalho objetiva, de certa forma, servir de alerta ou denúncia sobre a maneira como as universidades têm acompanhado – ou não – esses(as) estudantes.

A maneira como a sociedade enxerga esses estudantes é crucial para o entendimento de que, como reflexo eurocêntrico de qualidade e progresso, ser estudante negro(a) africano(a) ainda é vivenciar o racismo e os estereótipos forjados para a propagação de

uma imagem do continente africano, repleto de fragilidades nos aspectos econômico, político e cultural e ávido por desenvolvimento e pela corrida ao alcance do chamado progresso.

Referências bibliográficas

ANDRIOLI, Antonio I. "O lugar das ciências humanas na universidade." In: *Revista Iberoamericana de Educación*. Disponível em: <http://www.rieoei.org>. Acesso em: agosto de 2013.

CALDERÓN, Adolfo I. "Universidades mercantis. A institucionalização do mercado universitário em questão". In: *São Paulo em Perspectiva*, vol.14, n. 1, 2000, pp. 61-72.

CHAUÍ, Marilena. "A universidade pública sob nova perspectiva". In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./out./nov. 2003.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP. Declaração final. Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www2.iict.pt.>. Acesso em: jan. 2010.

DESIDÉRIO, Edilma J. "Migração e políticas de cooperação: fluxos entre Brasil e África." In: IV Encontro Nacional sobre Migração da ABEP. *Anais...* Rio de Janeiro, 16-18 de nov. 2005.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FARTES, Vera Lúcia B. "O diálogo entre economia e educação como chave para o entendimento da aquisição da qualificação". In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, pp. 209-226, jul./dez. 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica?" In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, pp. 254-274.

GAZZOLA, Ana Lúcia A. "Conhecimento e globalização." In: GAZZOLA, Ana Lúcia A.; ALMEIDA, Sandra G. (orgs.). *Universidade: cooperação internacional e diversidade*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006, pp. 49-54.

GENRO, Tarso. "Universidade, cooperação internacional e diversidade." In: GAZZOLA, Ana Lúcia A.; ALMEIDA, Sandra G.

(orgs.). *Universidade: cooperação internacional e diversidade*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006, pp.15-20.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro: Ed. 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, José Manuel S. *Estudantes na terra dos outros: a experiência dos universitários angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais-Brasil*. 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2002, 172 f.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HIRSCH, Olivia Nogueira. "'A gente parece um camaleão': (re)construções identitárias em grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro." In: *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), pp. 65-81, jan./abr. 2009.

KURZ, Robert. *A economia política da educação*. Original em alemão, 2011. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt.> Acesso em: março de 2012.

_____. *Razão sangrenta: 20 teses contra o assim chamado Iluminismo e os "valores ocidentais"*. Original em alemão, 2002. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt>. Acesso em: agosto de 2009.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, Manoelita C.; CONTEL, Fábio B. "Contextualização: aspectos históricos e conceituais." In: _____. *Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2011.

MOURÃO, Daniele E. "Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção." In: *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), pp. 83-101, jan./abr. 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Manual do Programa de Estudante-Convênio de Graduação/Pós-Graduação*. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br>. Acesso em: fevereiro de 2010.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale. "Alteridade e fluxos migratórios no "Atlântico Negro": estudantes africanos no Sul do Brasil." In: JARDIM, Denise F. (org.). *Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp. 189-216.

PINTO, José Marcelino de R. "O acesso à educação superior no Brasil." In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, pp. 727-756, Especial – out. 2004.

QUIJANO, Aníbal. "A colonialidade do poder." In: SANTOS, Renato E. dos (org.). *Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 43-52.

RATTS, Alex. "Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ação afirmativa no ensino." In: *Terra Livre*, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, pp. 125-140, jan.-jun. 2010.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. "Brasil-África: notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005)". In: *Afro-Ásia*, Salvador-BA, n. 35, pp. 281-314. 2007.

SANTOS, Boaventura S.; FILHO, Naomar de A. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: [s. n.], 2008.

SANTOS, Ivair A. A. dos. *O racismo institucional*. Brasília: FCP, 2012.

SCHOLZ, Roswitha. *O sexo do capitalismo. Teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado.* Original em alemão, 2011. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt.>. Acesso em: agosto de 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. "Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação". In: *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 61, dezembro de 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v18n61/4697.pdf

SILVA, Tomaz T. "A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia." In: GENTILLI, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 7ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Lorena F. de. *Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos(as) lusófonos(as) negros(as) em universidades goianas.* Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP), 2014.

OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E A EMERGÊNCIA ETNOPOLÍTICA DOS BORUN DO WATU

BORUN DO WATU BRAZILIAN INDIANS' RESISTANCE PROCESSES AND ETHNOPOLITIC EMERGENCY

PROCESOS DE RESISTENCIA Y EMERGENCIA ETNOPOLÍTICA DE LOS BORUN DO WATU

LUDIMILA DE MIRANDA RODRIGUES SILVA
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: ludimilarodrigues86@gmail.com

JOSÉ ANTÔNIO SOUZA DE DEUS
Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: jantoniosdeus@uol.com.br

* Artigo publicado em julho de 2018.

Resumo: O atual contexto sociocultural relacionado às comunidades tradicionais tem evidenciado uma nova dinâmica social, construída por meio do histórico de resistência destas coletividades, configurando-se estes atores, neste contexto e a partir das suas vivências intersubjetivas, como agentes políticos cada vez mais ativos e influentes na conjuntura regional. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo realizar uma investigação em torno das paisagens culturais alternativas vinculadas à experiência histórica e atual da comunidade indígena Krenak do Rio Doce (Minas Gerais), a partir das concepções heterodoxas do marxismo cultural de Denis Cosgrove. Partindo de uma abordagem etnogeográfica, foram realizadas pesquisas bibliográfica, cartográfica e documental, além de trabalhos de campo com o desenvolvimento de entrevistas junto à comunidade e sociedade envolvente. Esta pesquisa possibilitou o reconhecimento das paisagens culturais emergentes vinculado ao protagonismo etnopolítico dos Borun do Watu, que tem proporcionado à comunidade um importante fortalecimento de sua identidade.

Palavras-chave: paisagens culturais alternativas, etnopolítica, comunidade indígena Krenak, Vale do Rio Doce, identidade cultural.

Abstract: The current socio-cultural context related to traditional communities have showed a new social dynamic built through these collectivities' resistance history setting up, these actors, in this context and from their intersubjective experiences, as increasingly active and influent political actors. In this perspective, this article aims to conduct an investigation around the alternative cultural landscapes linked to historical and current experience of the Krenak indigenous community of Rio Doce (Minas Gerais State, Brazil), developed from Denis Cosgrove's unorthodox conceptions of cultural marxism. Starting from an ethnogeographic approach, bibliographic, cartographic and documentary researches were carried out; besides fieldworks with the development of interviews with the community and surrounding society. This research enabled the recognition of emerging cultural landscapes linked to Borun's ethnopolitical role, which has given to the community an important strengthening of their cultural identity.
Keywords: alternative cultural landscapes, ethnopolitics, Krenak indigenous community, Vale do Rio Doce, cultural identity.

Resumen: El actual contexto sociocultural relacionado con las comunidades tradicionales ha evidenciado una nueva dinámica social, construida por medio del histórico de resistencia de estas colectividades, configurándose estos actores, en ese contexto y a partir de sus vivencias intersubjetivas, como agentes políticos cada vez más activos e influyentes en la coyuntura regional. En esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo realizar una investigación en torno a los paisajes culturales alternativos vinculados a la experiencia histórica y actual de la comunidad indígena Krenak del Rio Doce (Minas Gerais, Brasil) a partir de las concepciones heterodoxas del marxismo cultural de Denis Cosgrove. Partiendo de un enfoque etnogeográfico, se realizaron investigaciones bibliográfica, cartográfica y documental; además de trabajos de campo con el desarrollo de entrevistas junto a la comunidad y sociedad envolvente. Esta investigación posibilitó el reconocimiento de los paisajes culturales emergentes vinculados al protagonismo etnopolítico de los Borun del Watu, el cual ha proporcionado a la comunidad un importante fortalecimiento de su identidad.
Palabras clave: paisaje cultural alternativo, etnopolítica, comunidad indígena Krenak, Vale do Rio Doce, identidad cultural.

Introdução

Na sociedade contemporânea, face à mobilidade e à globalização crescente da economia, apostava-se, até recentemente, na inevitável uniformização cultural do planeta. Contudo, o que se verifica, na atualidade, são realidades que se alinham a uma nova visibilidade adquirida, nos *mass media*, pela emergência das diferenças étnicas e culturais. Emerge, ainda, um novo contexto sociocultural relacionado às comunidades tradicionais[1] que passam a vivenciar uma nova dinâmica social e que, a partir de suas lutas históricas de resistência, pautadas na valorização das diferenças, tornam-se cada vez mais protagonistas de sua história. Ademais, a retomada cultural e a emergência de "contraprojetos" desenvolvidos pelos grupos étnicos, culturais e religiosos vêm sendo problematizadas extensivamente na teoria social, além de exercerem considerável influência no cenário sociopolítico e econômico contemporâneos. Tais transformações, na conjuntura planetária atual, vêm sendo objetos de estudo de grande densidade e amplitude na ciência geográfica, que renova e redireciona sua atenção no sentido de analisar e (re)interpretar as dimensões sociais, étnicas e espaciais, reconhecendo e reavaliando a importância das realidades culturais na organização do espaço, discutidas e desenvolvidas no vasto campo das geociências.

As abordagens da geografia contemporânea, nessa perspectiva, então, partem das relações entre o homem e a natureza, mediadas por uma dimensão cultural, concebida tanto em sua materialidade quanto na imaterialidade dos saberes que são transmitidos hereditariamente, e pela própria dinâmica da experiência humana. E é a partir dessa matriz cultural que se constrói uma identidade, materializada por meio da experiência contínua e coletiva que se realiza em um determinado território

[1] "Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos" (CIMOS, 2014, p. 12).

(CLAVAL, 1992; 1996; 2003). É nesse contexto de (re)valorização étnico-cultural, portanto, que os estudos de comunidades tradicionais progressivamente emergem e adquirem relevância nas investigações e práticas geográficas. Entre os povos tradicionais do Brasil, as comunidades indígenas[2] vêm, desde o início da ocupação do território brasileiro, sofrendo pressões da sociedade envolvente, contra as quais exercem também destacada resistência frente aos diversos processos de dominação, repressão e discriminação advindos do processo de contato – tantas vezes, indiscriminado e violento – com a sociedade nacional.

Contudo, tais conflitos e contatos com a sociedade envolvente não causaram, necessariamente, o desaparecimento desses grupos. Vale ressaltar que as diferenças culturais podem persistir, mesmo com o contato e as relações de dependência que tais comunidades estabelecem com o seu entorno, em distintas escalas/níveis (de classe, local, regional, nacional etc.). No período compreendido entre 1996 a 2000, estimativas feitas por antropólogos e demógrafos demonstraram um crescimento significativo das comunidades indígenas no Brasil: em média, 3,5% ao ano, índice muito maior que a média de 1,6%, estimada para a população brasileira em geral neste mesmo período. E tal processo de revitalização demográfica esteve, a propósito, intrinsecamente relacionado à rearticulação e reafirmação da identidade indígena, sobretudo a partir de 1970, que se explicita como um momento histórico a partir do qual tais comunidades foram adquirindo maior visibilidade e representação política (VIDAL, 1998). Comunidades indígenas que enfrentaram grandes adversidades subsistem, inclusive, como grupos étnicos diferenciados, por terem desenvolvido estratégias de sobrevivência ao contato, com a

[2] Entendemos como comunidade indígena um conjunto de pessoas que: mantêm relações de parentesco ou vizinhança entre si; são descendentes dos povos que habitavam o continente antes da chegada dos europeus; apresentam modos de vida que são transformações das antigas formas de viver das populações originárias das Américas (ISA, 2018).

utilização, em seu cotidiano, de um código cultural próprio. As atividades rituais e todo um conjunto de tradições, nitidamente inibidas após o contato, vêm, nos últimos anos/décadas, sendo fortemente retomadas e articuladas como formas de afirmação de uma identidade coletiva, além de poderem representar, paralelamente, um mecanismo de inserção no mercado de consumo cultural (ARRUDA, 2000).

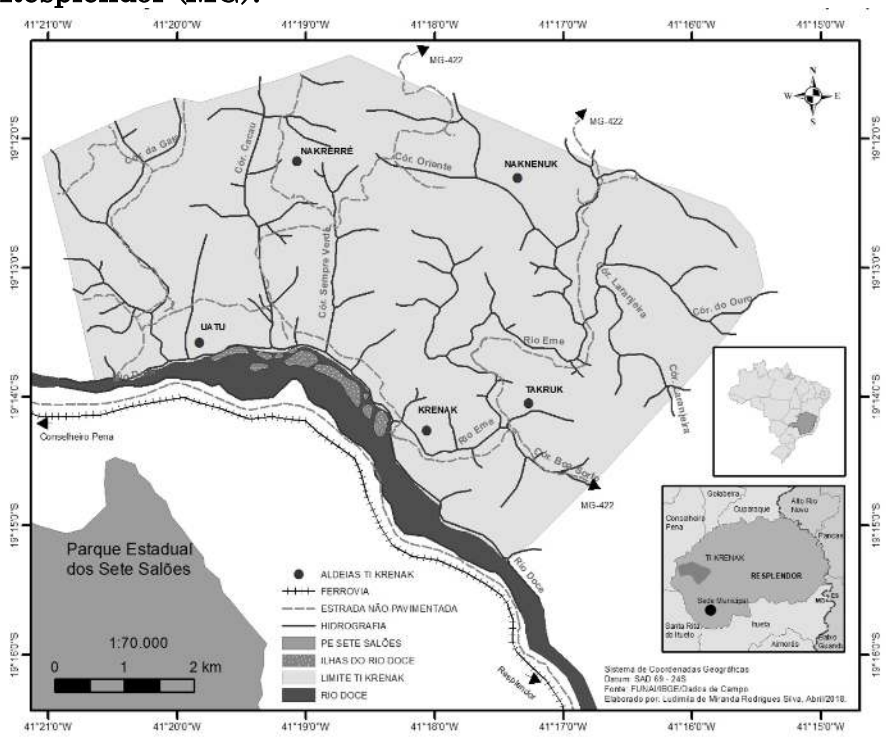
No âmbito das distintas experiências socioculturais das comunidades indígenas e dos diversos níveis de contato com a nossa sociedade, estabelecidos historicamente, este artigo sinaliza como meta o estudo específico e verticalizado das paisagens culturais alternativas da comunidade indígena Krenak, remanescente da família Borun, que ainda resiste em seu território tradicional, no Vale do Rio Doce. Posto isso, o objetivo principal da nossa pesquisa foi realizar uma investigação, nítida e explicitamente geográfica, em torno das paisagens culturais alternativas vinculadas à experiência histórica e atual da comunidade indígena Krenak, no Vale do Rio Doce. Tal abordagem partiu de uma aproximação às linhas interpretativas da geografia cultural contemporânea e, sobretudo, de visões mais heterodoxas do "marxismo cultural" de Denis Cosgrove (2012). Buscamos levantar, nesta perspectiva, suas principais formas culturais expressas, tanto materialmente quanto no imaginário, por meio das representações, e imbricadas com as diversas questões que permeiam suas experiências político-territoriais, socioculturais, de vivência espacial etc.

A comunidade indígena Krenak do Vale do Rio Doce pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, que, sobretudo no contexto contemporâneo, predomina no estado de Minas Gerais. Na Terra Indígena Krenak (homologada por Decreto Federal, em 2011), residem 343 indígenas, que ocupam um território de 4.039 hectares, distribuído em cinco aldeias: Krenak, Naknenuk, Nakrehé, Takruk e Uatu (ISA, 2013), conforme se vê no Mapa 1. Alguns indígenas domiciliam no estado de São Paulo (aldeia

Vanuíre, no município de Tupã), juntamente com indígenas da comunidade indígena Kaingang,3 e há também notícias de sua presença no Mato Grosso (aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda), no Mato Grosso do Sul (aldeia Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti) e na Ilha do Bananal, no Tocantins.

O interesse pelo estudo dessa área está relacionado ao processo de formação e consolidação do território étnico Krenak, uma vez que os Borun do Watu (os índios do rio Doce) possuem uma relação histórico-cultural imemorial com seu território tradicional.

Mapa 1: Organização espacial da Terra Indígena Krenak – Resplendor (MG).



3 Comunidade indígena do Sul do Brasil também integrante do tronco Macro-Jê.

Vale ressaltar ainda que, em reconhecimento e respeito às concepções etnológicas e etnográficas, foi importante para nossa pesquisa a investigação das dimensões da identidade e da etnicidade visando à elaboração de um estudo da diversidade e da vivência espacial e territorial da comunidade. Partindo da concepção relacional e contrastiva da identidade, que é construída a partir do reconhecimento da alteridade que se estabelece no diálogo e/ou no conflito com o outro, realizou-se ainda uma interlocução com índios e não índios a fim de se tentar compreender o papel e a percepção de ambos sobre as estratégias de resistência destas comunidades. Tais estratégias têm conduzido à emergência e ao redesenho de *novas paisagens culturais indígenas* particulares, e daquelas em construção, no território envolvido nesta pesquisa.

As concepções teórico-conceituais que orientaram nosso trabalho partiram da preocupação inicial de se compreender a categoria de análise paisagem, a partir de sua evolução conceitual no âmbito da geografia cultural. Foram buscadas, particularmente, contribuições de autores como Corrêa (1995), Claval (2004), Cosgrove (2012), Holzer (1997) e Sauer (1998). E partimos do pressuposto de que as paisagens culturais são o resultado das interações do homem com o meio, e de que a paisagem, como já destacaram autores clássicos da geografia cultural no século XX, é algo para ser descrito/percebido, analisado/interpretado e explicado/compreendido. Tais bases teóricas possibilitaram, aliás, uma análise da realidade com enfoque etnográfico/etnogeográfico.

Em termos de método, utilizamos, mais especificamente, a abordagem proposta por Denis Cosgrove (2012), que classifica as paisagens culturais em diferentes categorias, pautando-se numa perspectiva da cultura como poder. Quando define sua noção de poder, Cosgrove se reporta ao grupo ou classe cuja dominação sobre outros está baseada no controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho. Este autor

estabeleceu, a propósito, uma diferenciação entre culturas dominantes e alternativas, correspondendo estas últimas às expressões culturais residuais, emergentes e excluídas, sendo que cada uma delas gera um impacto diferente sobre a paisagem humana (COSGROVE, 2012).

Culturas dominantes e alternativas: a leitura das paisagens culturais de Denis Cosgrove

As paisagens vêm sendo apreendidas por geógrafos e viajantes que, ao descreverem a natureza das regiões percorridas, utilizaram o olhar geográfico. Para os pioneiros do início desta disciplina, a paisagem correspondia a "porções do espaço relativamente amplas, que se destacavam visivelmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumir uma individualidade" (HOLZER, 1999, p. 151). Ressalte-se que, até meados do século XVIII, as descrições das paisagens abstinham-se de termos técnicos e universais para tratar da estrutura e das formas do relevo, contando ainda (nas escolas alemãs) com as observações pessoais dos geógrafos influenciadas pela filosofia da contemplação da natureza, o que se observa, por exemplo, nas obras de Alexandre Von Humboldt. Este desenvolvia uma análise "holística" da paisagem, associando os diversos elementos da natureza e da ação humana e desenvolvendo, desse modo, uma sistematização da ciência geográfica (SCHIER, 2003).

Até o século XIX, os geógrafos procuraram descrever, de forma precisa, as paisagens por meio da interface entre atmosfera/litosfera e hidrosfera. Contudo, entre 1880 e 1890, abriu-se uma frente de estudos a partir das "relações complexas que se desenvolvem entre os homens e os ambientes onde eles vivem", associada à perspectiva da ecologia, que repercutiu fortemente na França e na Alemanha pela obra de Ratzel, delimitando-se aí um novo campo da geografia: a antropogeografia, concebida na interface entre "natureza e fatos sociais" ou

"natureza e cultura". E, neste contexto, as interrogações se davam "sobre a influência que o meio exerce sobre os indivíduos e grupos" e, reciprocamente, sobre "as transformações que a atividade humana desencadeia no meio ambiente" (CLAVAL, 2004, p. 21).

Mas com a inserção das dinâmicas culturais e fatos sociais na análise da paisagem natural, fez-se necessário modificar o ângulo de observação, emergindo disto, então, uma visão vertical da realidade, que começou a buscar alcançar e compreender elementos ainda negligenciados na paisagem pelo olhar horizontalizado, resultante de vários pontos de vista sucessivos dos viajantes, estes ainda muito próximos da paisagem dos pintores. E foi a partir dessa nova perspectiva que a visão geográfica sobre a paisagem deixou de ser apenas horizontal ou oblíqua, e tornou-se também vertical, incorporando o cruzamento de informações (como o desenho das parcelas de terras, as estradas, o plano das aldeias e das cidades) por meio, principalmente, do mapeamento das paisagens, o que correspondeu a uma realidade de grande importância para o estudo das paisagens.

Vale ainda ressaltar que tal fundamentação da paisagem partiu da utilização de novos procedimentos além da observação direta, como o uso de fotografias aéreas, mapas temáticos, consulta de planos cadastrais e entrevistas junto aos atores sociais, entre outros. Contudo, a diversificação de metodologias e a verticalização do olhar geográfico podem levar a simplificações e à perda da realidade como um todo. O olhar do geógrafo, consequentemente, deve ser ativo, precisa multiplicar os pontos de vista; observar a partir de vários ângulos, como fazia Humboldt; associar à visão horizontal/oblíqua a dimensão vertical; compreender a estrutura vertical ou interna das massas florestais, de um agrupamento populacional etc. "O bom geógrafo é aquele que aprende a combinar todos esses olhares para analisar uma paisagem" (CLAVAL, 2004, p. 29).

Na década de 1970, os estudos da paisagem, na perspectiva da geografia cultural, estiveram concentrados nos Estados Unidos e na Europa, principalmente. Nas abordagens da escola anglo-saxônica da geografia cultural contemporânea, há uma diversidade de concepções teórico-conceituais que inclui tanto vertentes ligadas ao marxismo cultural quanto outras que fazem, por exemplo, uma releitura dos estudos clássicos da Escola de Berkeley, de Carl Sauer. As primeiras propõem uma abordagem "renovada" e "radical" da geografia humana – vertentes que incluem autores como Don Mitchel, Raimund Willians, Denis Cosgrove, Nancy Duncan e Peter Jackson – e criticam o "determinismo cultural" dos enfoques clássicos. É relevante assinalar, contudo, que os enfoques de Denis Cosgrove, embora imbricados com o marxismo cultural, podem ser considerados mais heterodoxos, já que este autor é caracterizado, por Hoefle (1999, p. 83), como um pesquisador "bastante consistente filosoficamente através dos anos na sua migração intelectual do Marxismo Cultural ao Pós-Modernismo".

Denis Cosgrove é um expoente da escola anglo-saxônica da geografia cultural, que propõe uma integração entre o materialismo dialético e os aspectos subjetivos da percepção da paisagem, ou seja, uma análise das paisagens sob a perspectiva das formas visíveis e das representações de discursos e pensamentos associadas a elas. Vale ressaltar que a paisagem se coloca como um lugar simbólico que carrega um sistema de significações, compostas por meio das relações do seu espaço vivido.

Cosgrove adota um conceito de cultura ligado à manutenção e reprodução das relações de poder de um determinado grupo, postulando, fundamentalmente, que um grupo dominante procurará impor sua experiência de mundo e suas próprias suposições, tomadas como verdadeiras, como objetivas e válidas para todas as pessoas (COSGROVE, 2012). As relações de poder se concretizariam mais em circunstâncias nas quais as

suposições culturais do grupo dominante aparecem como senso comum, o que, segundo este autor, define uma *hegemonia* cultural. É assim que, para Cosgrove, se formam as culturas dominantes e as subdominantes ou alternativas. Ele incorpora, nesta discussão, tanto os sentidos políticos, como os de etnicidade, sexo e idade. Em vista de tais postulações, os pesquisadores que seguem esta orientação "procuram compreender a interpretação simbólica que os grupos e as classes sociais dão ao ambiente, as justificativas estéticas ou ideológicas que propõem e o impacto das representações sobre a vida coletiva" (CLAVAL, 2007, p. 56).

A paisagem, para Cosgrove, consiste numa maneira de ver, compor e harmonizar o mundo externo a uma cena, em uma unidade visual, buscando as implicações das formas visíveis (sua composição e estrutura espacial), da unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente e das ideias de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo. Nesse sentido, sua proposta é aplicar à paisagem humana algumas das habilidades interpretativas de que dispomos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, e de tratá-la como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados (COSGROVE, 2012). Este autor destaca que as paisagens estão intimamente ligadas a uma nova maneira de conceber o mundo, agregando uma perspectiva ordenada, designada e harmoniosa de uma série de estruturas e mecanismos acessíveis aos olhos, que agem como direcionamento para as ações dos seres humanos de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente.

A respeito dos aspectos culturais de uma paisagem, além de sua concepção ligada ao poder, Cosgrove destaca ainda que a construção cultural é estabelecida, constantemente, por meio das ações humanas, muitas das quais não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana. E, assim, a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas. Revelar os significados na paisagem cultural exige a

habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, re-presentar essa paisagem num nível em que seus significados possam ser expostos e refletidos. E uma vantagem que temos ao tratar a paisagem desta maneira é que muitos de seus significados são "naturalmente" encontrados, no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência na medida em que somos parte da natureza (COSGROVE, 2012).

Para alcançar os significados citados por Cosgrove, faz-se necessário compreender as expressões impressas por uma cultura em sua paisagem, para as quais a linguagem consiste em um instrumento fundamental, tanto por seu significado simbólico quanto por meio de sua instrumentalização por inventários toponímicos e da análise de sua relação com as paisagens culturais. Como principal método para a leitura das paisagens, o referido autor propõe a execução de trabalhos de campo, a elaboração e interpretação de mapas e a busca de "evidências", que informem os significados contidos nas paisagens. Ele estabeleceu, a propósito, uma diferenciação entre culturas dominantes e alternativas, correspondendo estas últimas, em aspectos políticos, culturais e históricos, às expressões culturais residuais (que sobram do passado), emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas, como as culturas do crime, das drogas ou de grupos religiosos marginais), de forma que cada uma delas gera um impacto diferente sobre a paisagem humana (COSGROVE, 2012).

As paisagens das culturas dominantes refletem a hegemonia que um determinado grupo ou classe exerce sobre outro(s), pela dominação dos meios de vida, como a terra, o capital, as matérias-primas e a força de trabalho. Desse modo, as paisagens culturais dominantes expressam a influência dos valores de uma determinada cultura, por meio, inclusive, da alocação do excedente social produzido por toda a comunidade a fim de manter e reproduzir o seu poder. Com isso, se alcança a

capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e por todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência, e de ter esta imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um. Cosgrove destaca ainda que tais paisagens simbólicas não são concebidas apenas como "estáticas e formais"; trata-se de valores culturais concretizados na vida cotidiana ou ainda em rituais públicos (COSGROVE, 2012).

Já as paisagens culturais alternativas são reproduzidas por grupos não dominantes, e são, por sua natureza, menos visíveis. Contudo, dependendo da escala de análise, as culturas alternativas podem também configurar paisagens culturais dominantes. Neste conjunto de paisagens alternativas, Cosgrove define ainda três subdivisões: paisagens emergentes, excluídas e residuais.

As paisagens emergentes, originadas de novos grupos, e que podem ter caráter transitório, seriam aquelas capazes de oferecer um desafio à cultura dominante a partir de seus sistemas geográfico e simbólico, concebendo uma nova perspectiva/alternativa de reprodução sociocultural. Para Corrêa (1995, p. 6), as paisagens culturais emergentes são aquelas "portadoras de uma nova mensagem social", mas cuja investigação desperta o interesse pelo "caráter utópico expresso em uma nova organização social e espacial impresso na paisagem". Esta "visão de futuros alternativos" vinculada às paisagens culturais emergentes carrega um aspecto futurista ou utópico, que ainda se encontra predominantemente no plano das ideias ou no papel. E é sugestivo notar que, no contexto dos países subdesenvolvidos, a configuração de tais paisagens (inclusive, assumindo a forma de contraprojetos às culturas dominantes) tem se consolidado, principalmente entre as comunidades tradicionais, como destaca Deus:

> Emergindo como "contra-projetos", refratários à marcha da globalização, a organização e manifestação coletivas de

> grupos étnicos, culturais e religiosos (por vezes, minoritários, mas coesionados em torno de suas visões de mundo, imaginário e paradigmas), vêm exercendo progressiva influência no cenário sociocultural contemporâneo (DEUS, 2011, p. 3).

Segundo Corrêa (1995), as paisagens residuais podem, por sua vez, ser encontradas no mundo rural e também em algumas áreas da cidade, onde os elementos da paisagem carregam pouco ou nada de seu significado original, configurando o que muitos geógrafos denominam de paisagens-relíquias. A análise destas paisagens, na perspectiva de uma reconstrução de antigas geografias, torna-se limitada, uma vez que é difícil recuperar o significado de tais formas para os que as produziram, e, na verdade, a interpretação que fazemos delas nos diz tanto sobre nós mesmos e nossas suposições culturais quanto sobre seu significado original (COSGROVE, 2012).

Já as paisagens excluídas são formadas por grupos minoritários e pouco integrados, como as minorias étnicas (índios e ciganos) ou religiosas e ainda, segundo esse autor, a cultura feminina, dos homossexuais, dos maçons, das prostitutas etc. Segundo Corrêa (1995, p. 291), trata-se "de paisagens próprias, muitas vezes imperceptíveis aos olhos da cultura dominante, mas rica de símbolos e significados para o grupo excluído". A distinção das diversas formas de vivência e representação dessas paisagens incita a importância processual de sua construção, não apenas no âmbito cultural, mas na sua própria essência histórica, econômica e social. E é nessa perspectiva que buscamos compreender a vivência e a experiência dos índios Krenak.

Paisagens culturais excluídas: signos e significados da diáspora Krenak

Desde os primeiros contatos dos Borun com os não índios, já na ocupação do Vale do Rio Doce, em fins do século XVIII, estabeleceu-se uma situação de exclusão social dos índios. Estas memórias de exclusão – e, inclusive, de exílio – de seu território

tradicional ainda são retomadas por aqueles que as vivenciaram. Para os jovens Krenak,[4] essas lembranças consistem em verdadeiros marcos da sua resistência étnico-cultural. Um marco estruturante deste processo remete à Carta Régia de 13 de maio de 1808, que, indo ao encontro das novas demandas econômicas então colocadas, oficializou as ações hostis contra os índios, legalizando a "guerra justa" contra os Botocudos, que garantia a ocupação dos seus territórios, inclusive com a escravização da mão de obra indígena, o aprisionamento dos índios nos aldeamentos ou em fazendas, bem como o estabelecimento de fortificações ao longo dos rios para se garantir a navegação e o combate aos índios mais "arredios". Para tal, foram estabelecidas divisões militares no rio Doce, seccionando este território em faixas controladas pelos militares, com o propósito do extermínio indígena e da ocupação demográfica do vale, o que também estimulou a chegada de colonos dispostos a escravizar os indígenas e a dedicar-se ao cultivo e comércio na região, recebendo para isto uma série de isenções fiscais. A Carta Régia de 1808 transformou-se no marco do genocídio indígena, atingindo não apenas os grupos de botocudos, como também diversas outras comunidades indígenas.

No intuito de compreender a diáspora Krenak, realizamos uma reconstrução da sua experiência de exílio a partir dos relatos de algumas lideranças indígenas. Este processo remonta, principalmente, ao momento em que os grupos residentes no município de Resplendor foram expulsos de suas terras, retirados à força e "despejados" como verdadeiras cargas humanas, em territórios de outras comunidades indígenas, como o Posto Indígena Maxakali, localizado nas proximidades de Santa Helena de Minas, região norte de Minas Gerais. Deixados às margens da aldeia, a estratégia governamental partia justamente do

[4] Tais percepções foram narradas pelos próprios indígenas por meio de diálogos estabelecidos conosco, durante a aplicação dos questionários ou em momentos festivos, durante a realização dos trabalhos de campo.

reconhecimento das diferenças étnicas das comunidades, inclusive ao colocá-las em conflito, para acelerar ainda mais o processo de etnocídio (evidenciado, sobretudo, no período do regime militar).

Frente às dificuldades vividas e às enfermidades adquiridas na Terra Indígena Maxakali, os Krenak juntaram suas famílias e iniciaram uma jornada de regresso ao seu território original, passando incialmente pelas cidades mineiras de Carlos Chagas, Teófilo Otoni e Governador Valadares, caminhando e comendo carirú, bernueba, gondó (maria-gondó ou capiçoba), caratinga e outras plantas que encontravam à beira das estradas. Chegando a Governador Valadares, foram enviados para a cidade do Rio de Janeiro (RJ), para onde se dirigiram no intuito de buscar esclarecimentos sobre o que estava acontecendo junto ao chefe da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Pernoitaram, naquela noite, no Rio de Janeiro, e, no dia seguinte, foram encaminhados para Belo Horizonte (MG), com destino à terra Krenak. Ao chegarem à capital mineira, resolveram ir a São Paulo (SP) para apoiar outros grupos que haviam sido direcionados para esta cidade. Em São Paulo, um dos líderes desse movimento foi preso e enviado para Dourados (MS), pois, para o governo, ele era considerado um articulador importante que precisava ser desmobilizado e afastado dos demais indígenas. Todavia, a resistência dos Krenak e a vontade de retornarem ao seu território fizeram com que este grupo e diversos outros indígenas resistissem até, enfim, conseguirem retornar aos seus familiares, já em fins da década de 1980.

Diversas histórias individuais e familiares sobre essa diáspora pelo território nacional foram vivenciadas, primordialmente, no período militar, quando o contexto político incluiu a criação de um Reformatório Indígena, em 1969, no então Posto Indígena Guido Marliére, sob o comando do capitão Pinheiro, para o qual índios de diversas comunidades foram transferidos a fim de serem condicionados às diretrizes da cultura

dominante. Neste contexto, foram submetidos a violências e despidos de suas práticas culturais e sociais.

Os relatos que remetem a este período revelaram a dor de verem seus parentes presos e forçados a diversas práticas distintas de suas tradições étnicas, além do sofrimento junto a indígenas de outras regiões do país, que, muitas vezes, não resistiam nem sequer às diferenças climáticas a que foram submetidos. Segundo Corrêa (2003), entre 1969 e 1972, período em que o reformatório esteve funcionando no Posto Indígena Guido Marliére, ali ficaram detidos mais de cem índios, por motivos como: agressão a mulheres, atritos com o chefe do posto, homicídio, roubo, embriaguez, vadiagem, uso de drogas, saídas sem autorização da terra indígena. Muitos, entretanto, ali chegaram "sem motivo para envio", sendo este o segundo maior motivo documentado depois da embriaguez. Além dos Krenak, que também se encontravam presos e/ou encarcerados no reformatório, havia ainda índios das comunidades Karajá (GO), Terena (MS), Maxakali (MG), Bororo (MT), Krahô (GO), Pataxó (BA), Pankararu (PE), Canela (MA), Fulni-Ô (PE), Kaingang (RS), Urubu-Ka'apor (MA), Kampa (AC) e Xavante (MT).

Concomitantemente ao reformatório, foi criada a Guarda Rural Indígena (GRIN), cujo objetivo, no regime militar, era o de passar à sociedade a imagem de que os próprios índios estariam cuidando das aldeias, inclusive, com sua apresentação e formatura em um desfile militar na capital, quando foram apresentadas práticas de tortura, sendo a mais chocante a imagem de uma pessoa que desfilou em um pau-de-arara, o que referencia o processo de institucionalização desta prática hedionda no Brasil, àquela época. Em 1971, em decorrência de alguns conflitos com fazendeiros, e ainda devido à atenção que jornalistas começavam a dar ao Reformatório Krenak, o chefe do posto (capitão Pinheiro) determinou que os indígenas fossem, mais uma vez, transferidos para a Fazenda Guarani, no município de Carmésia (MG), onde

também funcionava um presídio indígena, na antiga sede desta fazenda.

A partir desses relatos, observamos que os Krenak, nesse período de resistência à opressão, se configuraram como uma paisagem cultural excluída, subjugada pelas ações opressoras do Estado e sem visibilidade, uma vez que a sociedade desconhecia a luta e resistência indígenas, construídas sobre uma memória de sofrimento. Nas entrelinhas desta história, ainda emanam as lembranças de um passado de adversidades:

> *Aí, eu sei que nós sofre muito mesmo. Nossa! Aqui, tudo era fazendeiro que morava. Índio passava aqui, [os fazendeiros] botava cachorro. Tinha muito cachorro bravo... já morreu tudo também. Nós passava lá por baixo, passava lá pela casa de Joaquim Grande... Joaquim Grande é o pai da Eva, pai da Maria Sônia, pai da Júlia; aquele ali que juntava índio, pegava tudo, conversando na língua, acendia um fogueirão, fazia churrasco ali na casa, ficava contando caso, só no idioma. Hoje, cê não vê ninguém falar idioma (entrevista concedida por Laurita Félix, 75 anos, em incursões de campo realizadas no ano de 2012).*

Tais paisagens excluídas foram construídas sobre a memória de diásporas, sobre muita luta e sofrimento dos Krenak, em tempos remotos e, principalmente, no período da ditadura militar. A identidade cultural dos Krenak está, dessa forma, associada ao seu passado de exclusão, a partir de histórias partilhadas e compostas de singularidades das vivências e representações dos indivíduos, reforçando e reafirmando sua identidade. Inclusive, essa situação de exclusão ainda é observada nas percepções e concepções da sociedade envolvente do município de Resplendor. Todavia, não é o esquecimento desses processos que transfigura suas paisagens – de excluídas para emergentes –, mas, sim, a perpetuação dessas histórias, evidenciadas a partir da luta pela conquista e retomada de seu território tradicional, que fundamenta a base consubstancial da emergência etnopolítica da comunidade indígena Krenak.

Paisagens culturais emergentes: projetos e iniciativas de fortalecimento da identidade Krenak

O movimento de marginalização cultural incide a todo momento, com o intuito de excluir e dizimar as comunidades que, de alguma forma, desenvolvem contraprojetos de resistência à soberania da cultura dominante. Todavia, faz parte da vivência das comunidades indígenas reagir, não apenas por meio do combate direto ou de manifestações públicas, mas também por iniciativas que visam a fortalecer a identidade e a cultura de resistência comunitária, por meio, por exemplo, do desenvolvimento de projetos de educação, de atividades culturais e de práticas de cultivo que viabilizam a manutenção dos membros no território tradicional, entre outras.

Nesse sentido, um dos primeiros projetos que se destacaram na Terra Indígena (TI) Krenak, após a retomada do seu território, na década de 1980, foi a educação indígena, iniciada pela formação dos professores indígenas, em 1999, e desenvolvida nas duas escolas existentes à época: uma no Porto da Barca e outra na região do rio Eme, na atual aldeia Takruk (construída com materiais de má qualidade e insuficientes). Ressalte-se que, frente às dificuldades de infraestrutura, transporte escolar e aporte para a elaboração de materiais didáticos apropriados, inclusive da falta das orientações previstas pelo Programa Nacional da Educação Indígena, os professores Krenak se mobilizaram na construção do projeto "Língua Mãe: fortalecimento da cultura Krenak", que foi enviado ao Edital Minas (para a implementação de pontos de cultura em Minas Gerais), no ano de 2009.

Com o apoio obtido da FUNAI e da Rede Unir,[5] este projeto teve início em 2010, envolvendo todas as aldeias, no intuito

[5] Entidade ambientalista de Resplendor (MG), cuja finalidade é a proteção, conservação, melhoria ambiental e inclusão social, com a

de "unir o passado e o presente", apresentando às crianças a riqueza da cultura tradicional de seus ancestrais, preservada por meio da oralidade (ainda que parcialmente, em decorrência das guerras, imposições culturais e diversos exílios sofridos pelos Krenak, durante a ditadura militar). Nesse sentido, "os velhos Krenak foram fortes o suficiente para preservarem toda a essência da cultura tradicional, e a língua materna é, hoje, a fortaleza mais preciosa dos Borun Krenak" (KRENAK, 2013, p. 2). Pautado sobre os pilares da formação básica, do resgate da história e do aprendizado da língua Krenak, o projeto contemplou desde a aquisição de equipamentos de registros audiovisuais a materiais didático-pedagógicos, inclusive com a elaboração de um dicionário Krenak e de um vídeo histórico, além de uma cartilha didático-pedagógica direcionada ao ensino da língua e da cultura. Ressalte-se que, como destacaram Wagner e Mikesell (2000), a linguagem, nas suas mais diversas variações (palavras, gestos, expressões, pinturas e músicas), é um dos símbolos culturais mais significativos na transmissão/manutenção do sentido e do significado das paisagens culturais, veiculando, inclusive, a sua transmissão para as gerações futuras.

Mesmo que os Krenak não retomem o uso exclusivo da língua mãe no cotidiano da aldeia, eles caminham, no contexto atual, para a consolidação de uma cultura bilíngue, sendo o uso da língua Krenak uma estratégia de autodefesa ou para momentos em que se faz necessária ou conveniente a comunicação restrita aos falantes desta língua indígena. Atualmente, a língua Krenak é falada com maior fluência não apenas entre as anciãs da aldeia, mas também pelos professores de cultura e pelos mais jovens, que passaram pela escola indígena e se encontram engajados nas práticas de resgate da língua mãe. Tal constatação é confirmada nas interlocuções frequentes na língua krenak, em conversas com os Kraí (brancos), que impedem que estes compreendam o que os

finalidade de fomentar o desenvolvimento local, integrado e sustentável do município.

índios estão falando. Esta estratégia (já realizada em tempos remotos, antes da proibição do uso das línguas indígenas e da imposição do português pelas políticas pombalinas) retornou, nos dias atuais, como uma forma de proteção da cultura krenak.

Outra característica da paisagem cultural emergente Krenak é o uso das novas tecnologias para o fortalecimento cultural. Tanto em práticas pedagógicas na escola como nos encontros ou ensaios de dança, as fotografias e gravações de áudio e/ou de vídeo se configuram como ferramentas utilizadas pelos indígenas no registro, na manutenção e na divulgação de sua cultura nas redes sociais. Com a facilidade de acesso à internet em alguns pontos da aldeia, os Krenak divulgam fotografias e vídeos de seus momentos de cultura (como a festa do índio, as fogueiras etc.) e realizam trocas e discussões críticas sobre a realidade atual das comunidades indígenas, consolidando e intensificando o intercâmbio de informações e a divulgação de encontros e notícias por meio desses ambientes virtuais. É relevante assinalar que, cada vez mais, as comunidades indígenas encontram-se interligadas e mobilizadas, tanto nacional como internacionalmente.

Um exemplo dessa interlocução foi a exposição de arte de Maria Thereza Alves, realizada em dezembro de 2009, na galeria Lumiar Cité, em Lisboa (Portugal), intitulada "Sobre a importância das palavras, uma montanha sagrada (roubada) e a ética das nações", cujo enredo e estrutura retratavam a atual situação dos Krenak. A exposição chegou ao Brasil em 2010, na 29ª Bienal de São Paulo, realizada no Parque Ibirapuera, com uma proposta idêntica: a de promover os engajamentos e mudanças reais nos contextos sociais minoritários.

A mobilização política e social da comunidade indígena Krenak, sempre envolvida nas lutas pelos seus direitos ou em encontros de etnias, possibilitou-lhe criar uma rede de parceiros indígenas e não indígenas, em escalas nacional e internacional. Entre as comunidades indígenas com as quais os Krenak mantêm

ou já mantiveram algum contato em Minas Gerais, estão, principalmente, outras comunidades Macro-Jê, como: os Pataxó (com os quais conviveram no exílio na Fazenda Guarani, em Carmésia, e com os quais ainda mantêm, inclusive, relações familiares); os Maxakali (tanto no período em que ficaram na TI Krenak, quanto em suas aldeias, localizadas em Água Boa, Ladainha, Valadares e Bertópolis) e os Xakriabá (em encontros realizados por meio da educação indígena e do Festival de Dança e Cultura Indígena, na Serra do Cipó, entre outros eventos políticos e culturais). Destaca-se, ainda no estado de Minas Gerais, em menor intensidade, o contato com as etnias Xukuru-Kariri, Aranã, Mukurim, Kaxixó e Pankararu (de Araçuaí). Em todos os municípios mencionados, já foram realizadas apresentações culturais e/ou encontros indígenas. Contudo, há outros motivos detectados para a visitação de cidades mineiras (registradas por algumas pessoas), tais como: visitas a familiares; encontros da igreja evangélica (em Itabira, Conselheiro Pena e Caratinga); consultas médicas; serviços de aposentadoria (em Aimorés, Valadares, Belo Horizonte) e estudos (para a realização de cursos técnicos e/ou faculdades, principalmente em Montes Claros, Valadares e Aimorés).

A articulação política e social dos Krenak também alcança outros estados brasileiros, por meio do contato com as seguintes comunidades: Kaingang (de Vanuíre/SP); Xavante (Serra do Roncador/MT); Pataxó Hã-Hã-Hãe (sul da Bahia); Pankararu (PE); Guarani (de Araribá/SP e Aracruz/ES); Tupiniquim (Aracruz/ES); Pataxó (sul da Bahia); Terena (de Ariribá e Icatú/SP); Ianomâmi (AM e RR); Kaxinawá (AC); Tukano (AM); Kariri-Xokó (AL); Fulni-Ô (PE); Karajá (Ilha do Bananal/TO); Tuxá (Rodelas/BA) e Xerente (TO). Além disso, sua presença também se faz ativa, no contexto internacional, em viagens para apresentações culturais realizadas na Argentina, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Espanha, em Portugal e na França,

representando a sua resistência cultural e resgatando um pouco da história de seus antepassados.

Outra face do protagonismo político dos Krenak manifestou-se com a sua luta pela obtenção de medidas de compensação pelos danos morais e ambientais causados à sua comunidade pela implantação de grandes empreendimentos, como a Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Usina Hidrelétrica de Energia de Aimorés. Deve-se ressaltar que o atual acordo firmado com o consórcio estabelecido entre a Companhia Vale do Rio Doce (Vale), a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a Usina Hidrelétrica de Energia de Aimorés não inclui as compensações pelos danos ambientais ocasionados à flora e ao solo da TI Krenak em decorrência da construção da ferrovia. Pois, além do desenvolvimento do Projeto de Pecuária Leiteira, este acordo, firmado em 2008, previa ainda a indenização para cada família indígena, taxa de manutenção e cestas básicas.

O projeto de Pecuária Leiteira teve início em de abril de 2009, a partir do evento de inauguração realizado na TI Krenak, em que estiveram presentes representantes do consórcio Usina Hidrelétrica de Energia de Aimorés, Vale/CEMIG, FUNAI, prefeitura e secretarias municipais, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), amigos e parceiros dos índios. É sugestivo observar que, apesar de a comunidade Krenak tradicionalmente não ter hábitos pecuaristas, o seu contato com esta atividade já havia se iniciado com a chegada do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na região e com a instalação do Posto Indígena Guido Marliére, cujo chefe de posto desenvolvia não apenas a criação de gado, como também o plantio de roças de milho, de feijão, de arroz etc. O desenvolvimento da agropecuária nos territórios indígenas consistiu, inclusive, em uma das práticas de atração à "sociedade civilizada", iniciada em 1823, pela política de José Bonifácio Andrada e Silva, que considerava ainda o comércio, os casamentos mistos e a catequese como formas de inserção do índio na sociedade envolvente, afastando-os de suas práticas silvícolas.

Posto isso, apesar de ser uma continuidade das práticas inadequadas do indigenismo do século XIX, segundo os membros da comunidade indígena, o desenvolvimento desse projeto no território Krenak, frente às condições de degradação ambiental em que se encontrava a reserva depois de tantas invasões, configurou-se como uma alternativa compatível à realidade atual dos Krenak, proporcionando-lhes melhorias na qualidade de vida. Pois, a partir disso, muitas famílias conseguiram construir ou reformar suas casas, adquirir eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, entre outros bens e utensílios domésticos. A pecuária leiteira, atualmente, ocupa grande parte das áreas abertas da reserva (desprovidas de vegetação arbórea), mas acaba por intensificar impactos ambientais, como os processos erosivos, os assoreamentos, as queimadas, a compactação dos solos e a disseminação de gramíneas. Tais impactos ocasionam a redução da diversidade da fauna e da flora e compromete a qualidade da água dos mananciais.

Outro impacto relacionado à degradação do território Krenak está relacionado a pouca disponibilidade de espécies nativas para a produção de artesanato, atividade cuja importância é reconhecida não apenas pelos indígenas, mas também pela sociedade envolvente. Desse modo, os artesãos Krenak acabam tendo que coletar sementes nas proximidades da aldeia ou na própria cidade de Resplendor, quando as encontram, ou acabam comprando sementes de parentes de outras aldeias, ou, ainda, utilizando materiais industrializados (miçangas, linhas de náilon, barbantes etc.) para a confecção de seus produtos artesanais.

Diferentemente, contudo, de outras terras indígenas do Sudeste – onde os impactos ambientais causados por invasões de fazendeiros ou grandes empreendimentos, degradando o território, limitam a qualidade de vida, impondo uma realidade socioeconômica de dificuldades, pobreza e doenças –, na aldeia Krenak, a comunidade conseguiu reverter esta situação, seguindo seus direitos constitucionais e tendo lutado pela indenização da

Vale por todos esses impactos. Sabe-se que os impactos ambientais (desmatamento, erosão e assoreamento do rio Doce) causados pelos fazendeiros estão associados ao avanço da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no Vale do Rio Doce, que trouxe o surgimento dos pequenos núcleos que, atualmente, configuram grandes cidades. A presença desta ferrovia acarretou o aumento das invasões, o surgimento de doenças desconhecidas, os problemas de prostituição e estupros de índias, além do intenso ruído causado pelas máquinas. O trem, que, inicialmente, parava na estação Crenaque (permitindo o embarque e desembarque dos índios, além da venda de seu artesanato e a compra de mercadorias vindas da cidade), deixou de parar ali quando os Krenak realizaram mobilizações em defesa de seus direitos.

Tais mobilizações resultaram de muita resistência dessa comunidade indígena, que continua batalhando por seus direitos incessantemente, seja por meio da educação e da formação superior de seus integrantes, seja no dia a dia, se fortalecendo culturalmente, mesmo frente às limitações cotidianas impostas pelo trabalho na pecuária. São estas iniciativas que, no período mais recente, deram aos Krenak os atributos ou características de uma paisagem cultural alternativa emergente que, cada vez mais, se contrapõe à sociedade dominante, materializando-se inclusive por intermédio de projetos que, como já reportamos, visam à sobrevivência e ao fortalecimento de sua identidade cultural. Os desafios são constantes.

No ano de 2013, os Krenak tiveram conhecimento sobre um possível processo de expropriação relacionado à construção de mais duas hidrelétricas no rio Doce, distando, cada uma delas, sete quilômetros da terra indígena, no alto e baixo curso do rio: uma localizada em Conselheiro Pena (cujo nome será Crenaque) e outra, homônima da cidade de sua localização (Resplendor); e terão áreas de reservatório equivalentes a 6,14 Km^2 e 3,54 Km^2, respectivamente. Prevê-se ainda que tais empreendimentos

alaguem parte da aldeia localizada às margens do rio Doce, além de outras regiões da reserva ao longo do rio Eme.

As preocupações dos Krenak sobre a construção das hidrelétricas continuam as mesmas: impactos na pesca, com o desaparecimento de algumas espécies; alagamento do território indígena e de outras áreas tidas como importantes para a comunidade (e que poderiam ser reivindicadas como territórios indígenas, no futuro); interferência na espiritualidade associada ao rio Doce (uma vez que o barramento do rio impossibilita a limpeza espiritual da comunidade); e a perda dos sítios arqueológicos descobertos, como as "pedras pinturas" (pinturas rupestres), e daqueles que ainda não foram descobertos e que poderão ser perdidos com a formação do lago da represa.

Outra luta dos Krenak é a retomada do território sagrado no qual está instalado o Parque Estadual de Sete Salões, onde estão as grutas em que seus ancestrais realizavam rituais sagrados e uma das "pedras pintura" que compõem o seu patrimônio cultural. A este local vinculam-se o desejo e o sonho de muitos indígenas de retomada e reconquista do seu território sagrado original. É relevante ressaltar que a ligação dos Krenak com seus lugares sagrados tem uma vertente histórica muito importante, pois é na oralidade de seus anciãos que eles revivem e referenciam suas expectativas sobre a reconquista deste território. Contudo, há ainda um sentimento de pertencimento muito forte, percebido na importância dada aos seus patrimônios culturais, que são como verdadeiras fontes de energia para a renovação do espírito Krenak. É nas grutas dos Sete Salões, ou nas "pedras pinturas", que eles fazem a conexão entre as memórias passadas e o desejo de revivê-las em seu território presente e futuro.

Diante da importância histórica e cultural dessa área (que, atualmente, corresponde ao Parque Estadual de Sete Salões), não há como falar de paisagem cultural emergente sem se considerar a luta pela reconquista deste território sagrado. Esta luta vem se desenvolvendo desde o retorno dos Krenak, em 1980, e

vem, crescentemente, constituindo a principal reivindicação desta comunidade, no contexto atual. Como disse Shirley Krenak, em seu depoimento, em 2002,

> *É lamentável que a área mais sagrada de nosso território tenha se transformado num local abandonado, sujeito ao turismo descontrolado, ao desmatamento e à destruição dos sítios arqueológicos. Nós, Krenaks, vamos lutar para ter de volta o que existe de mais sagrado de nossos antepassados: o Parque dos Sete Salões. Sou um índio Krenak, tenho orgulho de dizer. Sou tronco de uma árvore, sou forte pra valer* (Povo Krenak e o Sete Salões, 2002).

O embate entre os distintos interesses institucionais consiste no principal fator de morosidade desse processo, pois, enquanto o órgão ambiental responsável permanece essencialmente preocupado com a preservação de um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica preservados no estado de Minas Gerais, a FUNAI prioriza e busca a manutenção sociocultural dos Krenak, em seu território tradicional. É preciso, portanto, ao menos tentar conciliar e conceber uma gestão compartilhada dessa paisagem natural/cultural tão significativa e marcante para a região leste mineira. Depois de tantas discussões e reivindicações, a luta e a persistência dos Krenak desencadearam, em março de 2013, a tão esperada abertura do processo de identificação e expansão do seu território (incluindo-se a área referente aos Sete Salões), que, entretanto, até o presente momento, encontra-se apenas parcialmente consolidado.

Outros projetos de resistência e emergência etnopolítica dos Krenak são a solicitação, encaminhada pelos indígenas ao Ministério Público, referente ao Procedimento Investigativo Criminal n° 1.22.009.000437/2012-92/PRM Governador Valadares/MG, em 2012, e o Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000929/2013-49/PRDC-MG, em 2013, que vêm sendo trabalhados em conjunto pelo Ministério Público Federal, por meio do Grupo de Trabalho Violação dos Povos indígenas e Regime Militar. Tal equipe dedica-se à análise dos processos que se

referem às comunidades indígenas vitimadas pela implantação do Reformatório Krenak e da Fazenda Guarani e pelo funcionamento da Guarda Rural Indígena, no estado de Minas Gerais. Nesse sentido, vem sendo desenvolvida uma série de entrevistas, rodas de conversa e questionários, com o intuito de documentar e investigar as melhores formas de se ajuizarem as citadas ações civil e criminal em andamento (MPF, 2014). Já como desdobramento deste processo, em março de 2015, uma carta foi elaborada pelo procurador da República reconhecendo as "violações aos direitos humanos perpetradas contra o povo indígena Krenak pelo Estado Brasileiro, durante a ditadura militar, [reconhecimento este que deve ser] acompanhado de pedido público de desculpas" e a "reparação econômica coletiva em prol do povo indígena Krenak, tendo em vista que os atos da ditadura provocaram sua desagregação social e cultural, colocando em risco, portanto, sua própria existência enquanto povo" (MPF, 2015, p. 1).

Em novembro de 2015, mais um dos direitos dos Krenak foi violado, com o rompimento das barragens de rejeitos da mineradora Samarco-Fundão e Santarém, localizadas em Mariana (MG). Além de destruir ou descaracterizar os distritos de Bento Rodrigues e diversas outras localidades da bacia do rio Doce, terras indígenas, assentamentos e comunidades de pescadores dos territórios mineiro e capixaba, deixando diversas populações sem alimento, sem água e até mesmo sem condições de exercerem atividades agrícolas, esse crime ambiental impactou a biodiversidade da bacia hidrográfica do rio Doce e também, diretamente, a cosmologia krenak, segundo a qual o rio é muito mais que um recurso natural, pois trata se de uma entidade sagrada – um parente, um *maret* ou espírito ancestral encantado. Ainda nos dias presentes, os impactos da lama contaminada que não para de descer pelo rio Doce são vivenciados nesta região (ISA, 2018).

Curiosamente, em dezembro de 2015, foi lavrada uma ação civil pública com pedido de antecipação de tutela contra a União Federal, a FUNAI, o estado de Minas Gerais, a Ruralminas e Manoel dos Santos Pinheiro (o capitão Pinheiro). Nesta ação civil, a partir dos estudos da comissão e de laudos psicológicos feitos com as populações indígenas em questão, comprovou-se que as ações executadas e que afetaram essas comunidades, no período militar, foram tão graves e degradantes que "a própria reprodução física e cultural dos Krenak se viu ameaçada" (MPF, 2015, p. 88).

Deve-se ressaltar que cabe ao Estado e a todas as entidades e pessoas envolvidas repararem os danos causados às comunidades indígenas atingidas, possibilitando: "(i) o fortalecimento da identidade e da autoestima dos indivíduos e da coletividade Krenak; (ii) o resgate e o fortalecimento da cultura krenak; (iii) a garantia do direito à memória, visando à não repetição das violações perpetradas" (MPF, 2015, p. 92). Entre os pedidos formulados nesta ação, constam: a recuperação ambiental da TI Krenak, devastada e totalmente degradada, com a entrega dos títulos de suas terras aos fazendeiros da região pela Ruralminas, no período da ditadura e da diáspora Krenak; a tradução para a língua Krenak da Constituição da República de 1988, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do texto do relatório final da Comissão Nacional da Verdade; a entrega de documentos e arquivos impressos, digitais e audiovisuais registrados no período militar, referentes à comunidade, ao Reformatório Krenak e à sua transferência compulsória para a Fazenda Guarani; ações e apoio para o registro, a transmissão e o ensino da língua Krenak, assim como para as iniciativas que visem a resgatar a cultura, o território e a espiritualidade indígena desta etnia.

Além disso, para os Krenak, seria importante ainda: a conclusão do processo administrativo de identificação de delimitação da Terra Indígena Krenak de Sete Salões; a sistematização e a publicização da documentação referente às

graves violações dos direitos humanos das comunidades indígenas durante o período de 1967 a 1988, devendo o registro e a discussão concernentes a tais eventos e experiências serem inseridos nos currículos escolares estaduais; e uma cerimônia pública, na TI Krenak (que os índios gostariam que fosse veiculada em rede nacional de televisão), com representantes dos governos federal e estadual, para que seja feito um pedido público de desculpas à comunidade "pelas graves violações de direito perpetradas contra esta etnia durante a ditadura militar" (MPF, 2015).

Considerações finais

A análise das paisagens culturais tem por objetivo a compreensão das formas visíveis e invisíveis dos discursos sociais dos grupos humanos, que atribuem ao seu espaço vivido um sistema de signos e significações construído a partir de relações culturais, sociais, políticas e econômicas. Posto isto, o desafio do olhar geográfico frente aos processos sociais, sob o viés cultural, remete a essa busca pela compreensão das interpretações/percepções simbólicas que se configuram sobre a vida coletiva.

No âmbito das comunidades indígenas, a tradicionalidade étnica é construída a partir de uma essência cultural imutável, transmitida entre gerações, que se associa, no entanto, às múltiplas influências individuais e coletivas de interpretação dos indivíduos da comunidade, dando-lhe o caráter dinâmico e múltiplo segundo o qual, atualmente, são compreendidas as culturas indígenas. Nessa perspectiva, a cultura representa não apenas a herança e a experiência de uma comunidade, mas uma projeção em direção ao futuro, apresentando-se ainda como um documento aberto a múltiplas leituras. Eis aí mais um desafio do olhar do geógrafo ao procurar captar as diversas leituras de uma paisagem, combinando, de forma efetiva, todos esses olhares.

É nesse sentido que os Krenak vêm consolidando sua paisagem cultural alternativa emergente. Descendentes de uma comunidade contra a qual se decretou uma guerra, no século XIX, temida até por outras comunidades indígenas menos expressivas demograficamente e ocupando parte considerável da região geográfica do leste brasileiro, os Botocudos travaram diversas batalhas, das quais foram restando alguns poucos "remanescentes", que formaram novas comunidades até chegarem à constituição atual dos Krenak.

A memória de uma paisagem cultural excluída e de sofrimento ainda se faz presente, até mesmo nas lembranças daqueles membros da comunidade que nunca mais voltaram para o território tradicional. A angústia e a desolação pelos parentes perdidos, o desrespeito e a humilhação por eles vivenciados, no entanto, não os abateu e nem os exterminou, como previa o Decreto de 1808. E, por meio da interação com a sociedade envolvente, a comunidade foi se informando e se fortalecendo, com a apropriação de conhecimentos, tecnologias e valores da cultura dominante, para garantir a continuidade de sua identidade, valores e tradições culturais, inclusive, com a mobilização política e a formação dos movimentos indígenas, na década de 1980.

Deve-se ressaltar que o simbolismo presente na paisagem cultural Krenak traduz elementos de: proteção (como a divisão da comunidade e sua distribuição por todo o território visando à vigilância e proteção das fronteiras); subsistência (apropriando-se da atividade pecuária como uma forma de sobrevivência em um território intensamente devastado); ressignificação de crenças e aspirações (construídas a partir de uma consciência socioespacial de pertencimento e associadas a sinais visíveis de um projeto vital da sociedade); "resgate" e fortalecimento cultural, que se consolidam por meio da contestação do presente em busca de novas e futuras formas alternativas de subsistir (expressas nos projetos emergentes incidentes no território).

Posto isso, acredita-se que, por meio da emergência política e cultural de sua identidade, que se imbrica com a luta pela reconquista desse estratégico lugar, os Krenak retomarão o seu território tradicional e surpreenderão, mais uma vez, contra a visão predominantemente preconceituosa e depreciativa da cultura dominante sobre eles.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Rinaldo S. V. "Territórios indígenas: materiais, existenciais." In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 5, n. 5, pp. 57-72, jul. 2000.

CIMOS – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. *Direitos de povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.* Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 2014.

CLAVAL, Paul. Comitê Editorial "Géographie et Cultures" – La Culture dans Tous sés Espaces. In: *Géographie et Cultures*, Paris, n. 1, pp. 3-5, 1992.

_____. "Le territoire dans la transition à la postmodernité." In: *Géographie et Cultures,* Paris, n. 20, pp. 93-112, 1996.

_____. "A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia." In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, pp. 147-166, 2003.

_____. "A paisagem dos geógrafos." IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 13-74, 2004.

_____. *A geografia cultural*. Tradução de Luíz F. Pimenta e Margareth de C. Afeche Pimenta. 3ª ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. "A dimensão cultural do espaço: alguns temas." In: *Espaço e Cultura.* Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 1-22, out. 1995.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. "A proteção que faltava: o Reformatório Agrícola Indígena *Krenak* e a administração estatal dos índios." In: *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, pp.129-146, abr./jan. 2003.

COSGROVE, Denis. "A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas." In: COSGROVE, Denis. *Geografia cultural: uma antologia.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp. 219-237.

DEUS, José Antônio Souza; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. "Uma abordagem etnogeográfica e etno-histórica das paisagens culturais alternativas e dos processos de reterritorialização de índios e quilombolas em curso na Região Sudeste do Brasil." In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. IX, 2011, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2011, 8p.

HOEFLE, Scott W. "Debates recentes na geografia cultural anglo-americana." In: *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 8, pp. 75-87, ago./dez. 1999.

HOLZER, Werther. "Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos da paisagem e lugar, território e meio ambiente." In: *Território*, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, pp. 77-85, jul./dez. 1997.

_____. "Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico." In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 149-168, 1999.

ISA – Instituto Socioambiental. *Povos indígenas no Brasil – 2018*. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br. Acesso em: 11/04/2018.

_____. *De olho nas terras indígenas no Brasil*, 2013. Disponível em:< http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas>. Acesso em: 08/05/2013.

KRENAK, Itamar; DAMACENO, Anderson. *Projeto língua-mãe*. Texto agregado ao relatório de prestação de contas do Projeto Cultura *Krenak* na entrega dos produtos finais (dicionário, cartilha e DVD) à Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais. 2013, 4 p.

MELO, Vera M. "Paisagem e simbolismo." In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 29-48, 2001.

MPF – Ministério Público Federal. Relatório de atividades: *Grupo de Trabalho Violação dos Povos Indígenas e Regime Militar.* Belo Horizonte, 2014.

_____. *Ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela* – Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2015.

SAUER, Carl O. "A morfologia da paisagem." Tradução de Gabrielle C. Paiva. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: *E*dUERJ, pp.12-74, 1998.

SCHIER, Raul A. "Trajetórias do conceito de paisagem na geografia." In: *RA'EGA*, Curitiba, n. 7, pp. 79-85, 2003.

VIDAL, Lux B. "As terras indígenas no Brasil." In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: Global Editora, pp. 193-204, 1998.

AS CAMPONESAS E PESCADORAS ARTESANAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NA ATIVIDADE LABORAL: AS AÇÕES NO PONTAL DO PARANAPANEMA E EM UBATUBA (SÃO PAULO)

FEMALE PEASANT AND ARTISANAL FISHERWOMAN IN PUBLIC POLICIES AND IN LABOR ACTIVITY: THE ACTIONS IN PONTAL DO PARANAPANEMA AND UBATUBA (SÃO PAULO)

LAS CAMPESINAS Y PESCADORAS ARTESANALES EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y EN LA ACTIVIDAD LABORAL: LAS ACCIONES EN EL PONTAL DO PARANAPANEMA Y EN UBATUBA (SÃO PAULO)

LARISSA TAVARES MORENO
Doutoranda em geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP – Presidente Prudente). E-mail: larissatavaresmoreno@gmail.com

SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL
Mestre em geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP – Presidente Prudente). E-mail: cassio.todescato@hotmail.com

* Artigo publicado em julho de 2018.

Resumo: O presente artigo articula o debate sobre gênero, trabalho e políticas públicas. Para tanto, destacamos o envolvimento e a importância das camponesas e pescadoras artesanais na atividade laboral e nas políticas públicas, de maneira a elencar contradições, enfrentamentos, possibilidades e desafios. Nesse sentido, como exemplos, apontamos as ações das mulheres camponesas do Pontal do Paranapanema (São Paulo) com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e das mulheres pescadoras artesanais de Ubatuba (São Paulo) na luta por reconhecimento de seu trabalho no processo produtivo pesqueiro e, consequentemente, por ampliação e concretização de políticas públicas que atendam a suas demandas. Para isso, metodologicamente, foram articulados dados secundários coletados em diferentes bancos de dados com os dados primários resultados de trabalhos de campo e entrevistas.

Palavras-chave: camponesas, pescadoras artesanais, trabalho, políticas públicas.

Abstract: The present article articulates a debate about genre, work and public policies. For this purpose we emphasize the involvement and importance of female peasants and artisanal fisherwoman in labor activity and public policies in order to elicit contradictions, confrontations, possibilities and challenges. For that matter, as examples, we point out the female peasants' actions from Pontal do Paranapanema (São Paulo/Brazil) with the Food Acquisition Program and artisanal fisherwomen from Ubatuba (São Paulo/Brazil) struggling for recognition of their work in the fishing productive process, and consequently, for expansion and achievement of public policies that meet their claiming. For this, secondary data, which were collected in different data bases, was methodologically articulated with primary data, which were the result of fieldwork and interviews.
Keywords: female peasants, artisanal fisherwoman, work, public policies.

Resumen: El presente artículo articula el debate sobre género, trabajo y políticas públicas. Para eso, destacamos la implicación y la importancia de las campesinas y pescadoras artesanales en la actividad laboral y en las políticas públicas, de manera a establecer contradicciones, enfrentamientos, posibilidades y retos. En este sentido, como ejemplos, señalamos las acciones de las mujeres campesinas del Pontal do Paranapanema (São Paulo/Brasil) con el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y las mujeres pescadoras artesanales de Ubatuba (São Paulo/Brasil) en la lucha por el reconocimiento de su trabajo en el proceso productivo pesquero y en consecuencia por ampliación y concreción de políticas públicas que atiendan sus demandas. Para eso, metodológicamente se articulan datos secundarios que fueron recolectados en diferentes bancos de datos, con los datos primarios resultado de trabajos de campo y entrevistas.
Palabras clave: campesinas, pescadoras artesanales, trabajo, políticas públicas.

Introdução [1]

A partir do processo de democratização no Brasil, que se iniciou no fim da década de 1980, e, mais precisamente, com a Constituição Federal de 1988, houve uma abertura para as reivindicações dos movimentos sociais, movimentos sindicais e da classe trabalhadora, em geral, na pauta por construção de políticas públicas voltadas para os(as) camponeses(as) e pescadores(as) artesanais. Consequentemente, houve uma abertura para o debate da participação dos sujeitos como protagonistas de suas histórias.

Foi também em meio a esse processo de democratização que se constituíram novos movimentos sociais e sindicais, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, representações como o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) e a constituição da estrutura da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983. Além destes, iniciou-se o chamado Movimento da Constituinte da Pesca, em 1988, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, movido pelos(as) pescadores(as) artesanais e com a ajuda do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a fim de, entre outras iniciativas, equiparar as colônias aos estatutos dos sindicatos urbanos. Em 2010, houve a criação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), que surgiu a partir de um processo

[1] As reflexões apresentadas neste artigo estão baseadas nos resultados das seguintes dissertações: *Os trabalhadores artesanais do mar em Ubatuba/SP: a dinâmica territorial do conflito e da resistência* (Processo FAPESP Nº 2014/01907-2), defendida em dezembro de 2016, e *A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos* (Processo FAPESP Nº 2014/04250-4), defendida em março de 2017. Este último projeto é vinculado ao Projeto Temático "Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e água, e a saúde ambiental" (Processo FAPESP Nº. 2012/23959-9).

que marcou a própria trajetória do extinto Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), criado no final da década de 1980.

Na década de 1990, a atuação da sociedade civil organizada continuou constante, e o governo agia no sentido de criar políticas de apaziguamento dos conflitos. Na questão agrária, de um lado, tínhamos a emergência de movimentos sociais e sindicais reivindicando reforma agrária e direitos da classe trabalhadora, e, por outro, um governo com intenção de frear/apaziguar os conflitos oriundos da contradição sinalizada entre campesinato e agrohidronegócio,[2] as falhas do mercado e a exacerbação da pobreza impulsionada pelo processo de neoliberalização da economia. Um dos programas criados pelo governo, e que demonstrava este interesse, foi o Comunidade Solidária,[3] que tinha como objetivo integrar ações relacionadas à questão alimentar, à miséria, à pobreza e à inequidade. Nesse mesmo período, têm-se políticas estendidas aos pescadores e pescadoras artesanais, fato que possibilitou um auxílio para a compra de novas embarcações, motores, redes etc., assim como para o acesso ao direito de seguridade e previdência social.

Já na década de 2000, o processo de democratização se tornou evidente com a vitória de Luís Inácio da Silva (Lula) à presidência do Brasil. Por meio de um pacto de classes,[4] o governo se tornou mais "permeável" às reivindicações da classe trabalhadora, que, naquele momento, conseguiu avanços

[2] Compreendemos o agrohidronegócio conforme a proposta teórica de Thomaz Júnior (2009), como um modelo de desenvolvimento do capital no campo, desenvolvido por empresas monopolistas (nacionais ou internacionais) que atuam para além da apropriação da terra, mas também, e concomitantemente, da água. Logo, o agrohidronegócio é o controle territorial de forma articulada, que, inclusive, vai além da degradação dos recursos naturais, implicando também na precarização do trabalho.

[3] Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995.

[4] Nesse contexto, os movimentos sociais de luta pela terra e por moradia, os sindicatos, a população desorganizada pobre e importantes associações patronais, mesmo com interesses e objetivos distintos, faziam parte de um mesmo campo político (BOITO JUNIOR, BERRINGER, 2013).

significativos na construção de políticas públicas. Para exemplificar, obteve-se, em 2003, a conquista do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),[5] que tinha como objetivo comprar alimentos do campesinato e distribui-lo em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Esse programa contribuía na renda familiar do camponês, libertando-o, em parte, dos atravessadores. Do mesmo modo, visibilizou o trabalho da mulher do campo, ou seja, demonstrando que a mulher do campo sempre esteve presente no processo de produção, o que vinha modificando as relações entre sexos, com continuidade do protagonismo da mulher na família camponesa e na organização do trabalho familiar (reprodutivo) e produtivo. Ao mesmo tempo, vinculava trabalhadores do campo e da cidade, enquanto um produzia e outro consumia alimentos saudáveis e voltados para as reais necessidades de alimentação.

No que tange à pesca, no início dos anos 2000, veremos, em princípio, um outro olhar ao segmento artesanal, com ampliação da participação social e de políticas públicas, tais como: as Conferências Nacionais de Aquicultura e Pesca; Pescando Letras; ampliação do seguro desemprego e a própria criação, em 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). Em 2009, houve a criação de um ministério exclusivo da pesca: o Ministério de Aquicultura e Pesca (MPA).[6] Inclusive, deve ser

[5] Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

[6] Para mais informações sobre o processo de discussão da criação de um ministério exclusivo da pesca, ver Dias-Neto (2010), Azevedo (2012) e Moreno (2017). Vale dizer, contudo, que apesar de ter sido criado um ministério exclusivo da pesca, o MPA apresentou muitas limitações para o setor pesqueiro artesanal. Aliás, não podemos nos esquecer da rotação de ministros dentro deste ministério, que apresentou sete ministros diferentes, entre os anos de 2003 a 2015, o que, sem dúvida, refletiu no atraso de políticas e na continuidade de projetos em execução. Em 2015, o MPA foi extinto, passando a Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e, atualmente, a Secretaria de Aquicultura e Pesca está vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

frisado que foi apenas com a promulgação da nova Lei de Pesca (Lei 11.959/2009), após 14 anos de discussão, que se regulamentou a atividade artesanal pesqueira e se admitiu o sistema de economia familiar, o que permitiu compreender as mulheres entre os profissionais da pesca.

Nessa conjuntura, e em meio a essas conquistas, a sociedade civil organizada mudou sua postura de enfrentamento, participando dos espaços, ocupando cargos e disputando por dentro do Estado a construção de políticas públicas. Assim, o protagonismo dos sujeitos, mesmo em meio a contradições, começou a aparecer, e questões que não entravam nas pautas de construção e implementação de políticas públicas voltadas para o campo (como a participação das mulheres no processo produtivo das práticas vinculadas à agricultura e pesca secundarizadas por um Estado patriarcal, machista e opressor) se tornaram presentes.

Nesse sentido, nosso objetivo é destacar o envolvimento e a importância das camponesas e pescadoras artesanais na produção laboral e nas políticas públicas, de maneira a destacar suas contradições, enfrentamentos, possibilidades e desafios. Para fundamentarmos nossas discussões, trazemos como exemplos as ações das mulheres camponesas do Pontal do Paranapanema (São Paulo) com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e das mulheres pescadoras artesanais de Ubatuba (São Paulo) na luta por reconhecimento de seu trabalho no processo produtivo pesqueiro. Estes dois casos exemplificados são resultados de duas pesquisas de mestrado concluídas,[7] que, apesar de não terem como foco principal a temática deste artigo, apontaram como resultados que reflexões nesse sentido fossem realizadas. E é nesse sentido que este artigo discute a relação da mulher camponesa e da pescadora artesanal com as políticas públicas.

Com o intuito de evidenciar os sujeitos (nesse caso, as mulheres), trazemos trechos de entrevistas semiestruturadas que

[7] Vide nota de rodapé 1.

realizamos em trabalhos de campo, reuniões e encontros. Ao mesmo tempo, dialogamos com as teorias que abordam políticas públicas, questão de gênero, trabalho e estratégias de reprodução do campesinato e da pesca artesanal.

Também articulamos nossa discussão com os dados secundários de instituições públicas envolvidas com a implementação de políticas públicas voltadas para o campo, como, por exemplo, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como os dados do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de ministérios relacionadas ao setor pesqueiro, entre outros.

As mulheres e as políticas públicas para o campo: elementos iniciais para o debate

Apesar de muitos estudos que versam sobre políticas públicas, poucos evidenciam e trabalham a questão dos sujeitos (sobretudo, da mulher) como protagonistas e participantes do processo de construção e implementação destas políticas. Como resultado disso, vemos muitos estudos que carregam as características de avaliações feitas por órgãos institucionais, ou seja, são setorizados, apresentam os avanços, possibilidades e algumas deficiências, mas de forma generalizada, sem se preocuparem com a formulação e a implementação das políticas públicas, considerando que estes processos não se apresentam de forma linear e racional, desvinculados do processo político (LEAL, 2017).

Assim, no âmbito das políticas públicas em questão, a complexidade de relações em que estão envolvidos o Estado e os sujeitos – o que é essencial para a análise das contradições e dos conflitos – fica de fora dos debates e das formulações teóricas dos

estudos. Situação esta que subjuga a mulher e o homem como meramente passivos.

Na contramão desse discurso, nossa intenção neste artigo é apresentar ao debate como as mulheres camponesas e pescadoras são sujeitos ativos do processo de construção das atividades produtivas e na construção das políticas públicas. A mulher sempre esteve presente no processo de produção na agricultura e na pesca artesanal, mas, historicamente, foi secundarizada e invisibilizada diante da organização social capitalista em que vivemos, que é estruturada na luta de classes e também é machista e patriarcal. Esta organização redimensiona e evidencia as ações dos homens e apaga as ações das mulheres, tendendo a reduzir o trabalho destas ao trabalho doméstico e ao quintal, dito, inclusive por alguns teóricos, como trabalhos acessórios e não produtivos.

Nessa conjuntura, o Estado, como produto dessa organização social, também secundariza e invisibiliza as mulheres quanto à formulação e à implementação das políticas públicas, além de não considerar a divisão sexual do trabalho na concepção da mulher, as opressões e as questões de gênero, o que inviabiliza a luta das mulheres por uma posição mais igualitária na continuidade da reprodução do campesinato e dos pescadores e pescadoras artesanais.

A partir desse processo, é preciso mencionar que, no que tange à pesca artesanal, esta atividade representa quase 70% da produção pesqueira nacional (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2015), denotando, assim, grande importância e contribuição a este setor, bem como relevância alimentar para as comunidades envolvidas e para a sociedade em geral. Ademais, este é um setor gerador de muitos empregos e renda, tendo, no ano de 2016, registrado 1.097.384 pescadores profissionais no Brasil (BRASIL, 2016a).

Quanto a esta questão, é importante mencionar que o reconhecimento jurídico da pesca artesanal e das próprias políticas

públicas à atividade é uma temática bem recente. Prova disto é a nova e vigente Lei da Pesca e Aquicultura de 2009 (Lei no 11.959). Esta lei especifica, em seu Art. 4º, parágrafo único, que a pesca artesanal compreende "os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal" (BRASIL, 2009, s/p).

Conforme já apontamos em Moreno (2015), foi por meio dessa lei que se ampliaram o entendimento e o reconhecimento da pesca artesanal, o que denotou, mesmo que ainda haja muitos problemas e críticas às definições dessa atividade presentes nessa lei, um importante avanço (SILVA, LEITÃO, 2012; OLIVEIRA; SILVA, 2012; AZEVEDO, 2012), sobretudo devido ao longo período de uma não definição jurídica do setor artesanal em relação à última lei, criada ainda no período militar (o Código de Pesca de 1967).

> A definição jurídica de pesca artesanal é importante em dois níveis. No primeiro, a regulamentação da atividade possibilita o reconhecimento profissional dos trabalhadores e trabalhadoras. E sendo assim, o pescador e a pescadora passam a resguardar para si todos os direitos advindos das atividades laborais, especialmente em relação aos benefícios previdenciários. E, por último, mas não menos importante, a regulamentação serve como maneira de afirmar políticas públicas de estímulo a atividades comunitárias e não-industriais, atividades negligenciadas e, inclusive, suprimidas pelos regimes autoritários brasileiros (OLIVEIRA, SILVA, 2012, p. 338).

Contudo, ainda que essa lei (e um conjunto de outras leis e propostas) tenha possibilitado importantes avanços, há nela também muitas contradições e problemáticas. Um primeiro aspecto a ser mencionado se deve à definição jurídica da pesca artesanal, que, mesmo compreendendo vários sujeitos no processo produtivo da pesca, tende a considerar apenas o pescador em si, isto é, o trabalhador diretamente na lida pesqueira para fins de legislação previdenciária e trabalhista, desconsiderando os que

atuam na confecção de apetrechos, no processamento e beneficiamento do pescado. Isto, por sua vez, alimenta a desvalorização histórica do trabalho das mulheres, das pescadoras artesanais.

O segundo aspecto a ser mencionado se refere às políticas públicas. Com a regulamentação da pesca artesanal, deveriam se promover políticas com a finalidade de atuar com os propósitos deste segmento. Contudo, o que se tem notado é justamente o contrário: são políticas que acarretam a dissolução do modo de produção artesanal, afinal, a intervenção desenvolvimentista do Estado somente visa à consolidação da pesca industrial (OLIVEIRA; SILVA, 2012) ou, então, a alavancar a produção aquícola (conforme pode ser visto no Art. 21 da presente lei). Aliás, a atividade artesanal e os sujeitos envolvidos são vistos pelo Estado como um setor historicamente atrasado, o que levou à criação de políticas públicas voltadas às outras atividades mais produtivas.

É preciso destacar que o alvo das políticas públicas sempre se direcionou ao peixe, ao pescado/produção (MAIA, 2009) e quase nunca ao pescador e à pescadora, portanto, o objetivo a se alcançar normalmente não vinha com um caráter social. Do mesmo modo, as políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro, no Brasil, ora visavam a um desenvolvimento social e econômico e ora à conservação ambiental. Incluindo-se também os vários entraves e limites ao acesso integral desses direitos e políticas, há, enfim, muitos obstáculos ainda a serem enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil.

O terceiro ponto a ser destacado deve-se ao entendimento dos pescadores e das pescadoras como produtores(as) rurais. A nova Lei da Pesca compreende os pescadores e as pescadoras como beneficiários(as) do crédito rural, como estabelecido pela política agrícola, o que revela uma visão ainda muito reducionista e contraditória, como apontado em seu Art. 3º, que diz: "§ 1º O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as

necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade" (BRASIL, 2009, s/p).

Conforme estamos apontando, não há, nas legislações vigentes, uma compreensão das especificidades e singularidades da pesca artesanal realizada nas diferentes localidades e regiões do país. Além disso, não se menciona nada sobre a proteção de direitos estruturantes aos pescadores e pescadoras artesanais, como é o caso, por exemplo, do direito ao seu território (CONSEA, 2014). Nesse contexto de negação dos direitos sociais e laborais, é envolto que pescadores e pescadoras artesanais se organizam no país todo em busca de reconhecimento laboral e territorial, ampliação dos direitos e das políticas públicas ao segmento artesanal.

Assim, conforme expomos, a organização e o reconhecimento jurídico da pesca artesanal, no Brasil, como um todo, têm direta relação com a posição e a importância da mulher no trabalho pesqueiro, e, consequentemente, com a produção de políticas públicas. Afinal, por mais que saibamos da importância da mulher na atividade pesqueira, muitas vezes, ainda na atualidade, elas são tidas como auxiliadoras, e não vistas como profissionais da pesca, conforme o são.

Esse não reconhecimento do trabalho da mulher pescadora artesanal persiste, sendo negados a elas muitos dos direitos sociais conquistados por tantas outras mulheres em outras atividades/setores. De tal maneira que as políticas públicas, que já são escassas no setor artesanal pesqueiro, devem ser ampliadas de forma a estender-se também ao reconhecimento e à valorização das trabalhadoras da/na pesca artesanal.

Infelizmente, muitos desses problemas mencionados anteriormente também se estendem para as mulheres camponesas e assentadas pela reforma agrária, que também não são reconhecidas pelo Estado. O que temos de conquista é produto de mobilizações e lutas das mulheres e de movimentos sociais, como o

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). As conquistas de maior relevância são o acesso igualitário à terra e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Mulher), programa este que, apesar de ser produto das lutas das mulheres, traz consigo as contradições da subalternização da mulher casada perante o homem, nos moldes da família tradicional.

O acesso igualitário à terra, no processo de reforma agrária, resultou na inserção do Artigo 189 da Constituição Federal, que afirma que "o título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independentes do seu estado civil", ou seja, no caso da mulher assentada de reforma agrária, o lote também pode estar em seu nome.

Esta conquista também influenciou na separação conjugal. Comumente, a terra ficava sob o domínio do homem, e a mulher tinha que sair do lote. O que lhes restava era a volta para os acampamentos, e, na maioria das vezes, acompanhada das crianças. O INCRA também passou a dar preferência, na classificação para obtenção de terras da reforma agrária, às famílias chefiadas por mulheres. No entanto, reconhecemos que a incorporação deste direito à posse da terra para a mulher camponesa assentada na institucionalidade estatal não garantiu a sua implementação de fato.

Para as camponesas assentadas, "não ter terra" é mais um empecilho para a criação de políticas de crédito específico para as mulheres, assim como de políticas de reconhecimento do trabalho da mulher, pois as políticas públicas para o campo estão voltadas ao reconhecimento do trabalho historicamente desenvolvido pelo homem, titular do lote e líder familiar, e o acesso por parte das mulheres a estas políticas ainda é subordinado. O PRONAF Mulher, por exemplo, apesar de ser produto das lutas das mulheres, é uma política acessória, ou seja, é um complemento do PRONAF, que é atrelado ao titular do lote (ao homem), reforçando,

no caso das mulheres assentadas, a secundarização perante a família, o lote e o assentamento, tendo em vista que a mulher sem crédito e renda é mais invisibilizada.

O PRONAF Mulher é uma modalidade voltada a ofertar créditos exclusivamente às camponesas, arrendatárias, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco, independentemente do seu estado civil. Podem ser financiados, nas linhas de Microcrédito Produtivo Rural – Grupo B, até R$ 2.500,00, e, no PRONAF Mais Alimentos, até R$ 330.000,00 (BRASIL, 2017). No entanto, as diretrizes para o acesso ao PRONAF Mulher não são claras, além de serem burocráticas, e ainda não contemplam as demandas das mulheres. Segundo Fernandes (2003), para o MMC,

> [...] o Pronaf Mulher não é entendido como uma política de crédito capaz de atender as demandas das mulheres. Segundo algumas entrevistadas representantes do MMC, as demandas do movimento passam também por políticas de crédito capazes de financiar a preservação das sementes crioulas, hortas, jardins, e melhorias nas moradias, além de outras atividades do entorno doméstico (FERNANDES, 2003, p. 166).

Assim, o PRONAF Mulher, além de não atender às demandas por crédito, também não contempla demandas específicas das mulheres, pois o crédito não é específico para as atividades de seu interesse, e, muitas vezes, quando procuram as agências bancárias para adquirir o financiamento, são ignoradas e têm seu crédito vinculado à dívida do esposo, o que limita o crédito da família e impõe entraves para a autonomia econômica (PAULA, 2015). Para Fernandes,

> [...] o crédito oferecido às mulheres está longe de se efetivar enquanto instrumento de empoderamento econômico. Pensar autonomia econômica para as mulheres é pensar em política de crédito diferente do modelo predominante. Implica pensar metodologias que contemplem as especificidades de gênero e as condições regionais (socioculturais) e que possam ter normas flexíveis e menos burocratizadas (FERNANDES, 2003, p.172).

Outra questão que dificulta o acesso ao crédito é a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP),[8] instrumento utilizado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) como identificador institucional do camponês para o acesso às políticas públicas. Comumente, nos assentamentos, a DAP está no nome do homem, e, para a legislação brasileira, apenas um titular contempla toda a família.

O PRONAF Mulher, como já foi informado, é uma linha do PRONAF, e deveria ser desvinculado deste para evitar esse tipo de subserviência, pois mesmo que o PRONAF Mulher possa ser acessado independentemente do estado civil da mulher, para aquelas que constituíram uma família tradicional, ainda impõe amarras que as subordinam aos homens. E, para as mulheres solteiras, viúvas e agregadas, o acesso parece ser letra-morta (FERNANDES, 2003; PAULA, 2015).

Nessa conjuntura, entendemos que a política pública voltada para as mulheres do campo tem que avançar no entendimento de que a mulher também tem que ter a posse da terra, dos meios de produção e acesso a créditos específicos, com autonomia de uso, e que estes contribuam para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, construídas historicamente no meio rural, o que então possibilitará que sejam considerados os direitos sociais e laborais dessas mulheres.

Nesse sentido, também não podemos deixar de nos lembrar que as camponesas e os camponeses e as pescadoras e os

[8] Para a emissão da DAP, os camponeses devem procurar os órgãos responsáveis (no caso dos assentados, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o INCRA), e estar munidos do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e de dados acerca de seu lote (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). No entanto, muitos encontram dificuldades para extrair a DAP. Um dos fatores que emperram a sua emissão é a renda, pois, para a comprovarem, os assentados têm que apresentar notas e/ou comprovantes fiscais do que foi vendido no ano anterior. Isto é um problema, pois os camponeses não têm costume de emitir notas das suas operações de vendas.

pescadores artesanais são incluídos na categoria de "segurados especiais" e têm direta relação e vinculação no que diz respeito às políticas públicas destinadas aos trabalhadores rurais. O segurado especial[9] é a "pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração [...]." (BRASIL, 1991, s/p).

Em síntese, os segurados especiais são os trabalhadores rurais, extrativistas e pescadores artesanais que produzem em regime de economia familiar, sem a utilização de empregos permanentes, sendo que os cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos devem ter participação ativa nas atividades para também serem incluídos como segurados especiais. Assim, esses sujeitos têm também relação com o próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), já que este atua como o órgão viabilizador das políticas públicas previdenciárias e assistenciais no Brasil. Portanto, as questões referentes ao sistema previdenciário (aposentadoria, salário-maternidade, salário-família, auxílio-acidente, auxílio-doença etc.) que dizem respeito aos segurados especiais afetam a ambos os sujeitos camponeses(as) e pescadores(as) artesanais.

Sendo assim, no Brasil, a previdência rural é, sem dúvida, um importante mecanismo de efetividade no que diz respeito à qualidade de vida e ao trabalho dos trabalhadores rurais, em especial à categoria de segurados especiais, foco deste artigo. Contudo, devemos mencionar a PEC 287/2016, que, entre uma de suas medidas, visa a alterar a idade da aposentadoria dos(as) trabalhadores(as), o que é um verdadeiro absurdo. E, para este

[9] O segurado especial está incluído no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mediante o Artigo 195, §8º, da Constituição Federal/88; o Artigo 12, inciso VII, da Lei 8.212/91, dispositivo este que foi alterado pela Lei 11.718/2008; e Artigo 9º, VI, do Decreto 3.048/99.

segmento de trabalhadores, demonstra uma verdadeira falta de reconhecimento da sua importância na produção dos alimentos que chegam, todos os dias, à nossa mesa.

O PAA no Pontal do Paranapanema e a produção artesanal pesqueira em Ubatuba: em pauta a questão de gênero

Pretendemos continuar este artigo norteando-nos pelas reflexões anteriores e, assim, apontando os desdobramentos das ações das mulheres no envolvimento com o PAA, no Pontal de Paranapanema, e das ações e produção/reprodução das mulheres, em Ubatuba.

Buscamos demonstrar como essas mulheres e o conjunto das(os) trabalhadoras(es) na terra e na água, na cidade e no campo, a partir de seu trabalho, suas vivências e experiências, são sujeitos ativos em resistências contra a invisibilização social e laboral, e em luta por seus direitos sociais, laborais e territoriais, enfim, pela emancipação das amarras do sistema degradante e expropriante do capital.

Afinal, as atividades produtivas da/na pesca/água e do/no campo/terra sempre foram tidas como masculinas e de caráter familiar, sendo a mulher condicionada e vista como auxiliar nestas atividades.

A mulher camponesa assentada e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, na região sudeste do Brasil, e conta com 32 municípios e aproximadamente 600.000 habitantes. É um território marcado por conflitos agrários originados pela ocupação ilegal da terra, com base na expropriação dos indígenas, no desmatamento e na grilagem (FELICIANO, 2009).

Atualmente, esses conflitos são protagonizados por dois grupos sociais: de um lado, os grileiros, detentores ilegais de grandes extensões de terra, aliados de grandes grupos

empresariais do setor agroindustrial canavieiro (como, por exemplo, o Odebrecht Agroindustrial); do outro lado, os trabalhadores sem terras, que fazem resistência por meio das ocupações das terras griladas, e que conseguiram, desde final da década de 1980, conquistar 116 assentamentos rurais oriundos da luta pela terra. Estes assentamentos se territorializaram em 16 municípios, aproximadamente 145.000 hectares, onde estão assentadas 6.400 famílias (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

No Pontal do Paranapanema, ainda são suscetíveis de transformação em assentamentos aproximadamente 417 mil hectares de terras que são requeridas pela(o)s trabalhadora(e)s e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, objeto de ações judiciais e que, no presente momento, são alvos da expansão do agrohidronegócio canavieiro (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Nesse contexto de luta pela terra, no Pontal do Paranapanema, as mulheres sempre cumprem importante papel, já que, no processo de acampamento, são elas que organizam e lideram as atividades. Elas se incubem da responsabilidade do trabalho reprodutivo e político no acampamento. Comumente, como os companheiros saem para trabalhar, as mulheres assumem o trabalho de organização, ficando com as funções de coordenação e representação.

O ato de ficar no acampamento, no Pontal do Paranapanema, tradicionalmente foi relegado à mulher, que sempre teve a responsabilidade de cuidar dos filhos, da saúde, da alimentação, de manter o barraco em condições de moradia e, ao mesmo tempo, de assumir as posições políticas. Assim as mulheres têm liberdade e acabam tomando posição sobre as decisões políticas do acampamento e também organizando grupos de mulheres. Segundo Garcia (2004), no Pontal do Paranapanema, esses grupos:

> [...] viabilizam a reivindicação formal dos seus direitos, além de incrementarem a percepção crítica sobre a condição de desvalorização na qual se encontra a mulher trabalhadora no

> campo. Porém, são as trabalhadoras acampadas e as militantes, com funções de coordenação ou representação, quem protagonizam e vivenciam essa outra dimensão da luta pela terra (GARCIA, 2004, p. 171).

Esses grupos também são organizados por militantes que participam dos coletivo de gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, "[...] um espaço de poder que as identifica coletivamente no seio de um movimento social liderado por homens [...]" (GARCIA, 2004, p. 170). Eles também atuam nos assentamentos, mas, no entanto, as relações se modificam, e apenas algumas mulheres (militantes) continuam desempenhando atividades políticas, sendo que os cativeiros da casa, do quintal e do lote são marcantes.

Nos assentamentos, as mulheres que militam enfrentam a censura moral e social da comunidade e dos próprios companheiros de luta (GARCIA, 2004). Por outro lado, é mediante essas atuações das mulheres assentadas militantes que se percebe como é possível repensar a condição da mulher "[...] no seio familiar valorizando o seu papel social" (GARCIA, 2004, p.173). É nesse sentido que, no Pontal do Paranapanema, as mulheres nos assentamentos se envolvem na luta por melhores condições de moradia, promoção da saúde, educação e na reivindicação de políticas públicas que atendam às necessidades da reprodução da família.

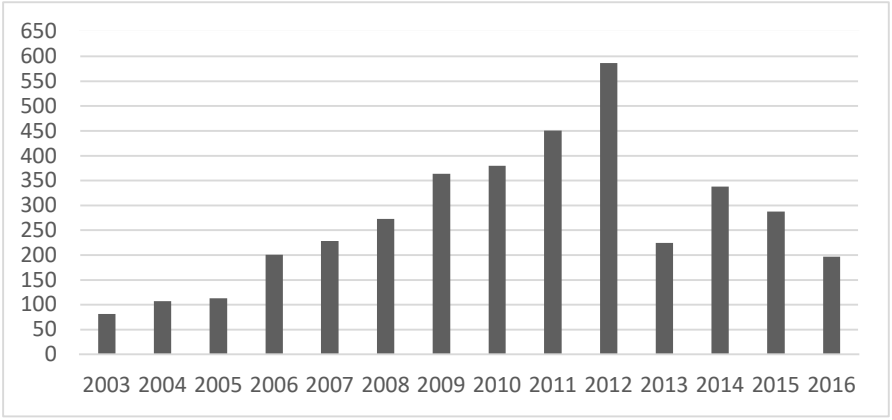
O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma dessas políticas que contribuem para a reprodução familiar. As mulheres relataram que foram elas que se interessaram pela reivindicação e implementação inicial deste programa, no Pontal do Paranapanema, e que se envolveram nisto. As participações no PAA, ali, foram registradas desde os primeiros anos de implementação do programa, em 2003 e 2004 (LEAL, 2017).

O PAA é uma conquista dos movimentos sociais. Foi instituído em 2 de julho de 2003, por meio do Artigo 19 da Lei nº. 10.696, e tinha como objetivo estimular e fortalecer o campesinato por meio da aquisição de sua produção de alimentos (a partir de

cotas definidas de R$8.000,00/ano/por família) e da distribuição gratuita a populações com risco de insegurança alimentar10 e nutricional. O programa, além de proporcionar a venda da produção, também incentivava a diversificação da produção, o que melhorava a qualidade da alimentação tanto da família que produzia quanto da família que recebia os alimentos.

Os objetivos do programa, porém, começaram a se fragilizar em 2013, com a instabilidade política e as dotações orçamentárias que chegaram a 586 milhões, em 2012. Posteriormente ao golpe de 2016, houve reduções drásticas, sendo que, para o ano de 2015, foram destinados R$ 287 milhões, e, em 2016, conforme pode ser visto no Gráfico 1, foram destinados apenas 197 milhões (CONAB, 2016).

Gráfico 1: Recursos destinados ao PAA entre 2003 e 2016 (em milhões de reais)



Fonte: CONAB, 2016. Org. LEAL, S.C.T.

Essas reduções inviabilizaram a continuidade da participação dos(as) camponeses(as) no Pontal do Paranapanema. No entanto, enquanto era possível a participação no programa, as mulheres se mostraram protagonistas. Elas relataram que, no

[10] Entendemos insegurança alimentar como o acesso limitado a alimentos básicos, incluindo problemas com sua quantidade e qualidade, e a incerteza sobre o abastecimento de alimentos até o final do mês.

início, os homens não queriam saber do programa, pois diziam que a renda obtida seria baixa e que horta era "coisa de mulher". O PAA comprava vários tipos de alimentos, desde legumes, frutas, tubérculos e verduras, no entanto, os alimentos mais vendidos eram aqueles produzidos nos quintais (espaço destinado à mulher). Nesse sentido, para muitos homens, o que era produzido naquele espaço era algo de que as mulheres deveriam cuidar.

> *De início, foram as mulheres que correram atrás, e aí os maridos ficaram meio assim... ficaram com receio de entregar. [...] Quando viram que o primeiro ano deu certo, aí vários companheiros [...] vieram também.*[11]

> *[....] Eles viram que o PAA não era conversinha de mulher, igual a gente escutou no início... Hoje, é tão importante quanto o leite. Hoje, é as duas atividades que sustenta. [...] E ainda tem os casos, tem casos por aí que trabalha muito junto, mas tem casos aí, lotes aí, que o PAA é da mulher [...] O leite é dele e o PAA é meu.*[12]

Isso também se deveu ao fato de que os trabalhos que comumente eram atribuídos às mulheres não eram remunerados, ou seja, o trabalho doméstico, do quintal, era improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica (GARCIA, 2004), mas, com o PAA, uma parte destes trabalhos começou a ser remunerada, o que chamou a atenção dos homens.

O envolvimento com o programa, além de visibilizar o trabalho coletivo, base da produção familiar, também vinha contribuindo na "independência" econômica das mulheres, visto que muitas delas não tinham renda e dependiam do marido para adquirir qualquer bem, mas, com o tempo, começaram a contribuir com eles. É importante ressaltar que, nas falas das mulheres, sempre estava presente que o bem a ser adquirido era para

[11] Entrevista com mulheres da Associação Girassol, do Assentamento Margarida Alves, localizada no município de Mirante do Paranapanema, realizada em 1 de outubro de 2015.

[12] Entrevista com as mulheres da Diretoria da Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA), realizada no assentamento Margarida Alves, município de Mirante do Paranapanema, no dia 1 de outubro de 2015.

investimento na produção ou na infraestrutura do lote, evidenciando a preocupação com a reprodução da família e a continuidade da produção (LEAL, 2017).

Além disso, as mulheres evidenciaram que o PAA era importante por permitir que, ao mesmo tempo em que produziam alimentos para a venda, também tinham condições de cuidar da família no dia a dia e dos afazeres domésticos.

> *[...] Não precisa estar saindo muito longe da casa. Você não precisa fazer muito longe da casa. Você está ali, você carpe uma mandioca, você planta um pepino, você faz uma coisinha ali... Dá para você vir em casa, a criança está ali, sabe? Vê horário de escola... Então, é um trabalho que, para a gente, é bom, porque você trabalha ali em volta de casa mesmo e produz [...].*[13]

Era evidente como as mulheres se envolviam no programa para garantir o grupo familiar e como, ao mesmo tempo, demonstravam que o trabalho dito não reprodutivo também era produtivo. O envolvimento das mulheres com o PAA, no Pontal do Paranapanema, também fortaleceu os coletivos (associações), inclusive aqueles majoritariamente formados por homens.

Concomitante a isto, o protagonismo do trabalho da mulher no lote foi mais evidente, o que contribuiu para a visibilidade do trabalho da mulher camponesa. O que quer dizer que esta sempre esteve envolvida no processo de produção e que o PAA expressava mais um elemento deste processo, ao contrário do que apontavam algumas pesquisas que afirmavam que o programa passou a inserir a mulher no processo de produção, como se o envolvimento fosse a condição para isto. Nesse sentido, é preciso apreendermos que

> [...] a plena participação das mulheres na produção de espaços pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginaliza ou as torna invisíveis, seja na participação do trabalho produtivo e reprodutivo, quanto nos

[13] Entrevista com as mulheres da Diretoria da Associação Girassol, realizada no assentamento Margarida Alves, no dia 1 de outubro de 2015.

> processos de tomada de decisão e gestão da vida em sociedade (GARCIA, 2004, p. 198).

Sendo assim, ao debater a questão de gênero, envolve-se pensar nesta como uma relação social e também uma relação de poder, e, como tal, que "[...] a dinâmica dominação-opressão que a constrói [...] é estrutural e sistêmica" (GARCIA, 2004, p. 124).

Nesse sentido, é notório que as mulheres camponesas, no Pontal do Paranapanema, colocaram em questão a necessidade de continuarem lutando por políticas públicas que considerem outras dimensões da luta pela terra e, ao mesmo tempo, contribuam para as estratégias de reprodução do campesinato, sem deixar de reconhecê-las como trabalhadoras por direito, que buscam outra sociabilidade daquela então ditada pelo domínio espacial e produtivo masculino.

O trabalho pesqueiro artesanal em Ubatuba (SP): a mulher pescadora e as políticas sociais

O município de Ubatuba está localizado no litoral norte paulista, entre o oceano Atlântico e a Serra do Mar, apresentando cerca de 100 km de extensão costeira, com mais de 723 km² de área. Tem uma população estimada em 86.392 habitantes, com densidade demográfica de 108.08 habitantes/km² (IBGE, 2015). Vale dizer, ainda, que cerca de 80% do seu território está inserido em unidades de conservação.

Em 2008, foram registrados 1.162 pescadores(as) artesanais, em Ubatuba (SEAP/PR, 2008, apud SILVA; LOPES, 2010). Atualmente, segundo dados do Brasil (2016a), a quantidade de inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é de 790 pessoas (685 homens e 105 mulheres), neste município. Desse total de inscritos, 760 realizam a atividade artesanal (656 homens e 104 mulheres). É importante pontuar que 10 pescadores(as) tiveram seus registros suspensos e que 433 foram cancelados. Enfim, esses dados apontam que, recentemente, o município possuía mais de 1.200 pescadores(as) (mais de 1,4% da

população total), que, em sua grande maioria, eram artesanais, ainda que formalmente não estivessem todos com cadastro e/ou registro ativo no RGP.

Vale dizer que, historicamente, desde os primeiros habitantes indígenas, a pesca esteve presente nas atividades laborais do município. Com o passar dos anos, deixou de ser a atividade principal de renda e subsistência da maioria da população local para ser uma atividade mais artesanal e também com interferências das mudanças regionais implicadas, seja pelo crescimento da especulação imobiliária, o turismo e a urbanização, entre outros fatores (MORENO, 2017).

A pesca artesanal, em Ubatuba, é essencialmente marinha, na qual se capturam e cultivam peixes, crustáceos e moluscos. Ainda que, habitualmente, a saída ao mar seja feita pelos homens, as mulheres pescadoras dali também realizam esta atividade. As pescadoras ubatubanas atuam, por exemplo, administrando a casa e cuidando dos filhos, beneficiando os pescados (limpar, filetar, congelar e vender), conforme se vê na Figura 1, trabalhando na confecção de materiais/apetrechos para a pesca e na arrumação do barco/canoa (Figura 2). Apesar de muitas destas atividades laborais não serem consideradas produtivas e tidas como de menor importância, seja pela sociedade em geral ou pela legislação vigente, são estas atividades exercidas pelas mulheres pescadoras que representam o ato complexo que é pescar, e o que é a pesca artesanal.



Figura 1: Mulheres e jovens trabalhando no beneficiamento e na comercialização do pescado, no Mercado Municipal de Peixe, em Ubatuba-SP. Fonte: Autores, 2015.



Figura 2: Mulher e homem trabalhando na preparação da rede para a lida pesqueira, no rancho de pesca do Itaguá. Fonte: Autores, 2015.

Deve ser ressaltado que a divisão sexual na pesca é ainda muito marcante, fazendo com que a maioria dos homens saiam para o mar e as mulheres permaneçam na terra. Contudo, por mais que as mulheres não saiam frequentemente para a lida direta da pesca, elas não devem ser desconsideradas do processo, isto é, da cadeia produtiva artesanal, como o fazem as legislações vigentes. Não se deve considerar o trabalho das pescadoras como

algo complementar e que apenas facilita o ato pesqueiro – isto é desprezar, invisibilizar e não reconhecer o que significa a pesca artesanal e os sujeitos que atuam nesta atividade laboral.

O que queremos destacar é que o trabalho da/na pesca artesanal, como práxis-ação dialógica social com a natureza (água, pescados, tempo), com o espaço do qual o trabalho depende e que o forja a partir de sua interação com este, se dá para além de sua funcionalidade econômica (RAMALHO, 2006; D'ÁVILA; TORRES; VARGAS, 2011). O trabalho da/na pesca artesanal compreende o ato/controle do processo de trabalho e dos meios de produção, tem relação com o conhecimento/saberes tradicionais transmitidos de geração a geração, assim como tem relação com o sentimento de orgulho e pertencimento constituído, historicamente, no próprio processo/ações/práticas cotidianas pesqueiras. Ademais, a cadeia produtiva da pesca artesanal é mais complexa do que apenas o ato pesqueiro em si.

Nesse ínterim, as territorialidades expressas nesse conjunto de processos e elementos que conformam o trabalho da/na pesca artesanal dão visibilidade também para as ações das mulheres pescadoras, mesmo que negadas por parte da sociedade, das legislações, do Estado e do capital.

> *[...] Sou pescadora há quase 30 anos. Não saio pro mar, não, mas sou pescadora desde jovem. Sou de família de pescadores [...] Sempre estava ali limpando peixe, aprendendo a preparar e vender o peixe. Desde pequena, ia com minha mãe catar marisco na pedra, ajudava lá em casa [...]. Isso aqui é minha vida!*[14]

Assim como a pescadora acima citada, outras pescadoras também nos revelaram, em entrevistas e conversas informais, como, desde que se "conheciam por gente", estavam inseridas na atividade pesqueira artesanal, e que esta atividade era a renda primordial para a vida delas e de sua família. Contudo, também

[14] Entrevista com pescadora artesanal de Ubatuba, realizada em fevereiro de 2015.

nos informaram sobre as dificuldades do não reconhecimento profissional de muitas mulheres de sua comunidade pesqueira e também sobre a desvalorização do seu trabalho, e que, além de atuarem em várias frentes do processo produtivo pesqueiro, ainda tinham de trabalhar nas suas casas e cuidar dos filhos. Também não podemos deixar de mencionar a preocupação dessas mulheres em participar de associações de pescadores e de bairro, assim como também da Colônia Z10, de Ubatuba, como uma forma de lutar e reivindicar melhorias para o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores da atividade artesanal pesqueira.

Assim, percebe-se que o significado do trabalho da/na pesca artesanal representa uma atividade essencial de vida, para essas mulheres, ainda que este processo seja inviabilizado e negado ao reconhecimento. Afinal, é ainda muito marcante, em várias regiões do país, assim como em Ubatuba, a falta de reconhecimento dos direitos sociais em relação à pesca artesanal, sobretudo em relação às mulheres.

No tocante às políticas públicas, conforme os resultados das pesquisas de campo realizadas entre 2014 e 2016, poucas são as efetivas realizações e acessos por parte da comunidade pesqueira local. Os motivos disto são vários, e vão desde a dificuldade de acesso às políticas (que, em sua maioria, são destinadas às atividades industriais e não artesanais), à pouca atuação da colônia de pescadores local em mobilizar e reivindicar mais direitos para a comunidade até as dificuldades em relação aos altos custos com que estes trabalhadores e trabalhadoras têm de arcar, tendo em vista que a sua produção é muito dependente da natureza.

Também deve-se mencionar as problemáticas em relação ao seguro-defeso por parte dos pescadores e pescadoras artesanais locais. O seguro-defeso é um benefício de um salário mínimo garantido pelo governo federal aos pescadores e pescadoras artesanais do país, durante o período de reprodução das espécies, ficando a pesca proibida neste período. Todavia, este auxílio não é

um processo fácil de ser obtido por todos, haja vista que existem várias exigências e documentos que devem ser comprovados. Acrescente-se a esta burocracia que o fato da não aceitação, por parte dos órgãos competentes, também ocorre, sobretudo com a Medida Provisória 665 (atualmente, Lei 13.134/2015), que, entre as mudanças postas em prática, alterou o pagamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego para o INSS.

Em Ubatuba, normalmente, os seguros-defeso destinam-se à captura de camarão sete-barbas, camarão-rosa e camarão branco (entre os períodos de 01/03 a 31/05), ainda que se tenham também os defesos da corvina, da pescadinha e de outras espécies. Sabe-se que, de 2011 a 2016, pelo menos 362 pescadores e pescadoras artesanais foram, em pelo menos um desses anos, assegurados pelo defeso do camarão (BRASIL, 2016b).

Entretanto, os pescadores e pescadoras artesanais ubatubanos relataram que sempre tiveram dificuldades e/ou sabem de colegas/parentes que também já tiveram dificuldades para conseguir receber o seguro-defeso, sendo que muitos pescadores e pescadoras locais ainda não conseguiram este direito. Além disso, também constatamos que, mediante essa nova medida posta em prática pelo governo federal em relação ao seguro-defeso, os entraves têm sido ampliados, sobretudo aos pescadores e pescadoras mais jovens que estão ingressando nesta atividade, tendo em vista que, atualmente, o seguro-defeso só é concedido com antecedência mínima de três anos de atividade comprovada.

No ano de 2016, também fomos informados do atraso no recebimento dos seguros- defeso aos pescadores e pescadoras artesanais, o que também implicou nas condições de vida e trabalho destes sujeitos e em sua reprodução social e familiar. Muitas vezes, eles tendem a exercer outras atividades laborais, seja no comércio local ou no turismo, de maneira a se sustentarem e a manterem sua família.

Outra questão pertinente quanto ao direito ao trabalho se relaciona ao acesso a créditos e projetos do governo federal. Alguns

pescadores relataram ter conseguido acesso ao crédito rural do PRONAF para a compra de barcos e equipamentos de pesca. Em entrevista, alguns mencionaram que obtiveram acesso, compraram suas primeiras embarcações a motor e melhoraram seus equipamentos de trabalho. Infelizmente, parte destes pescadores informou que, como a lida artesanal não ocorre todo dia e nem todos os meses do ano (por fatores da própria natureza), nem sempre é possível ter condições de arcar com os juros e as despesas do crédito, o que os levou a venderem suas embarcações para pagarem o seu financiamento e manterem o nome "limpo".

Como constatamos, as implicações e problemáticas relativas à reprodução na atividade pesqueira são, ainda na atualidade, uma característica muito presente, se não até mais desafiadora do que anos atrás. Além dos problemas já citados, acrescenta-se que, cada vez mais, os pescadores e pescadoras de Ubatuba se veem privados de seus territórios em terra ou na água. Conforme verificado nos trabalhos de campo realizados, é cada vez mais visível e compreensível que as famílias tradicionais pesqueiras estejam buscando outras atividades para complementarem a renda familiar, tendo em vista o acirramento e as dificuldades cotidianas que lhes são impostas.

A nosso ver, essas medidas, para além de necessárias do ponto de vista da reprodução da vida, são também uma forma alternativa de se resistir e lutar pelas condições dignas de vida e trabalho da/na pesca, já que esses sujeitos, em nenhum momento, estão querendo abandonar a lida pesqueira ou torná-la uma atividade secundária. Ao contrário, muitos estão querendo mostrar a importância desta atividade, buscando meios de (re)conquistarem o direito de exercê-la com a plenitude de suas possibilidades materiais e subjetivas, que todo ser social, em contato com a natureza por meio de seu trabalho, deve ter.

Ademais, as dificuldades também, e sobretudo, têm se estendido às mulheres pescadoras, que, historicamente, ao serem negadas como profissionais e tidas apenas como mera auxiliares

da atividade pesqueira, acabam por não conseguirem acessar direitos trabalhistas já obtidos por outras categorias de trabalhadoras no Brasil.

> A afirmação do *papel* e do *espaço* da mulher tradicionalmente apontado é a terra e a casa. Sua atividade na pesca é considerada *auxiliar*. Ou seja, segundo o imaginário construído, as mulheres não se envolvem na atividade de coleta do pescado. Isso porque a pesca acarreta o risco e o perigo do mar. E, com essa atitude "protetiva", o lugar da *mulher* foi constituído. Não somente no imaginário das populações pesqueiras, ou melhor, nem tanto por essas comunidades, quanto é reafirmado pelas normas jurídicas (SILVA, LEITÃO, 2012, s/p, grifo das autoras).

Assim, nos dias atuais, são poucas as mulheres pescadoras que conseguiram um reconhecimento de sua profissão e, por conseguinte, podem exercer seus direitos sociais e laborais. Dessa forma, conforme ressaltaram Silva e Leitão (2012), são parcialmente efetivas as políticas públicas relacionadas à pesca artesanal, que, de um lado, se deve à pouca expressividade e aplicabilidade ao setor de fato (tendo em vista a sua maior destinação ao ramo industrial da pesca), e, por outro lado, à relação com as especificidades das mulheres pescadoras artesanais.

Nesse sentido, como constatamos em pesquisas empírica e teórica, a atividade artesanal pesqueira tem vários desafios à reprodução, entre os quais citamos dois para este artigo: a) as políticas públicas que devem ser acessadas e construídas em conjunto e a favor da atividade artesanal pesqueira e b) a questão de gênero, que, no setor pesqueiro, assim como em relação aos(às) trabalhadores(as) camponeses(as), sempre foi negada no que se refere ao direito social e laboral.

No Brasil, sempre se negou a importância (alimentar e econômica) histórica da pesca artesanal, tendo em vista a difusão de tecnologias e políticas/programas de modernização do setor. E isto ocorre desde o Código de Caça e Pesca, em 1934; da Caixa de Crédito da Pesca, em 1936; da Comissão Executiva de Pesca, em

1942; da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, em 1962; da Secretaria de Aquicultura e Pesca, em 2003; do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009 (e sua extinção em 2015); do retorno ao Ministério da Agricultura, e, em março de 2017, da destinação da Secretaria de Aquicultura e Pesca ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Ou seja, sempre se priorizou, neste país, uma perspectiva conservadora e desenvolvimentista do setor pesqueiro, por parte do Estado (e suas instituições/órgãos) e do capital.

Por isso, na nossa perspectiva, é um desafio construir políticas públicas ao setor artesanal pesqueiro. Ainda que as Conferências Nacionais de Aquicultura e Pesca, promovidas pelo Estado, tenham possibilitado a participação e o envolvimento do movimento nacional de pescadores e pescadoras artesanais, a fim de debater a situação da pesca e da aquicultura no Brasil, muito pouco foi realmente efetivado. Daí que os pescadores e pescadoras se organizam e realizam as suas próprias Conferências Nacionais da Pesca Artesanal, tendo sido a primeira em 2009. Nesse sentido, há também as mobilizações das pescadoras artesanais mediante, por exemplo, o protagonismo da Articulação Nacional de Pescadoras (ANP), que luta não só por reconhecimento e direitos sociais e laborais, mas também para reforçar a sua identidade como mulheres pescadoras.

Por isso, compartilhamos da opinião de Silva e Leitão (2012) de que é preciso repensar a legislação e as políticas públicas do setor, de maneira que seja possível se efetivarem e ampliarem os direitos sociais e laborais dos pescadores e pescadoras artesanais.

Nesse quesito, ainda que o Decreto nº 8.425/2015 reconheça a pescadora artesanal como uma profissional, mediante seu registro de pesca, o Decreto nº 8.424/2015, por sua vez, impossibilita o direito ao auxílio-defeso pela mulher pescadora (e também ao homem pescador) se não houver comprovação do ato de pescar como atividade principal. Isto é, a concessão do seguro-

defeso é apenas para quem exerce a atividade pesqueira exclusiva e ininterruptamente, não podendo exercer a pesca como uma atividade secundária ou de beneficiamento, como, por vezes, são os casos de algumas mulheres pescadoras, a exemplo das de Ubatuba, que trabalham na organização de seus lares, na preparação dos barcos e apetrechos da pesca, no beneficiamento, na comercialização e em outras atividades.

Deve ser mencionado ainda que, nos últimos anos, foram registradas, inclusive em Ubatuba, a diminuição e a dificuldade na emissão das carteiras do Registro Geral da Atividade Pesqueira para os(as) profissionais da pesca por parte do Estado. Isto afeta as novas gerações de pescadores(as) e também a possibilidade de garantir a efetivação dos direitos sociais e laborais destes(as) trabalhadores(as), que dependem também do RGP para solicitar os seguros-defeso, por exemplo.

Enfim, é preciso superar esse histórico processo de negação e desvalorização do trabalho da/na pesca artesanal, sobretudo o da mulher pescadora. Consequentemente, isto remete a repensar, reelaborar e construir políticas públicas efetivas e de qualidade destinadas à pesca artesanal e às mulheres pescadoras, não só em Ubatuba, mas no Brasil como um todo.

Considerações finais

Conforme destacamos, a produção camponesa, no Brasil, demonstra sua grande importância não só laboral, mas também em termos quantitativos, na produção de alimentos para a sociedade em geral. O mesmo pode ser dito da produção artesanal pesqueira, que representa mais da metade do que é produzido nacionalmente, o que demonstra não só importância e a contribuição ao setor, mas também a relevância alimentar e de geração de empregos e renda. Contudo, como pontuamos, o trabalho das pescadoras e camponesas ainda é desvalorizado, pois

negam-se o seu reconhecimento profissional e a atenção por parte das políticas públicas.

São perceptíveis, ainda, as desigualdades históricas, socialmente construídas, dos direitos das mulheres em relação aos homens, principalmente das trabalhadoras ligadas ao campo e à água, tais como as camponesas e pescadoras artesanais, o que, sem dúvida, traz rebatimentos em termos de políticas públicas.

Aliás, pensar políticas públicas ligadas a essa questão em debate remonta a um processo histórico muito recente, isto é, dos últimos 30 anos. Quanto às camponesas que se envolvem e constroem políticas públicas, são visíveis os resultados, por exemplo, na sua expressividade e atuação junto ao PAA, no Pontal do Paranapanema, ao passo que as pescadoras artesanais, devido ao não reconhecimento efetivo pelo Estado, ainda enfrentam dificuldades para participar de políticas públicas – o que, por outro lado, não quer dizer que estas estejam inertes, muito pelo contrário.

Do mesmo modo, é preciso destacar que as mulheres camponesas e pescadoras estão se organizando, atuando e demonstrando, cotidianamente, com suas práticas, ações e experiências, que estão em luta por igualdade, reconhecimento, direitos sociais, laborais e territoriais e também por políticas públicas. Envolto neste contexto, o presente artigo foi elaborado no sentido de demonstrar a necessidade de se pensar e debater a questão de gênero, trabalho e políticas públicas na geografia, não no sentido de trazer "verdades" científico-acadêmicas, mas de se apontarem/compartilharem outros discursos e processos que também estão presentes na realidade. Realidade esta que é complexa e demanda de nós que façamos uma leitura crítica e autocrítica das teorias e projetos que estão postos.

Referências bibliográficas

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. *Pescadores e pescadoras artesanais: arte e sustento em terras e águas brasileiras*. 2015. Disponível em: http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2015/03/pescadores-e-pescadoras-artesanais-arte.html Acesso em: 7 jun. 2015.

AZEVEDO, N. T. de. *Política Nacional para o Setor Pesqueiro no Brasil (2003-2011)*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba (PR), 2012, 349f.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm Acesso em: 6 abr. 2018.

_____. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura/SINPESQ. Registro Geral da Atividade Pesqueira. 2016a. Disponível em: http://sinpesq.mpa.gov.br/rgp_cms/ Acesso em 28 mar. 2016.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. Defeso: pescador artesanal por estado/município. 2016b. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoLancamentosPorFavorecidoMunicipio.asp?UF=SP&codMunicipio=355540&idPescador=264445 Acesso em: 31 out. 2016.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020: fortalecer o campo para desenvolver o Brasil*. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf>. Acesso em 30 set. 2017.

BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. "Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma." In: *Revista de Sociologia e Política* [online], vol. 21, n. 47, 2013, pp. 31-38.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. *Compêndio de estudos Conab* 2016. 2016. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_07_18_11_35_03_compendio.pdf Acesso em: 28 de set. 2017.

CONSEA. *Carta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Presidenta da República*, 2014. Disponível em: http://racismoambiental.net.br/2014/10/08/carta-a-dilma-consea-discute-politicas-publicas-destinadas-a-pesca-artesanal-e-a-aquicultura-familiar/ Acesso em: 17 mar. 2015.

D'ÁVILA, A. P. F.; TORRES, I. de L.; VARGAS, F. B. "O trabalho dos pescadores da Colônia Z3." In: *XX Congresso de Iniciação Científica*, III Mostra Científica UFPEL. 2011. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/cic/2011/anais/pdf/CH/CH_00828.pdf Acesso em: 05 de maio de 2012.

DIAS-NETO, J. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil*. Brasília: IBAMA, 2010, 242 p.

FELICIANO, C. A. *Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo (SP), 2009, 575p.

FERNANDES, S. A. "Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina." In: *Revista Grifos*, Chapecó, v. 22, n. 34, 2003. p. 157-175.

GARCIA, M. F. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2004, 192p.

IBGE. Cidades@, Ubatuba. 2015. Disponível em: ttp://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355540&search=sao-paulo|ubatuba|infograficos:-informacoes-completas Acesso em: 17 abr. 2016.

LEAL, S. C. T. *A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos.* Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2017, 107p.

MAIA, M. B. R. *Do defeso ao seguro-desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Manaus, AM: UFAM, 2009, 106f.

MORENO, L. T. "A luta para pescar: reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais." In: *Revista Pegada Eletrônica*, Presidente Prudente, v. 6, n. 2, 2015, p.16-42.

_____. *Os trabalhadores artesanais do mar: a dinâmica territorial do conflito e da resistência.* Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2017, 222p.

OLIVEIRA, O. M. B. A. de; SILVA, V. L. da. "O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967." In: *Seqüência*, n. 65, p. 329-357, dez. 2012.

PAULA, L. A. C. de. *Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP).* Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2015, 224p.

RAMALHO, C. W. N. *"Ah, esse povo do mar!": um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.* São Paulo (SP): Polis/Campinas (SP): CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.

SILVA, V. L. da; LEITÃO, M. do R. de F. A. "A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras." In: *17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero* – REDOR, na Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103 Acesso em: 7 abr. 2015.

SILVA, N. J. R.; LOPES, R. da G. "Plano de extensão rural e pesqueira para o litoral paulista." In: *Série de Relatórios Técnicos do Instituto de Pesca*. São Paulo, nº 44, p. 1-53, 2010. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_44.pdf Acesso em: 5 de maio de 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos).* Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2009, 997p.

O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE CARIACICA (ES)

THE RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS IN THE MANAGEMENT OF SOLID URBAN WASTE IN THE MUNICIPALITY OF CARIACICA (ESPÍRITO SANTO/BRAZIL)

LE RECYCLEUR DE RÉSIDUS RECYCLABLES DANS LA GESTION DES DÉCHETS URBAINS SOLIDES DANS LA MUNICIPALITÉ DE CARIACICA (ESPÍRITO SANTO/BRÉSIL)

PRISCILA ROSA BANDEIRA DA COSTA
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: prisca.bandeira@gmail.com

REGINA DE MARCHI LYRA OLIVEIRA
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: regislyra@hotmail.com

ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA
Pós-doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na área de Planejamento Urbano e Regional. E-mail: eneidamendonca@gmail.com

* Artigo publicado em julho de 2018.

Resumo: Este artigo analisa a forma de inserção dos catadores na gestão dos resíduos sólidos, no município de Cariacica, situado na Região Metropolitana de Vitória (Espírito Santo/ES). Enfatiza-se a atuação dos catadores de materiais recicláveis, pois a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) evidencia que estes atores devem ter participação privilegiada na gestão dos resíduos sólidos. A metodologia deste estudo envolveu o levantamento de dados em instituições públicas e privadas, a análise do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e do plano de coleta seletiva. Concluiu-se pela tímida inserção dos catadores no setor formal de coleta e reciclagem dos resíduos, evidenciando-se a apropriação dos materiais recicláveis por parte do setor privado que atua no ramo da reciclagem.

Palavras-chave: resíduos sólidos, catadores de materiais recicláveis, reciclagem, gestão integrada de resíduos sólidos, coleta seletiva.

Abstract: This article analyzes the way in which waste pickers are inserted in solid waste management in the municipality of Cariacica, located in the Metropolitan Region of Vitória (Espírito Santo/Brazil). Emphasis is given to the performance of recyclable material collectors since the National Policy on Solid Waste (Law n. 12,305/2010) shows that these actors must have a privileged participation in the management of solid waste. The methodology involves data collection in public and private institutions, analysis of the municipal solid waste management plan and the selective collection plan. It is concluded by the timid insertion of the collectors in the formal sector of collection and recycling of the residues, evidencing the appropriation of the recyclable materials by the private sector that acts in the field of recycling.
Keywords: solid waste, recyclable material pickers, recycling, integrated solid waste management, selective collect.

Résumé: Cet article analyse la manière dont les récupérateurs sont insérés dans la gestion des déchets solides dans la municipalité de Cariacica, située dans la Région Métropolitaine de Vitória (Espírito Santo/Brésil). L'accent est mis sur la performance des collecteurs de matériaux recyclables depuis la Politique nationale sur les déchets solides (Loi n. 12 305/2010) montre que ces acteurs doivent avoir une participation privilégiée dans la gestion des déchets solides. La méthodologie implique la collecte de données dans les institutions publiques et privées, l'analyse du plan de gestion des déchets solides municipaux et le plan de collecte sélective. Il a été conclu par l'insertion timide des collecteurs dans le secteur formel de la collecte et du recyclage des résidus, témoignant de l'appropriation des matières recyclables par le secteur privé qui agit dans le domaine du recyclage.
Mots-clés: déchets solides, ramasseurs de matériaux recyclables, recyclage, gestion intégrée des déchets solides, collection sélective.

Introdução

O município de Cariacica, situado no estado do Espírito Santo, possui população estimada em 387.368 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Este município está localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, que possui 1.960.213 habitantes e representa,

aproximadamente, metade da população do estado, com 4.016.356 habitantes (IBGE, 2017).

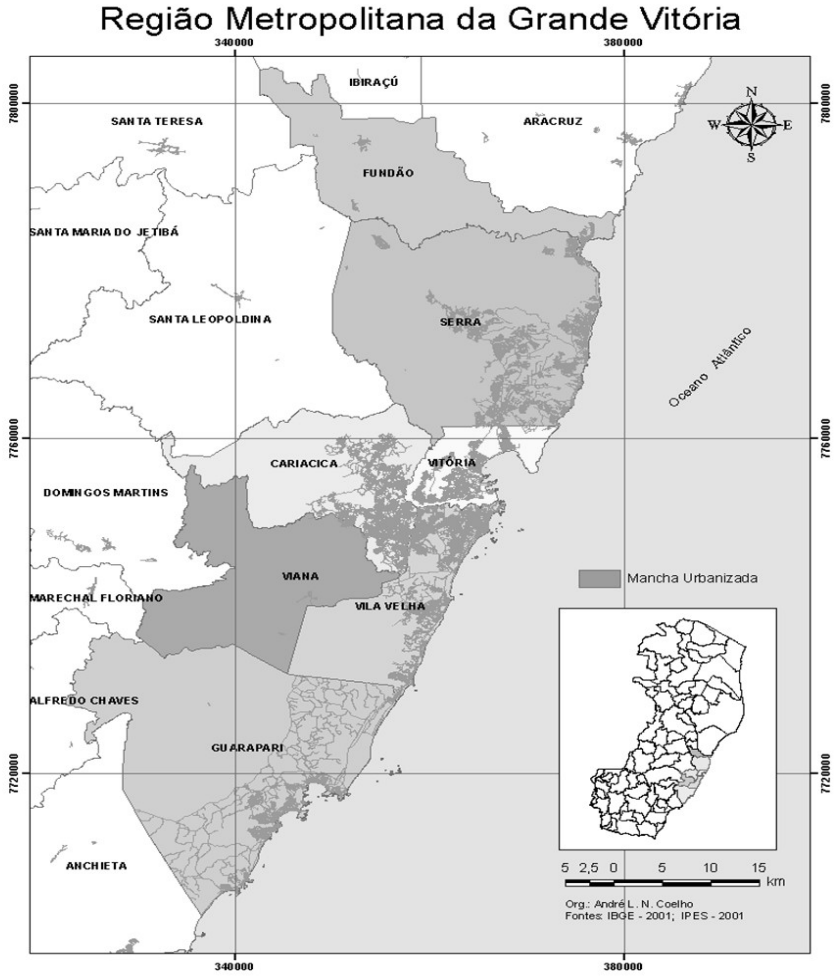
Cariacica, como diversos outros municípios brasileiros, passou, na segunda metade do século XX, por uma intensa transformação em sua economia e nos padrões de vida rural para urbano. O intenso processo de urbanização ocorrido no Espírito Santo, nas últimas décadas do século XX, acompanhou o processo vivenciado no Brasil. O país, na década de 1940, tinha uma população de aproximadamente 40 milhões de habitantes, sendo que menos de 33% deste total (cerca de 13 milhões de pessoas) viviam nas cidades. Em 1970, a população total do Brasil já ultrapassava os 94 milhões de habitantes, com um contingente urbano de 53 milhões de pessoas, atingindo mais de 55% do total (COSTA, 1973). O ritmo de crescimento da população nas cidades apresentou uma desaceleração a partir da década de 1980. No entanto, a população urbana alcançou o percentual de 84% do total do país, no ano de 2010 (IBGE, 2010).

Além do aumento do número de habitantes nas cidades, que ocasiona a ocupação desordenada do espaço, o rápido desenvolvimento industrial e da produtividade agrícola trouxeram também como consequência a grande produção de resíduos sólidos, aumentando a preocupação com a disponibilidade e a qualidade da água para o consumo humano devido à rápida degradação dos corpos d'água.

O panorama de crescimento populacional acelerado das cidades, como já informado, também ocorreu no município de Cariacica, no estado do Espírito Santo. A localização privilegiada deste município o transforma num ponto de ligação entre o litoral e a região serrana do Espírito Santo, sendo cortado pelas rodovias BR 262 e BR 101. Este município faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), limitando-se com os municípios de Domingos Martins (34.589 habitantes), Santa Leopoldina (12.887 habitantes), Serra (502.618 habitantes), Vitória (363.140 habitantes), Vila Velha (486.388 habitantes) e

Viana (76.776 habitantes), como se pode observar na Figura 1. Sua área é de 279, 859 km².

Figura 1 – Localização do município de Cariacica na Região Metropolitana da Grande Vitória



Fonte: IBGE, 2001. Elaboração: André L. N. Coelho, 2001.

O processo de urbanização é uma realidade em escala planetária. A maneira com que esse processo vem se desenvolvendo tem trazido sérias repercussões ao meio ambiente e à qualidade de vida do homem, colocando em risco a sua própria sobrevivência.

A cultura de um povo ou de uma comunidade caracteriza a forma de uso do ambiente, os costumes e os hábitos de consumo de produtos industrializados e dos recursos hídricos. Tais costumes e

hábitos, no ambiente urbano, implicam na produção exacerbada do que comumente se chama de lixo, e a forma com que estes resíduos são tratados ou dispostos no ambiente tem gerado intensas agressões, principalmente nos cursos de água (MUCELIN, BELLINI, 2008).

O consumo cotidiano de produtos industrializados é responsável pela contínua produção de resíduos, que, nos meios urbanos, é de tamanha intensidade que não é possível conceber-se uma cidade sem levar em consideração a problemática gerada pelos resíduos sólidos, desde a etapa de geração até a sua disposição final (MUCELIN, BELLINI, 2008).

A problemática ambiental gerada pelo "lixo" é de difícil solução. A maior parte das cidades brasileiras apresenta um serviço de coleta que não prevê a segregação dos resíduos na fonte. É comum observarmos, nessas cidades, hábitos inadequados de disposição final de lixo, que se acumula indiscriminada e desordenadamente, muitas vezes, em locais indevidos, como lotes baldios, margens de estradas, fundos de vale e margens de lagos e rios, como ocorre no município de Cariacica (Figura 2).

Figura 2 – Afluente do rio Itanguá poluído por esgoto e lixo, no bairro Oriente, Cariacica



Fonte: Acervo Dauri Correia da Silva, 2015.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), as últimas três décadas apresentaram um aumento da geração de resíduos sólidos urbanos três vezes maior que o aumento da população (BRASIL, 2014). Calcula-se que "[...] sete bilhões de seres humanos produzem anualmente 1,4 bilhão de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) – uma média de 1,2 kg por dia per capita [...]" (BRASIL, 2014, p. 48). Além disso, estima-se que, praticamente, "[...] a metade desse total é gerada por menos de 30 países, os mais desenvolvidos do mundo [...]" (BRASIL, 2014, p. 48).

Dados da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA), de 2015, mostram que a elevada geração per capita de resíduos sólidos concentra-se, na maior parte, no grupo de países que possuem os maiores rendimentos brutos per capita. Canadá e Estados Unidos são os dois países deste grupo que se situam neste perfil de elevado produto interno, produto per capita e de geração de resíduos per capita. Isso demonstra, em certa medida, a relação existente entre o aumento da renda, o aumento do consumo e a geração de resíduos.

Além do diagnóstico de aumento da geração de lixo, destaca-se a forma de destinação dos resíduos, em que "[...] a maior parte dos RSU produzidos no mundo, cerca de 800 milhões de toneladas/ano, é descartada em aterros [...]" (BRASIL, 2014, p. 48).

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o montante de resíduos sólidos urbanos gerados no Brasil, no ano de 2015, foi de 79,9 milhões de toneladas. E, deste total, foram coletados 72,5 milhões de toneladas. No que diz respeito à destinação final, 58,7% do total coletado foram encaminhados para aterros sanitários (ABRELPE, 2015). Desse modo, nota-se que, no Brasil, assim como ocorre em outros países, a principal forma de destinação dos resíduos se dá por meio de aterros, o que acarreta desperdício de

resíduos que apresentam possibilidades de reutilização ou de reciclagem.

Nesse contexto, no Brasil, em 2010, foi promulgada a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A PNRS visa à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. A gestão integrada, segundo a PNRS (Art. 3º, inciso XI), é definida como o "[...] conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social [...]" (BRASIL, 2010).

A PNRS (Art. 3º, inciso VII) considera que o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos deve levar em conta a destinação que "[...] inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes [...]" (BRASIL, 2010). Em seu Art. 6º, inciso VIII, a PNRS estabelece como um de seus princípios o reconhecimento do "[...] resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania [...]" (BRASIL, 2010). E, como bem de valor econômico e social, a PNRS busca promover a inclusão dos catadores a partir de uma perspectiva que reconheça a importância da atividade que estes realizam, assim como deve garantir a melhoria das condições de trabalho e geração de renda para estes trabalhadores. É por isso que a PNRS prevê a construção de planos municipais de coleta seletiva com a inclusão de catadores organizados em cooperativas.

Em Cariacica, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) já foi elaborado. No entanto, em virtude das diversas complexidades relacionadas à gestão dos resíduos sólidos, enfrenta enormes desafios para a sua consolidação, entre os quais o fato de que a coleta seletiva é restrita a uma pequena parte do município, como será mostrado. Também a sua organização não incorporou, de forma plena, o que

determina a Política Nacional de Resíduos, pois esta prevê que a prestação do serviço de coleta seletiva seja realizada priorizando-se o trabalho realizado pelos catadores organizados em cooperativas.

Nesse sentido, neste artigo, buscamos refletir sobre a forma de atuação dos catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos, com o intuito de destacar os fatores relacionados à "tímida" participação destes atores na gestão dos resíduos, em contraponto às possibilidades colocadas pela Política Nacional de Resíduos e o que é postulado no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos de Cariacica.

Esta pesquisa envolveu a revisão bibliográfica acerca de resíduos sólidos, gestão e seus desdobramentos; consulta aos dispositivos legislativos sobre a gestão dos resíduos, em âmbito federal (Política Nacional de Resíduos Sólidos e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Cariacica), bem como a análise documental e o levantamento de dados em órgãos públicos e privados a respeito da gestão dos resíduos sólidos em Cariacica. Também contamos com a utilização de dados da amostra do censo demográfico do IBGE (2010), do qual foram selecionados os microdados referentes ao Espírito Santo. Para tal, o software estatístico denominado SPSS foi utilizado para a extração da base de dados referentes aos catadores.

A gestão dos resíduos sólidos em Cariacica

Cariacica possui como problemática relacionada à gestão dos resíduos a existência de muitos pontos viciados de acúmulo de lixo. A Figura 3, abaixo, demonstra a prática de destino inadequado desses resíduos.

Figura 3 – Lixo em terreno baldio, ao lado do posto de saúde do bairro Itapemirim, em Cariacica



Fonte: Priscila Costa, 2016.

Além disso, duas outras questões são levantadas quanto ao acúmulo indevido de resíduos. Uma delas diz respeito à forma de disposição dos resíduos, e a outra é relativa à forma como a população se organiza quanto à frequência da coleta, de acordo com os dias e horários estabelecidos. Ou seja, os resíduos são dispostos nas ruas, geralmente em calçadas, como mostra a Figura 4.

Figura 4 – Lixo em calçada, no bairro Campo Belo, Cariacica



Fonte: Priscila Costa, 2016.

A coleta dos resíduos sólidos urbanos, antes da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, já era organizada de modo que cobria "[...] 93,25 % da população urbana

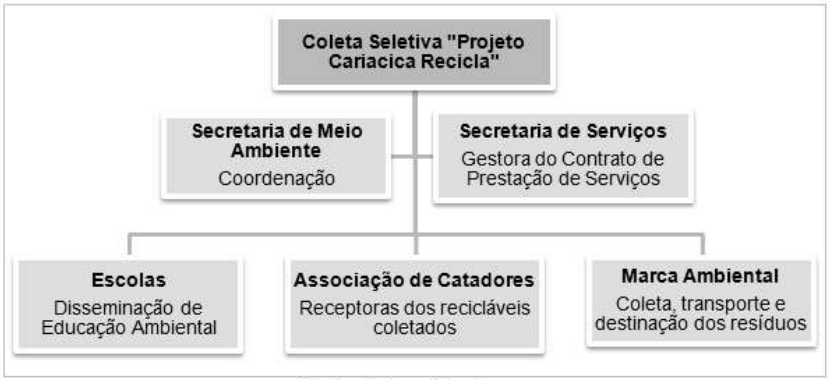
e [...] recolhidas aproximadamente 206 toneladas de lixo por dia [...]" (BERGAMIM, 2012, p. 23). Segundo Bergamim, a maior parte da cidade conta com a frequência de coleta dos seus resíduos de duas a três vezes ao dia. Dessa forma,

> [...] o principal desafio [...] nesse aspecto remete a questões que perpassam a educação ambiental e a fiscalização. A população deve ser orientada a fim de alterar seus comportamentos e hábitos em relação à disposição adequada dos resíduos sólidos [...] (BERGAMIM, 2012, p. 25).

É comum, nesse município, a falta de lixeiras ou de caixas coletoras, principalmente em bairros mais periféricos, e, quando elas existem, são feitas com materiais reaproveitáveis.

Cariacica contava, em 2014, com 98% de seus resíduos coletados pela empresa terceirizada Marca Construtora LTDA, mais conhecida como Marca Ambiental, responsável pela coleta e destinação final em aterro sanitário próprio (PMGIRS, 2014). A coleta seletiva, nesse município, teve início no ano de 2006, com a finalidade de erradicar um antigo "lixão" a céu aberto existente no bairro de Nova Rosa da Penha, e, com isso, foi criada uma unidade de triagem dos resíduos como forma de inclusão social dos catadores que viviam daquele "lixão". A forma de organização dessa coleta seletiva está representada na Figura 5, abaixo.

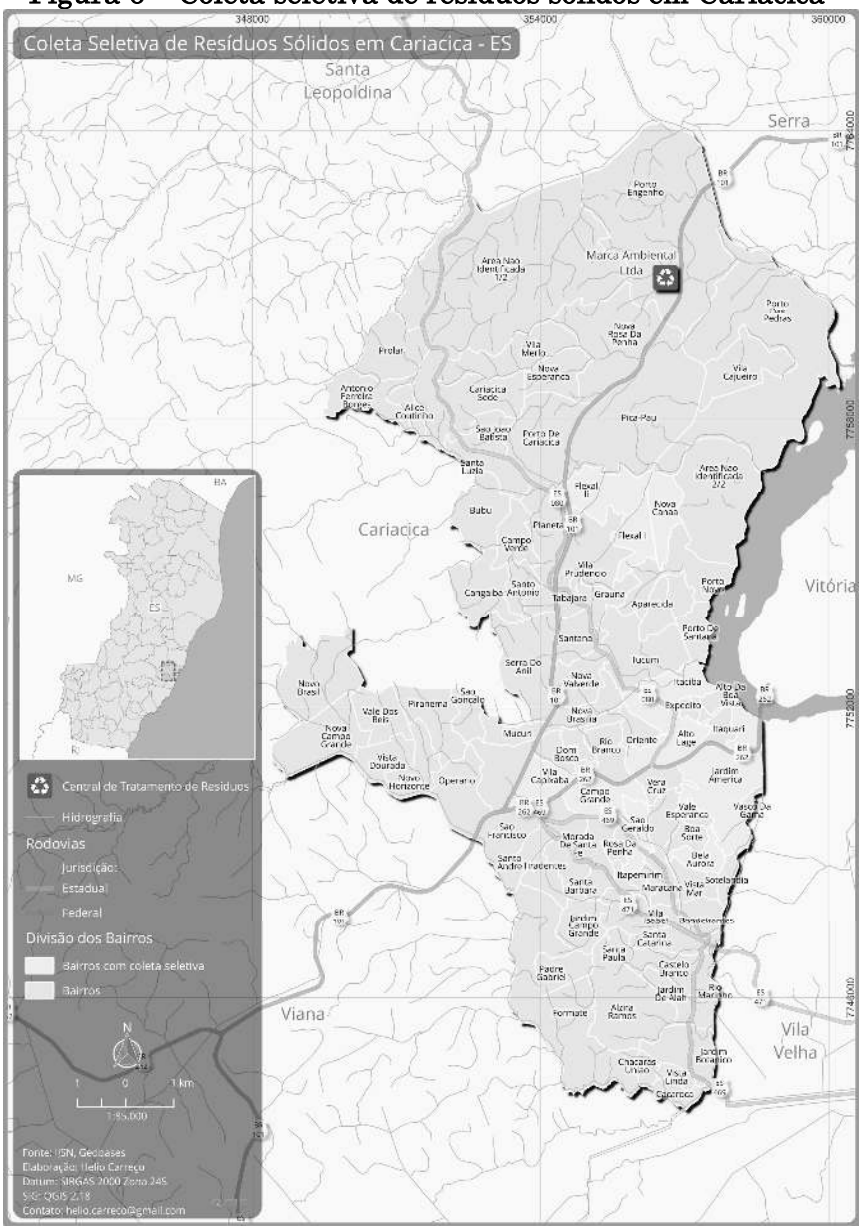
Figura 5 – Estrutura de organização do Programa de Coleta Seletiva



Fonte: PMGIRS, 2014, p. 138. Elaboração: PMGIRS, 2014.

A coleta seletiva, nomeada como Programa Cariacica Recicla, foi criada no ano de 2008, sendo iniciada, primeiramente, no bairro Vila Capixaba. Em 2013, mais três bairros começaram a realizar a coleta seletiva dos resíduos, sendo estes os bairros de Nova Canaã, Flexal I e Flexal II, conforme mostra a Figura 6.

Figura 6 – Coleta seletiva de resíduos sólidos em Cariacica



Fonte: IJSN – Geobases, 2017. Elaboração: Helio Carreço, 2017.

A população atualmente atendida pelo programa de coleta seletiva aproxima-se de 61.275 habitantes, como se observa na Tabela 1 (excetuando-se o bairro Caramuru). Este programa contempla 43 escolas, localizadas em bairros participantes e não participantes.

Tabela 1 – População atendida pela coleta seletiva em Cariacica

Alto Laje	6.551
Campo Grande	12.897
Flexal I	3.917
Flexal II	6.820
Nova Canaã	2.662
Vila Capixaba	5.307
Itacibá	7.953
Jardim América	8.069
São Geraldo	4.736
Total	**58.912**

Fonte: www.cariacica.es.gov.br/prefeitura/secretarias/semgeplan/estatísticas, 2016. Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2018.

Em relação à frequência da coleta seletiva, a coleta nos Postos de Entrega Voluntária (PEVs) ocorre duas vezes na semana, como pode ser visto na Tabela 2, ao passo que a coleta seletiva porta a porta tem frequência tanto diária quanto de três vezes na semana (lixo úmido) e a coleta do lixo seco ocorre de uma a duas vezes na semana.

Tabela 2 – Tipo/frequência da coleta seletiva em Cariacica

Tipo-frequência	Uma vez por semana	Duas vezes por semana	Três vezes por semana	Diariamente
PEVS		segundas e quintas-feiras.		
Outros tipos*	variável			

*Algumas empresas e órgãos públicos e as escolas municipais e CMEIs de Cariacica.

Fonte: Marca Ambiental, 2016. Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Segundo dados da empresa Marca Ambiental, em 2015, o quantitativo de resíduos coletados seletivamente correspondeu a um montante de 402 toneladas e 888 quilos. Em 2016, ocorreu uma queda expressiva, ou seja, baixou para 285 toneladas, como revela o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Coleta seletiva, em Cariacica, entre 2015 a março de 2017

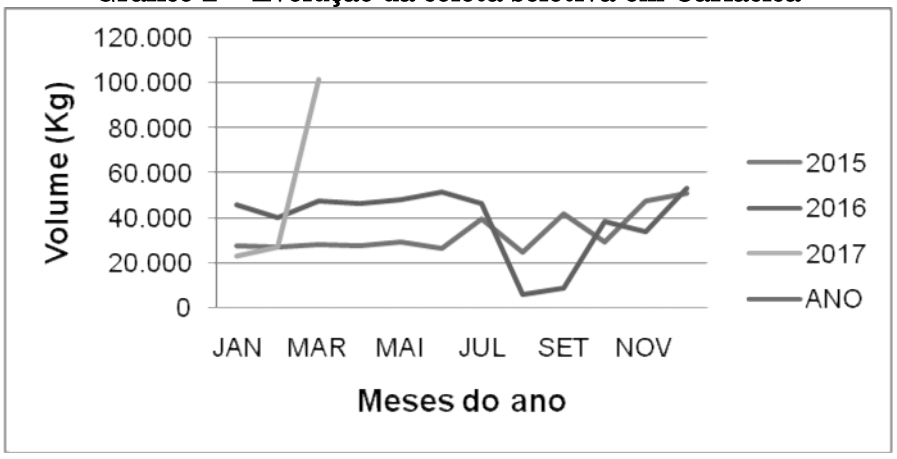


Fonte: Marca Ambiental, 2016. Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Nota-se também que, no ano de 2015, até o mês de junho, manteve-se uma média mensal de 28 toneladas de resíduos coletados seletivamente, e, a partir do mês de julho, este quantitativo se elevou até atingir o maior número (51 tonelada e

180 quilos), no mês de dezembro. Como demonstra o Gráfico 2, o ano de 2017, por sua vez, iniciou com um montante próximo de 25 toneladas de resíduos coletados seletivamente, um quantitativo menor em comparação com o mês de janeiro dos anos de 2015 e 2016. No entanto, houve uma enorme elevação, no mês de março de 2017, atingindo-se o montante de 100 toneladas.

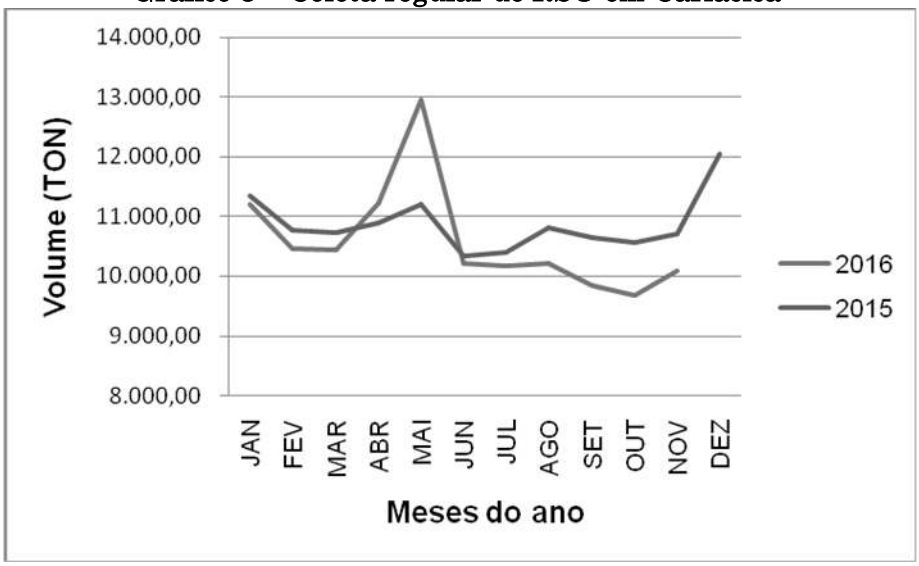
Gráfico 2 – Evolução da coleta seletiva em Cariacica



Fonte: Marca Ambiental, 2016. Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Com isso, se essa tendência continuar, representará uma mudança na evolução do crescimento da coleta seletiva, no município de Cariacica, pois, nos anos anteriores, a maior quantidade de resíduos coletados ao mês atingiu cerca de 50 toneladas. Em contrapartida, como mostra o Gráfico 3, observa-se uma diminuição do montante de resíduos resultantes da coleta regular de resíduos, quando se analisa o período referido. Uma questão importante que se desdobra desse cenário é compreender de que modo essa tendência de diminuição da coleta de resíduos se conjuga ao aumento da coleta seletiva, ou se paralelamente ocorre queda no consumo e na geração de resíduos.

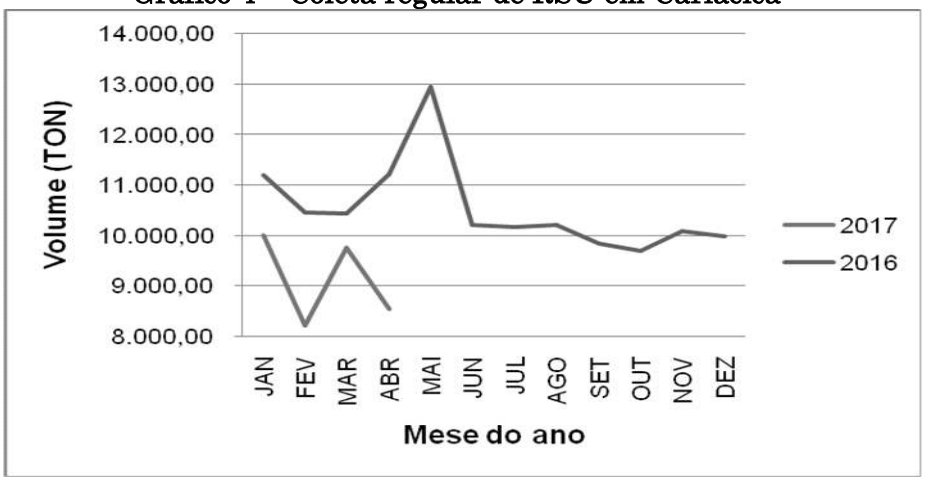
Gráfico 3 – Coleta regular de RSU em Cariacica



Fonte: Marca Ambiental, 2016. Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Quanto à coleta domiciliar regular de RSU, de acordo com os dados da empresa Marca Ambiental (2016), um valor de 357,4 ton./dia é coletado pela coleta regular, no município. Analisando-se a quantidade de resíduos coletados, ao longo dos anos de 2015 e 2016, nota-se que houve uma redução de coleta de resíduos, em 2016, exceto nos meses de abril e maio, pois a maior parte dos meses do ano de 2015 apresentou quantidades de resíduos superiores, mas os valores não ficaram muito distantes da média mensal, como se observa no Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4 – Coleta regular de RSU em Cariacica



Fonte: Marca Ambiental, 2017. Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Desse modo, comparando-se os dados da coleta regular de resíduos dos anos precedentes e dos dados relativos aos quatro primeiros meses do ano de 2017, nota-se uma tendência de queda do montante mensal de resíduos sólidos coletados. O que se buscará observar é se haverá uma continuidade nesta queda e, ao mesmo tempo, como a coleta seletiva se comportará, apesar de ser ainda muito incipiente no município.

Entre as empresas que trabalham no ramo do econegócio, internamente à Marca Ambiental, estão: BioMarca, Marca Recicla e Gran Cavaco. Dessas empresas, foram repassados dados de fornecedores e clientes compradores dos plásticos reciclados pela empresa Marca Recicla. Sendo assim, conforme dados disponibilizados pela empresa à Marca Ambiental, no ano de 2015, foi destinado um montante de 37.266,51 quilos de plástico à Marca Recicla. Além disso, observa-se que há uma variedade enorme de empresas fornecedoras de plástico, e que estas, por sua vez, atuam em diversos segmentos, dentro e fora do município.

A Tabela 3 demonstra quais são as principais empresas que, ao longo do ano, enviaram maior quantidade de plástico à Marca Recicla. Como se pode ver, no ano de 2015, as empresas Vilma Alimentos e General Cable foram as que forneceram maior

quantidade de plástico para reciclagem, seguidas pelas empresas Pneus Vitória, Shopping Vitória, TNT e Atacado São Paulo, como se pode observar abaixo.

Tabela 3 – Fornecedoras de plástico à empresa Marca Recicla

Meses		Quantidade de plástico por empresa (em kg) – 2015				
	Vilma Alimentos	General Cable	Pneus Vitória	Shopping Vitória	TNT	Atacado São Paulo
J	705,4	530	850	164	0	457,9
F	544	670	0	273	0	0
M	910,9	850	690	278	0	250,7
A	610,5	720	0	401	0	0
M	761,2	770	0	199,5	0	281,4
J	916,89	780	670	165	130	0
J	679,56	580	0	359,5	350	234,7
A	856	0	0	132	130	0
S	23	60	0	179	96	0
O	598,4	410	0	80	240	0
N	338,8	500	0	244	340	112,7
D	625	140	1330	224	840	0
Total	7.569,65	6.010,0	3.540,0	2.699,0	2.126,0	1.337,40

Fonte: Marca Ambiental, 2016. Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Apesar da importante atividade de reciclagem realizada na área da empresa Marca Ambiental, o município de Cariacica carece de fortes investimentos na atividade de reciclagem. Como mostra o PMGIRS (2014, p. 208), "o percentual de material reciclável coletado no município está abaixo de 1%, porém, com a implantação do Plano de Coleta Seletiva, adicionado a uma gestão compartilhada de resíduos, prevê um aumento desse quantitativo".

Os catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos em Cariacica

Os catadores de materiais recicláveis, no Brasil, compreendem uma parcela significativa de trabalhadores que desempenham papel de destaque na gestão dos resíduos sólidos. De acordo com estimativas do cadastro do Programa Bolsa

Família, do Ministério do Desenvolvimento Social, existem "[...] mais de 800 mil pessoas cadastradas como catadores [...]" (GONÇALVES, 2012, p. 41). Segundo Gonçalves, existem entre "[...] 800 mil a 1 milhão de catadores [...] que, por sua vez, são responsáveis pelas suas famílias [...], o que chega a 3 milhões de pessoas que vivem da renda gerada pela coleta de materiais recicláveis" (GONÇALVES, 2012, p. 41).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos enfatiza a importância do trabalho dos catadores e dispõe, em diversos artigos, formas distintas de inserção dos catadores na gestão dos resíduos a partir de instrumentos que busquem fortalecer a participação destes trabalhadores, bem como de criar, por parte do poder público, possibilidades de investimentos capazes de melhorar a forma de atuação dos catadores. O Artigo 7º desta lei, inciso XII, determina que, na gestão dos resíduos, deve ser buscada a "[...] integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos [...]" (BRASIL, 2010). O Artigo 8º apresenta os instrumentos da PNRS, e, entre estes, o inciso IV aponta "[...] o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis [...]" (BRASIL, 2010).

Como se pode perceber, a PNRS cria possibilidades de atuação dos catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos urbanos, de modo diferente do que ocorre na maioria das vezes. Os catadores atuam, normalmente, de forma isolada, na coleta e na venda dos materiais recicláveis, assim como em condições precárias, expondo-se a diversos riscos. Além disso, eles obtêm uma remuneração muito baixa, que, muitas vezes, não supre nem suas necessidades básicas.

Em Cariacica, a partir do diagnóstico apontado pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2014), percebe-se a incipiente participação dos catadores de materiais

recicláveis em organizações coletivas, como as cooperativas, que poderiam promover melhores oportunidades de trabalho e de geração de renda. Como indica o referido documento, "[...] para o município de Cariacica, a atividade de segregação e reciclagem pode ser uma importante ferramenta social e um mecanismo relevante de geração de ocupação, emprego e renda, [...] de gestão de resíduos sólidos [...]" (PMGIRS, 2014, p. 246).

Por outro lado, melhorias nas condições de trabalho e na geração de renda dos catadores são difíceis "[...] em função da própria escolaridade baixa e do quadro de exclusão social [...]" (PMGIRS, 2014, p. 246). E, como assevera o mesmo documento, "[...] estes grupos sociais raramente apresentam a organização mínima que seria esperada [...]" (PMGIRS, 2014, p. 246).

Contrapondo-se ao cenário delineado sobre a situação de trabalho dos catadores, o PMGIRS (2014) expõe que compete ao poder público, bem como às entidades da sociedade civil, "[...] prestar o devido apoio para que possam se organizar e executar sua relevante função social dentro das atividades de economia ambiental e ainda exercer efetivamente sua cidadania" (p. 242).

Outro dado importante obtido do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), referente ao ano de 2015, mostra a existência de duas associações de catadores em Cariacica, com apenas 30 catadores no total, como mostra a Tabela 4. Uma delas é a Associação Beneficente dos Catadores de Material Reciclável (ACAMARP), localizada em Nova Rosa da Penha II, e a outra é a Flex Vida, que ainda se encontra em fase de estruturação e de constituição formal.

Tabela 4 – Aspectos da organização dos catadores

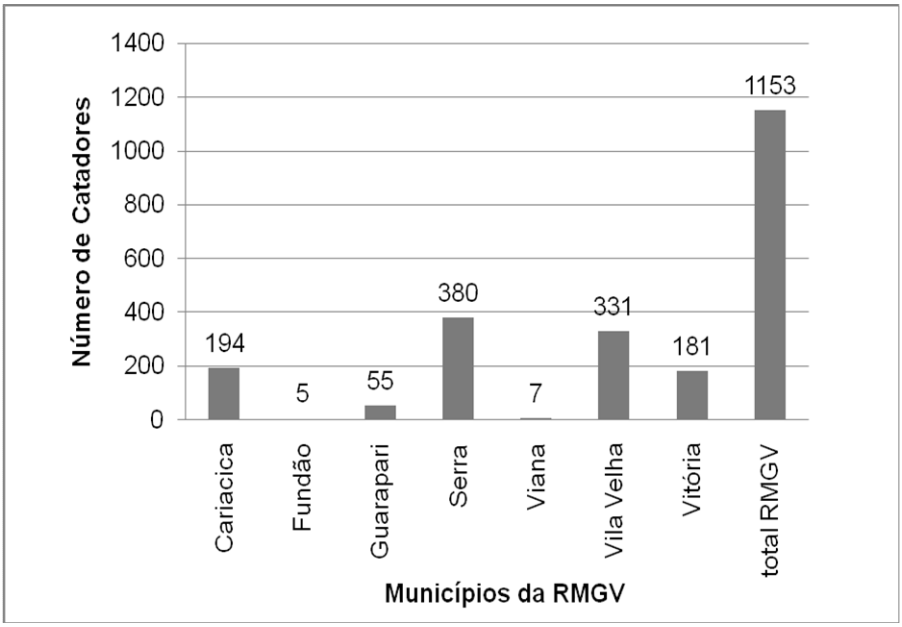
Municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória	Existência de catadores dispersos	Existência de organização formal	Quantidade de entidades associativas entidades	Quantidade de associados pessoas	Existência de trabalho social executado pela prefeitura
Cariacica	sim	sim	2	30	sim
Fundão	não	não	0	0	não
Guarapari			0		
Serra	sim	sim	2	36	sim
Viana					
Vila Velha	sim	sim	1	10	sim
Vitória	sim	sim	2	44	sim

Fonte: SNIS, 2015. Elaboração: Priscila Costa, 2017.

Salienta-se a quantidade reduzida desse tipo de organização coletiva, em Cariacica, bem como em toda a Região Metropolitana da Grande Vitória, haja vista o que foi apontado antes no próprio plano de gestão integrada deste município, ao mencionar que a atividade de reciclagem se configura como uma importante ferramenta de geração de trabalho, de renda e de mudança das condições sociais de uma parcela significativa da população que vive desta atividade, como se pode ver pelos dados do censo demográfico do ano de 2010, realizado pelo IBGE.

Dessa maneira, como se pode notar no Gráfico 5, registrou-se a existência de 194 trabalhadores que viviam no ramo da coleta de materiais recicláveis, no município de Cariacica, equivalendo à quarta maior população de catadores da Região Metropolitana da Grande Vitória (IBGE, 2010).

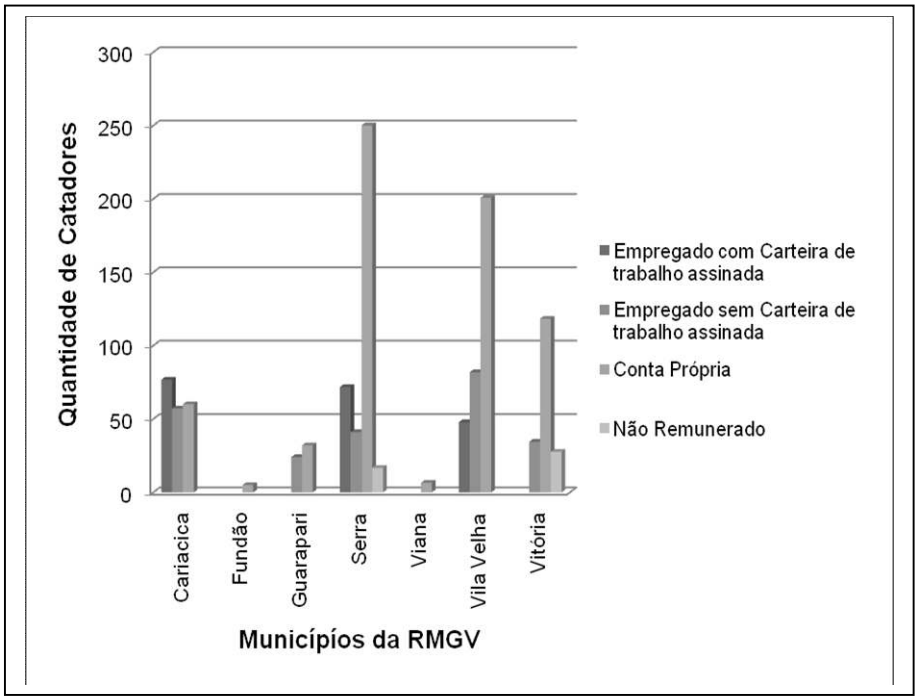
Gráfico 5 – Catadores por municípios da RMGV



Fonte: Censo IBGE (2010). Elaboração: Priscila Costa, 2017.

O IBGE também disponibiliza informações sobre o tipo de ocupação (Gráfico 6), e, levando-se em consideração a atividade de coleta de materiais recicláveis, havia o predomínio da categoria de catadores classificada como "conta própria", na região metropolitana, como se pode notar.

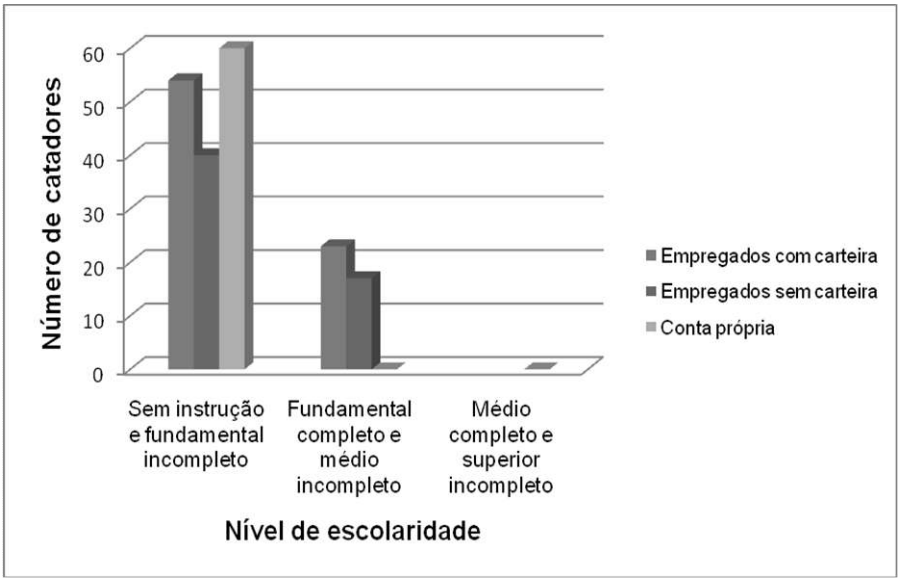
Gráfico 6 – Categorias de ocupação dos catadores por municípios da RMGV



Fonte: Censo IBGE (2010). Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Segundo o IBGE (2010, p. 49), o trabalhador por conta própria refere-se "[...] à pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado". Em Cariacica, esta categoria de catadores não se destaca em quantidade populacional, como nos demais municípios da RMGV. No entanto, é relevante observar que esses trabalhadores apresentam, em grande parte, indicadores muito negativos quando comparados às demais categorias. Exemplo disto é o seu baixo nível de escolaridade, pois a totalidade dos catadores por conta própria, em Cariacica, não tinha nem mesmo o ensino fundamental completo, como o Gráfico 7 demonstra.

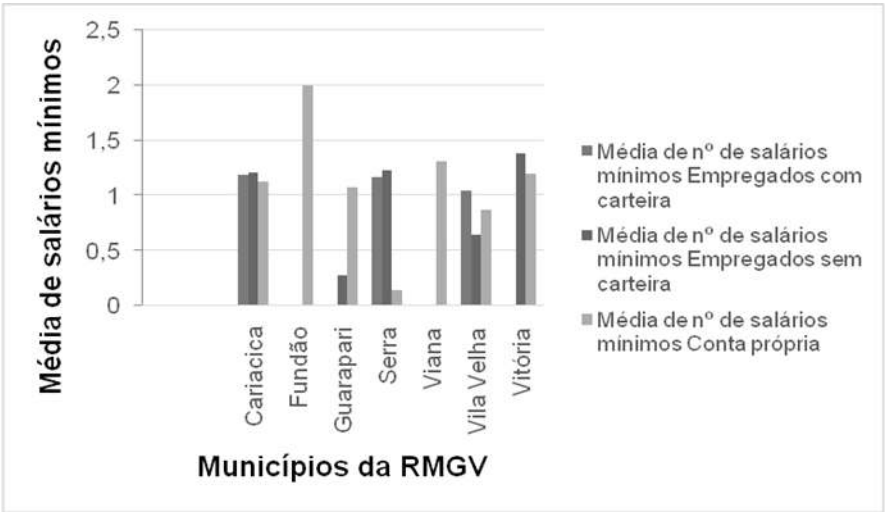
Gráfico 7 – Nível de escolaridade dos catadores em Cariacica



Fonte: Censo IBGE (2010). Elaboração: Priscila Costa, 2017.

Também constitui um aspecto revelador da situação de vulnerabilidade social desses catadores os baixos rendimentos com a atividade de coleta e venda de resíduos recicláveis. De modo geral, suas rendas não ultrapassam muito o salário mínimo (Gráfico 8), sendo que numa situação pior se encontra a categoria por conta própria, com uma média de salário mínimo inferior a 0,5.

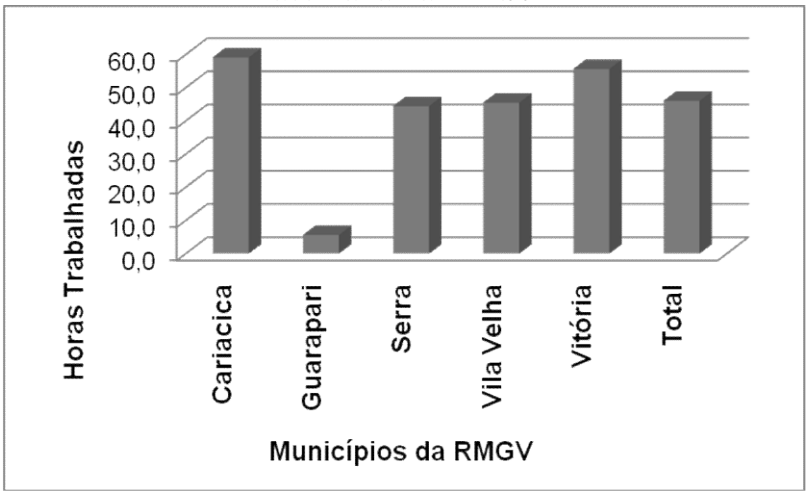
Gráfico 8 – Média de salários mínimos dos catadores na RMGV



Fonte: Censo IBGE (2010). Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Da mesma forma, o aspecto relativo ao total de horas trabalhadas pelos catadores é expressivo, pois mostra as longas jornadas de trabalho como característica marcante dessa atividade. E, se for considerada a análise por categoria, nota-se, no Gráfico 9, que os catadores sem carteira assinada possuem as maiores médias de horas trabalhadas, ou seja, 59,2 horas, ultrapassando em muito a média de 43,4 horas dos catadores que atuam por conta própria.

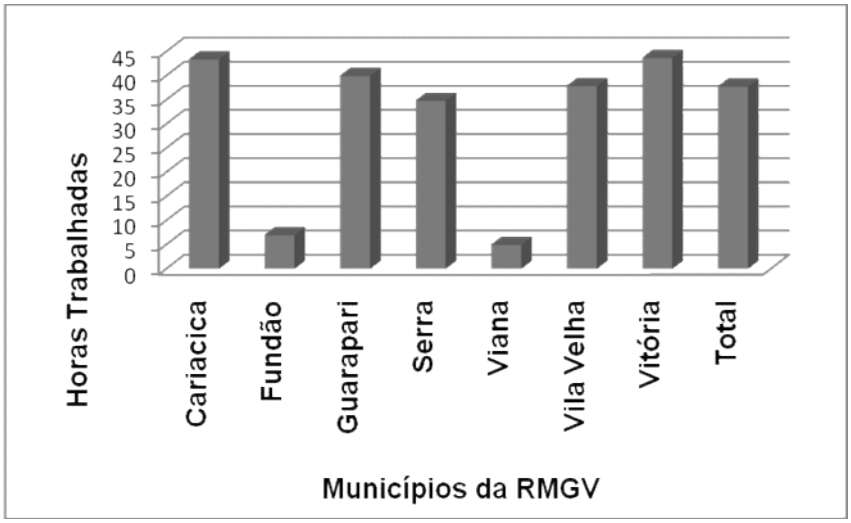
Gráfico 9 – Horas trabalhadas dos catadores sem carteira assinada na RMGV



Fonte: Censo IBGE (2010). Elaboração: Priscila Costa, 2017.

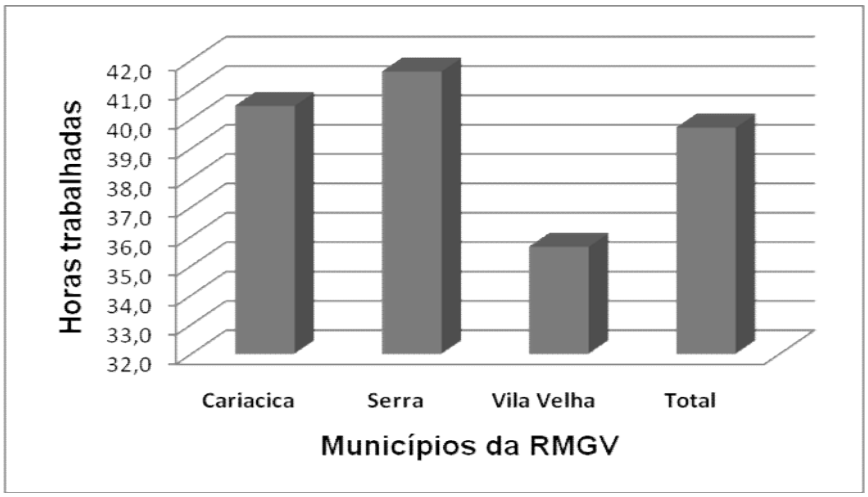
No Gráfico 10, observa-se que os catadores por conta própria também possuem média alta de horas trabalhadas, quando comparada à carga horária semanal de trabalho de um catador com carteira assinada, como se vê no Gráfico 11.

Gráfico 10 – Horas trabalhadas dos catadores por conta própria na RMGV



Fonte: Censo IBGE (2010). Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Gráfico 11 – Horas trabalhadas dos catadores com carteira assinada na RMGV



Fonte: Censo IBGE (2010). Elaboração: Regina de Marchi Lyra Oliveira, 2017.

Os dados dos catadores de Cariacica mostrados ressaltam o que a literatura discute quanto às condições de precariedade do trabalho do catador. Como aponta Besen (2012) a respeito dos desafios da inclusão dos catadores na gestão dos resíduos, "[...] são necessários investimentos sociais, no sentido de evitar condições precárias de trabalho e qualificar o serviço prestado por meio de capacitação permanente e remuneração justa" (BESEN, 2012, p. 411).

É importante se considerar ainda, como defende Besen, que

> [...] A relação entre Prefeitura e organizações de catadores tem de se fortalecer de forma gradativa, mas ser efetivamente uma relação de prestação de serviço. Para as organizações de catadores, fica entre tantos outros desafios o de avançar na profissionalização para o empreendedorismo, de firmar sua posição na cadeia produtiva da reciclagem e na logística reversa, e de fortalecer as redes existentes no país (BESEN, 2012, p. 59).

Há, ainda, o debate muito contundente acerca da forma de inserção dos catadores na cadeia da reciclagem, bem como da necessidade de se compreenderem os mecanismos de organização de sua lógica. Nesse sentido, Rolnik (2012) salienta que um dos grandes problemas da gestão dos RSU, no Brasil, se deve à opção política adotada, que prioriza o "negócio do lixo", e, desse modo, aponta a necessidade de se efetivar a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos. Sob este prisma, esta autora questiona a forma de apropriação da reciclagem por segmentos da sociedade que não permitem que os catadores de materiais recicláveis possam desfrutar de seus benefícios de modo que seus direitos sejam garantidos.

Por sua vez, Micaela ressalta a forma de inserção do catador no circuito da coleta seletiva e da reciclagem de materiais, ao afirmar que

> [...] a consolidação da reciclagem de resíduos, no Brasil, vem das duas últimas décadas, e sempre teve como base de sustentação os próprios catadores de materiais recicláveis, porque não encontrou uma solução mais barata de recolhimento e seleção dos materiais recicláveis. Para que isso acontecesse de outra forma, ou seja, sem a presença de catadores, seria necessária uma separação prévia dos resíduos em serviços de larga escala, o que não era possível (MICAELA, 2013, p. 29-30).

Essa afirmação demonstra que, para a gestão pública, o catador exerce a função de baratear o serviço de coleta seletiva, mas não menciona nenhum aspecto sobre a questão de promover a geração de renda e melhores condições no exercício desta atividade para os catadores de materiais recicláveis.

Conclusão

A Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, indica, entre seus princípios, a busca do "[...] reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e

reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania [...]" (BRASIL, 2010, Art. 6º, inciso VII). No que tange ao trabalho realizado pelo catador, este princípio aponta para perspectivas de investimento e de valorização da atividade de coleta e de geração de renda a partir da venda dos resíduos recicláveis, por exemplo. Como já destacado, os artigos 7º e 8º da Política Nacional de Resíduos Sólidos enfatizam a forma de atuação dos catadores na gestão dos resíduos, de modo que seja incentivada a organização dos catadores em associações e cooperativas com vistas a melhorias nas condições de trabalho, na geração de renda etc.

Em Cariacica, conforme o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, "[...] uma parcela desses desempregados procura obter renda através do manejo dos resíduos sólidos, organizados em pequenos grupos nas duas associações existentes [...]", e, além disso, "[...] as atividades de catação e comercialização desenvolvidas por essas organizações são realizadas em condições precárias e insalubres, nas quais o catador está sujeito diariamente a riscos à sua saúde" (PMGIRS, 2014, p. 247).

Percebe-se, na citação acima – que apresenta um diagnóstico de parte da realidade vivenciada pelos catadores, nas duas associações existentes nesse município –, que, até o presente momento, ainda não foram colocadas em prática ações que busquem expandir e melhorar os serviços de triagem realizados pelos catadores. Diante de tal contexto, deve-se refletir sobre quais são as dificuldades encontradas para que essas organizações coletivas possam desenvolver sua plena capacidade, em termos de geração de renda e criação de melhores condições de trabalho, e, em termos operacionais, manter-se em condições de ampliar sua demanda de triagem e comercialização dos materiais recicláveis.

O PMGIRS (2014) apresenta um diagnóstico, mostrando as fragilidades da coleta seletiva, bem como as dificuldades na organização da atividade de coleta realizada pelos catadores, como

anteriormente assinalado. Desse modo, ressalta-se a "[...] falta de política e uniformização do apoio às associações de catadores, em virtude das condições legais das mesmas. A ACAMARP é legalmente constituída, enquanto a Flexida [sic] ainda está em fase de regularização" (PMGIRS, 2014, p. 64). Outro importante aspecto diz respeito à "[...] inexistência de formalização da relação entre a prefeitura e as associações de catadores [...]" (PMGIRS, 2014, p. 64). No que diz respeito aos principais problemas das associações de catadores, são listadas a "[...] falta de estrutura e equipamentos adequados, carência e insuficiência de organização, de formação técnica e de capacitação de seus técnicos [...]" (PMGIRS, 2014, p. 64).

Em relação aos principais obstáculos encontrados na gestão dos resíduos sólidos urbanos, o PMGIRS (2014) estabeleceu diversos planos e metas de curto, médio e longo prazos. Sendo assim, pode ser destacado o Plano de Metas para Consolidação e Expansão da Coleta Seletiva, que tem como objetivo reestruturar seu sistema operacional, visando a estabelecer e fortalecer a ampliação da cobertura territorial da coleta seletiva no município de Cariacica e nos bairros que já possuem o serviço de coleta seletiva porta a porta e a elaborar projetos de ampliação das associações de catadores do município, bem como buscar fortalecê-las e estruturá-las etc. Outro aspecto citado é a falta de cadastro de catadores informais, como indica o PMGIRS (2014, p. 64): "[...] inexistência de cadastro de catadores informais e de políticas de inclusão social dos mesmos no processo de reciclagem [...]".

O PMGIRS (2014, p. 151) também pontua o total de custos operacionais relativos à gestão dos resíduos sólidos urbanos, em Cariacica, que correspondeu a R$ 30,26 milhões, e que representou "[...] 5,91% do total de receitas arrecadadas pelo município de Cariacica, no ano de 2013, e 6,81% do total das despesas, no mesmo ano [...]". Os custos apontados "[...] são regulados pelo Contrato n° 108/2011, firmado em 2011, entre a empresa Marca Construtora e Serviços LTDA e a Prefeitura Municipal de

Cariacica [...]" (PMGIRS, 2014, p. 146). Soma-se a isto a prorrogação sistemática realizada pelos chamados "termos aditivos" (PMGIRS, 2014).

Mas o que se pretende destacar, nesse contexto, é o elevado custo dos serviços de coleta de resíduos, bem como a sua destinação final, ou seja, cerca de R$19,8 milhões do total de R$ 30,26 milhões. A par dos valores descritos, há a indicação, no PMGIRS, para buscar-se viabilizar ações (entre as quais a expansão e a consolidação da coleta seletiva) como forma de se reduzirem os gastos com a destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Diante dos aspectos destacados, considera-se que a implantação das principais ações contidas no PMGIRS não é uma tarefa fácil sem o envolvimento dos diversos sujeitos que participam da gestão dos resíduos sólidos urbanos, em Cariacica. De outro modo, deve-se buscar priorizar o que, de acordo com a PNRS, possa centralizar as ações em torno da gestão compartilhada dos resíduos sólidos, em que cada sujeito deva protagonizar ações em prol dos princípios estabelecidos pela legislação nacional.

A participação dos catadores configura-se no principal desafio a ser enfrentado na gestão dos resíduos sólidos urbanos, em Cariacica, uma vez que, pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, estes trabalhadores são considerados como sujeitos que devem ser inseridos sob uma perspectiva de emancipação econômica e social, com vistas à mudança da situação de exploração a que, via de regra, encontram-se submetidos.

Como visto, a realização da coleta seletiva deve funcionar de forma que sejam priorizados os serviços realizados pelos catadores de materiais recicláveis, como forma de se alterar a lógica de apropriação das riquezas geradas a partir do "negócio do lixo". Para tanto, ações como a expansão da coleta seletiva, com a participação dos catadores organizados na prestação deste serviço, devem ser viabilizadas, bem como também a garantia de

investimentos que busquem o aumento dos índices de reciclagem e de redução da disposição final em aterro. Por outro lado, "[...] são necessários investimentos sociais, no sentido de evitar condições precárias de trabalho e qualificar o serviço prestado por meio de capacitação permanente e remuneração justa" (BESEN, 2012, p. 411).

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE, 2015. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/noticias_detalhe.cfm?NoticiasID=2091>. Acesso em: nov. 2016.

BERGAMIM, Márcia Cristina. "Área: meio ambiente, humanização da cidade e saneamento. Cariacica: 2012." In: *Agenda Cariacica*. Planejamento sustentável da cidade 2010-2030. Disponível em:<http://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/Agenda_MeioAmbiente.pdf%20>. Acesso em: 28 out. 2013.

BESEN, Gina Rizpah. "Gestão sustentável de resíduos sólidos na região metropolitana de São Paulo." In: SANTOS, Maria Cecília L. dos; DIAS, Sylmara Lopes F. Gonçalves (orgs). *Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais*. São Paulo: IEE-USP, pp. 55-60, 2012. Disponível em: < http://www.iee.usp.br/sites/default/files/OKRESDUOS%20SLIDOS%20URBANOS%20E%20SEUS%20IMPACTOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20PAGINADAS.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.305 de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 30 set. 2014.

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Comunicação. "Resíduos sólidos. Lixões persistem." In: *Revista em Discussão*. Brasília: Secretaria Jornal do Senado, ano 5, n. 22, 2014. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201003%20-

%20junho/pdf/em%20discuss%C3%A3o_junho_internet.pdf >. Acesso em: out. 2016.

COSTA, R. V. *Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente*. Rio de Janeiro. BNH, 1973, 63p.

GONÇALVES, Sérgio Antônio. "A Política Nacional de Resíduos Sólidos: alguns apontamentos sobre a Lei n. 12.305/2010." In: SANTOS, Maria Cecília L. dos; DIAS, Sylmara Lopes F. Gonçalves (org.). *Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais*. São Paulo: IEE-USP, pp. 40-47, 2012. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/OKRESDUOS%20SLIDOS%20URBANOS%20E%20SEUS%20IMPACTOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20PAGINADAS.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

IBGE. *Cariacica. População estimada em 2017.* Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/es/cariacica/panorama>. Acesso em: 25 ago. 2017.

_____. *Censo Demográfico 2010*. *Notas metodológicas*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/Documentacao.zip>. Acesso em: out. 2017.

_____. *Censo Demográfico 2010. População. Microdados*. Espírito Santo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados>. Acesso em: out. 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. *Coleta seletiva de resíduos sólidos em Cariacica – ES*, Geobases, 2017.

MARCA AMBIENTAL. *Resíduos sólidos urbanos*, 2016.

MICAELA, J. P. P. *Diagnóstico social dos catadores de resíduos vinculados às Associações de Catadores de Material Reciclável do Município de Vitória – ES.* 2013. 213 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. Disponível em:<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6303/1/Jadia%20Petri%20Penholato%20Micaela%20-%20Parte%201.pdf>. Acesso em: out. 2017.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. "Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano." In: *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 20(1): 111-124, jun. 2008.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CARIACICA – PMGIRS. 2014. Disponível em:

<http://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Plano-Municipal-de-Gest%C3%A3o-Integrada-de-RS.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. *População atendida pela coleta seletiva em Cariacica, ES.* Disponível em: <C:\\AppData\\Local\\Temp\\www.cariacica.es.gov.br\\prefeitura\\secretarias\\semgeplan\\estatisticas, 2016>. Acesso em: ago. 2016.

ROLNIK, Raquel. "Resíduos sólidos urbanos: repensando suas dimensões." In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino (orgs). *Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais.* São Paulo: IEE-USP, pp. 18-22, 2012. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/OKRESDUOS%20SLIDOS%20URBANOS%20E%20SEUS%20IMPACTOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20PAGINADAS.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO – SNIS. *Série histórica. Resíduos sólidos*. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/aplicacao-web-serie-historica>. Acesso em: jun. 2017.

UNEP (United Nations Environment Programme); ISWA (International Solid Waste Associations). *Global waste management outlook.* Disponível em: <https://www.iswa.org/fileadmin/galleries/Publications/ISWA_Reports/GWMO_summary_web.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

Normas

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço www.agb.org.br/publicacoes

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser apresentados com o máximo de 30 laudas, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 2 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

4. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

4.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

5. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

6. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.
7. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.
8. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.
9. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p.25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
9.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.
10. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.
a) no caso de livro:
SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.
Ex.:
VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.
b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial- página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

11. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

12. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

13. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.
14. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.
15. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.
16. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivre@agb.org.br

TERRA LIVRE MAGAZINE STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each

published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas, en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.
6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.
7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.
8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.
9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.
a) En el caso de libro:
APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.
Ej.:
VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.
13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).
14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.
15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.
16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil